2012 • Ano 9 • nº 73

www.desafios.ipea.gov.br

desafios do desenvolvimento

ipea

Exemplar do Assinante

Quem financia a retomada do desenvolvimento?

Investimento público e planejamento são essenciais em áreas como infraestrutura, educação e saúde. Iniciativa privada direciona recursos para setores com alta rentabilidade e retorno imediato

Entrevista

Venício Lima

"Uma nova regulação para as comunicações precisa universalizar a liberdade de expressão"

Movimento sindical volta à cena

Crescimento da economia e queda no desemprego propiciam ganhos salariais e fortalecem entidades

Argentina diante da tempestade

País reage à crise internacional estreitando laços com Brasil e buscando medidas para combater inflação

desafios do desenvolvimento

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ipea 47 anos

Secretaria de Assuntos Estratégicos

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República
MINISTRO Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PRESIDENTE Vanessa Petrelli Corrêa

http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

desafios do desenvolvimento

www.desafios.ipea.gov.br

DIRETOR-GERAL João Cláudio Garcia
CONSELHO EDITORIAL André Gustavo de Miranda Pineli Alves, Antonio Semeraro Rito Cardoso, Daniel Gonçalves Oliveira, Fernanda Cristine Carneiro, Guilherme Dias, João Cláudio Garcia, José Carlos dos Santos, Júnia Cristina Perez Conceição, Luciana Acioly da Silva, Márcio Bruno Ribeiro, Maria da Piedade Morais, Marina Nery, Murilo José de Souza Pires, Natália Fontoura, Pedro Cavalcanti, Pérsio Marco Antônio Davison

Redação
EDITOR-CHEFE Gilberto Maringoni
EDITOR DE ARTE/FINALIZAÇÃO Diogo Félix
EDITORA DE ARTE Franciellly Dayne Megel
REVISOR Daniella Cambaúva
RIO DE JANEIRO Marina Nery
JORNALISTA RESPONSÁVEL Gilberto Maringoni
FOTOGRAFIA Sidney Murrieta e João Viana
ILUSTRAÇÃO DA CAPA Dreamstime

Colaboração
George da Guia

Cartas para a redação
SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, sala 1517
CEP 70076-900 - Brasília, DF
desafios@ipea.gov.br

Impressão
Gráfica Art Printer

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRIMINDO, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea).

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DA REVISTA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO DO Ipea PRODUZIDA PELA VIRTUAL PUBLICIDADE LTDA.

virtualPublicidade
virtual publicidade ltda
Rua Desembargador Westphalen, 868, Curitiba-PR
Cep. 808230-100 — Fone: (41) 3018-9695
e-mail: virtualpublicidade@virtualp.com.br

Carta ao leitor

A matéria de capa desta edição busca responder uma pergunta crucial nos dias que correm: quem financia o desenvolvimento brasileiro? Não é preciso elaborar profundas reflexões para perceber que o Estado cumpre aqui uma função única. São os grandes bancos e fundos públicos os agentes determinantes para a recuperação da economia. A constatação não é apenas brasileira. Demonizado como centro dinâmico da atividade econômica, o Estado é chamado, em tempos de crise, a desempenhar o papel intransferível de agente e planejador do desenvolvimento, num cenário em que os efeitos da crise externa são sentidos por aqui desde o final do ano passado.

O autor da reportagem, Marcel Gomes, fez um levantamento dos fundos que podem suprir a retomada da economia num quadro de retração mundial, a partir de pesquisas realizadas pelo **Ipea**.

Com preocupação semelhante, Rogério Lessa Benemond conversou com especialistas e examinou relatórios e projeções de diversos órgãos oficiais para saber se a expansão do crédito e do consumo ainda são ferramentas seguras para um novo ciclo de crescimento.

Nesse cenário de incertezas, como ficam as reivindicações dos trabalhadores? O repórter Igor Ojeda gastou sola de sapato e saliva para saber o que pensam as principais lideranças sindicais brasileiras e os estudiosos do tema na academia. Depois de mais de uma década na defensiva, o movimento conquistou aumentos salariais acima da inflação, beneficiado por um quadro de expansão do emprego. No plano político, recuperou muito do espaço que conheceu nos anos 1980, embalado por um diálogo mais aberto com o governo federal.

Na seara internacional, apresentamos uma matéria sobre a situação argentina, realizada por Martin Granovsky, jornalista do *Pagina/12*, um dos mais conceituados periódicos do país.

A seção História traça um panorama sobre o grande debate do desenvolvimento, realizado nos anos 1940 entre o economista liberal Eugenio Gudin e o industrial desenvolvimentista Roberto Simonsen. Não se trata de uma volta ao passado, mas de se verificar as bases de uma controvérsia entre correntes de pensamento e interesses que persiste até os dias de hoje.

As várias seções e artigos de estudiosos completam um cardápio consistente e variado.

Ótima leitura!

João Cláudio Garcia, diretor-geral da revista **Desafios do Desenvolvimento**

desafios do
desenvolvimento

Sumário

Pág. 10 Entrevista – Venício Artur de Lima

Pág. 20 Investimento – Quem financia o desenvolvimento?

Pág. 30 Economia – A expansão do consumo está esgotada?

Pág. 38 Balanço Rio+20 – Desafios pós-Rio+20 mobilizam governos, mercado e sociedade civil

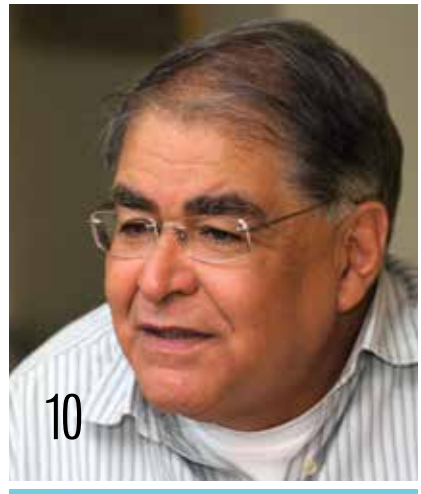
Pág. 48 Sociedade – O movimento sindical de volta ao cenário político

Pág. 58 Internacional – Argentina diante do furacão mundial

Pág. 72 História – Simonsen versus Gudin: a controvérsia pioneira do desenvolvimento

Pág. 80 Melhores práticas – Unidos pela água

Pág. 88 Ação do Ipea – Biblioteca do Ipea agora é itinerante



Seções

6 Giro Ipea
8 Giro
68 Perfil
90 Estante
94 Circuito
96 Observatório latino-americano
98 Humanizando o desenvolvimento

Artigos

Pág. 37 Financiamento de cidades resilientes: lições da Índia
Shipra Maitra

Pág. 46 A relevância da análise de classe no Brasil
João Alexandre Peschanski

Pág. 87 Bioprospecção e desenvolvimento sustentável
Nilo Luiz Saccaro Junior

GIRO ipea

Crescimento econômico

Internacionalização de empresas

Dreamstime

Estudo divulgado pelo **Ipea** em junho deste ano aponta para um crescimento de 10,5 pontos percentuais na internacionalização de empresas de seis países, nos últimos vinte anos. Em 1990, esse percentual era de apenas 7%, passando a 17,5% em 2010.

Entre os países analisados estão África do Sul, China, Coreia do Sul, Espanha, Malásia e Rússia. De acordo com o estudo, a adoção de políticas públicas de fomento foi fundamental para a expansão do investimento direto externo (IDE).

Dentre as políticas analisadas pelo **Ipea**, estão linhas de crédito, taxas de juros subsidiadas, serviços de apoio (consultorias, feiras, fóruns) e uma série de cursos para melhoria de capacitação de pessoal.

O estudo ainda mostra que essa expansão aprofunda a competitividade das empresas e estimula de forma decisiva a capacitação técnica e de recursos humanos.

Economia

Comunicado analisa política monetária

Dreamstime

É perfeitamente possível reduzir a taxa de juros da economia brasileira sem comprometer o controle inflacionário. Esta é a conclusão do *Comunicado do **Ipea** 148 – Efeitos assimétricos da política monetária sobre inflação e crescimento no Brasil: diferenças conforme a fase do ciclo econômico e a direção e magnitude de choques de juros.*

O estudo, que leva em consideração dados entre 2003 e 2010, faz uma investigação sobre a dissonância dos efeitos da política monetária sobre a produção industrial e a inflação.

Segundo Thiago Martinez, coordenador de Economia Monetária e Câmbio da Dimac/ **Ipea** e um dos responsáveis pela apresentação coletiva do estudo, nem todo aumento de juros é considerado choque monetário contracionista e nem toda redução é considerada um choque expansionista. Nas simulações feitas para a pesquisa, em regime normal de crescimento, se há choque contracionista, a resposta da produção é quase zero. Já no regime de baixo crescimento, se há choque contracionista, aumenta-se a produção, e há baixa na inflação.

Além disso, o estudo mostrou que, em regimes de baixo crescimento, reduções não antecipadas, além do esperado, não têm custos inflacionários consideráveis. Ou seja, é possível utilizar a fase de baixo crescimento induzida pela atual crise internacional para reduzir o nível da taxa Selic sem comprometer o controle inflacionário.

A íntegra do Comunicado 148 está disponível no site: www.ipea.gov.br

Economia verde

Comunicado discute economia verde e sustentabilidade

O **Ipea** divulgou, em junho deste ano, um Relatório de Pesquisa intitulado *Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde e a Rio+20*. O documento é resultado de um grupo de trabalho que reuniu técnicos de todas as diretorias da instituição e foi encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente para subsidiar a delegação brasileira nos debates da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

O relatório tratou de diversos temas relacionados à Conferência, como, por exemplo: conceituação e características do Desenvolvimento Sustentável e da Economia Verde; indicadores de desenvolvimento sustentável; governança ambiental; meio ambiente e inovação tecnológica; direito ambiental; e economia verde e inclusiva na Amazônia.

Além disso, ainda de acordo com o estudo, o grupo de trabalho montado para Rio+20 teve como objetivo "trazer o debate sobre desenvolvimento sustentável a todas as diretorias do **Ipea**, integrando o eixo de sustentabilidade ambiental, previsto no planejamento estratégico do Instituto, nas diferentes áreas de trabalho". O Instituto pretende, assim, ser reconhecido com um "think tank do desenvolvimento sustentável, nas suas três dimensões: econômica, social e ambiental".

Acesse a íntegra do Relatório de Pesquisa em: www.ipea.gov.br

Oportunidades

Indústria espacial, competitividade e investimentos

Dreamstime

O **Ipea** divulgou em julho o *Comunicado 153 – Desafios e oportunidades para uma indústria espacial emergente: o caso do Brasil,* um estudo sobre os desafios e oportunidades para a indústria espacial nacional que tem como objetivo balizar o processo de análise das políticas governamentais em relação ao setor.

De acordo com Flávia de Holanda Schmidt, técnica de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** responsável pelo estudo, a população não percebe como a atividade espacial é imbricada no seu dia-a-dia. "55 anos após o seu início, a exploração espacial não é mais um campo para uma guerra entre duas potências, é um setor que tem impactos importantes no desenvolvimento econômico e social dos países", frisou.

Pautado pela convergência de tecnologias, o setor da indústria espacial é de alta intensidade tecnológica e, por isso, se desenvolve necessariamente por meio do investimento pesado em pesquisa e em novas tecnologias.

De acordo com o Índice Futron de Competitividade Espacial de 2009, responsável por calcular a atuação na área espacial, o Brasil está em último lugar em todos os componentes do relatório. Flávia Schmidt aponta que, apesar de ser um dos poucos países que detêm a tecnologia para atuar no segmento, "nosso programa espacial tem 50 anos de existência e países que iniciaram seus trabalhos muito depois ocupam hoje posições muito melhores que o Brasil".

Segundo a pesquisadora, além de se melhorar a aplicação dos satélites, é preciso enraizar a atividade no país. E os benefícios são muitos: vários setores podem ser dinamizados com a maior atuação do setor espacial brasileiro, como planejamento e uso da terra, saúde, educação, construção civil, agronegócio e geração de energia.

Energia

Comunicado propõe melhorias ao programa de P&D da Aneel

Dreamstime

O programa de pesquisa e desenvolvimento (P&D), regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), foi objeto de estudo do *Comunicado do Ipea nº 152 – Inovação tecnológica no setor elétrico brasileiro: uma avaliação do programa de P&D regulado pela Aneel*, divulgado em julho.

"Sugere-se que se incentive um maior alinhamento dos projetos às estratégias das empresas. Nas circunstâncias em que as empresas não identifiquem destinação eficiente aos recursos, sugere-se sua reversão para a capitalização de projetos estratégicos desenvolvidos de forma cooperativa", diz o trabalho.

Ainda de acordo com o estudo, as principais dificuldades para a realização do programa de P&D são a escassez de recursos humanos, a falta de preparo institucional e o fato de o investimento em P&D não ser visto como prioridade na organização.

Segurança

Medo de assalto e assassinato

Dreamstime

Uma pesquisa de opinião sobre segurança pública realizada pelo **Ipea** mostra que, de cada dez brasileiros, pelo menos seis têm "muito medo" de assalto à mão armada, assassinato e arrombamento de suas casas. Além disso, mais da metade sentem "muito medo" de sofrer agressão. O percentual de "nenhum medo" em todos os quesitos gira em torno de 10%, com exceção do tema "sofrer agressão", em que o percentual é de 18,2%.

O relatório da pesquisa referente ao Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) sobre segurança pública foi publicado em julho e está disponível no site www.**ipea**.gov.br. Trata-se de uma pesquisa dedicada às percepções da população brasileira em relação a essa área e seus principais órgãos: as polícias militar e civil dos estados e as polícias federais.

O estudo já está em sua segunda etapa, em que foram entrevistadas 3.799 pessoas de todos os estados brasileiros, além do Distrito Federal. A primeira etapa foi realizada em 2010.

A pesquisa ainda realizou comparações entre as regiões. Em todos os quesitos, o Nordeste é o que possui mais de 70% das respostas indicando "muito medo".

GIRO

Habitação

Caixa amplia prazos de financiamentos

Dreamstime

A Caixa Econômica Federal ampliou o prazo do crédito habitacional de 30 para 35 anos. Os empréstimos estão sendo feitos com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que opera com o dinheiro da caderneta de poupança.

Além disso, o banco reduziu as taxas de juros para essas modalidades. Para imóveis financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), as taxas caíram de 9% para 8,85% ao ano. Para os imóveis fora do SFH, os juros caíram de 10% para 9,9% ao ano. Os financiamentos do SBPE beneficiam apenas mutuários com ganhos acima de R$ 5,4 mil por mês ou que adquiram imóveis de mais de R$ 170 mil.

O banco também ampliou o prazo dos financiamentos para a construção de casas e apartamentos com recursos da poupança. Desde junho, as construtoras e incorporadoras têm 36 meses para pagar os empréstimos. Antes, o prazo era de 24 meses.

As mudanças não valem para financiamentos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que inclui o Programa Minha Casa, Minha Vida. Para essas modalidades de financiamento, o prazo continua em 30 anos.

A Caixa estima em R$ 96 bilhões a concessão de financiamentos habitacionais em 2012, ante R$ 80 bilhões do ano passado.

Medicamentos

Fábrica de medicamentos em Moçambique

Stock

Após quatro anos de planejamento e construção, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) inaugurou em julho deste ano uma fábrica de medicamentos antirretrovirais para o tratamento da Aids. Com sede em Maputo, capital de Moçambique, a unidade será capaz de produzir 21 tipos de remédios.

Na primeira etapa, de acordo com a Fiocruz, a produção deve ser suficiente para atender às necessidades de Moçambique, um dos países com maior incidência de Aids no mundo – com um infectado a cada três habitantes. A previsão é de que, em dois anos, toda África Subsaariana (a região do continente africano ao sul do Deserto do Saara) seja atendida.

Estima-se que o investimento total no projeto e na construção seja de R$ 200 milhões, sendo que o governo brasileiro contribuiu com a metade do valor. Houve também doações de empresas privadas, como a multinacional brasileira Vale, que atua na África nas áreas de mineração e transporte ferroviário.

Qualidade de vida

Água é boa na maior parte dos municípios

Stock

Os recursos hídricos no país apresentaram boas condições em 75% de quase dois mil pontos de monitoramento de recursos hídricos acompanhados pela Agência Nacional de Águas (ANA). De acordo com a agência reguladora do setor, 6% dos pontos monitorados mostraram o líquido em ótimas condições. Em apenas 1% deles, os recursos hídricos estavam em péssimas condições.

Os dados estão disponíveis no relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos, elaborado anualmente pela ANA desde 2001. Considerando apenas os pontos analisados desde o início da série histórica, a conclusão é a de que, em 86% dos locais monitorados, a situação manteve-se estável, enquanto que, em 7%, os recursos hídricos pioraram e, em outros 7%, a qualidade da água melhorou. Em um cenário geral, o estudo mostrou que o índice de tratamento de esgoto melhorou, passando de 21%, em 2000, para 30%, em 2008.

De acordo com o superintendente de Planejamento da ANA, Ney Maranhão, a qualidade das águas melhorou nas bacias onde houve investimento em saneamento, como, por exemplo, na bacia Rio das Velhas, em Minas Gerais, e a do Alto Paraíba.

Por outro lado, regiões como a do Rio Ivinhema, em Mato Grosso, e Mogi-Guaçu e Pará, em Minas Gerais, registraram piora da qualidade dos recursos hídricos. "São bacias onde houve crescimento populacional grande e implantação de empreendimentos que atraíram populações e aumentaram lançamento de efluentes nesses rios", disse Maranhão.

Rio de Janeiro

Rio terá centro de desenvolvimento sustentável

Dreamstime

Um dos legados ao Rio de Janeiro em decorrência da Rio+20, o Centro Rio+ terá como missão discutir e estabelecer metas para o desenvolvimento sustentável do planeta. Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (PNUD), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e mais de dez entidades, o Centro funcionará em um prédio da Coppe, Instituto de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ainda sem data para início das atividades, o Centro Rio+ conta com um investimento inicial de US$ 5 milhões, dentre os quais 10% serão doados pelo governo brasileiro por meio do Ministério do Meio Ambiente. Segundo a ministra Izabella Teixeira, o Centro representará um novo jeito de agir e atuar junto por parte do governo, da sociedade e da ciência.

Ainda segundo a ministra, o primeiro passo do centro será criar um conselho para definir os programas a serem realizados, de acordo com os temas dominantes da Rio+20.

Dívida privada

Cresce inadimplência do consumidor

As dívidas em atraso no país cresceram 19,1% no primeiro semestre de 2012, comparadas às de igual período do ano passado, revelam dados da pesquisa Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor.

A pesquisa mostra que as maiores dificuldades de pagamento aconteceram com as dívidas bancárias – com alta de 22,1% –, cujo valor médio caiu 1% na comparação semestral. As dívidas não bancárias, como as com cartões de crédito, lojas, financeiras, prestadoras de serviços de fornecimento de luz, água, telefonia, entre outras despesas, aumentaram 21,6% e os títulos protestados, 6,3%, enquanto os cheques sem fundos diminuíram 5,9%.

A Serasa prevê que a inadimplência do consumidor siga trajetória de queda ao longo do segundo semestre. "A sequência de quedas mensais do indicador sinaliza que a inadimplência do consumidor, após ter subido ininterruptamente desde o início de 2011, deve se estabilizar e, posteriormente, entrar em trajetória de recuo ao longo do segundo semestre deste ano", avaliou a instituição.

2014

Investimentos para a Copa

Dreamstime

O Ministério do Turismo liberou, em julho de 2012, R$ 110,6 milhões para a realização de obras de infraestrutura turística nos 12 municípios que receberão jogos da Copa do Mundo de 2014. A verba deverá ser empregada na construção de Centros de Atendimento ao Turista (CATs), sinalização turística e obras de acessibilidade nas principais atrações das cidades-sede.

A cidade que receberá mais recursos será o Rio de Janeiro, com R$ 17,92 milhões, seguida por Natal, com R$ 17,58 milhões, e Fortaleza, com R$ 17,43 milhões. Em seguida, virão Recife, R$ 14,97 milhões; Porto Alegre, R$ 11,29 milhões; Curitiba, R$ 8,57 milhões; Salvador, R$ 7,69 milhões; Belo Horizonte, R$ 5,62 milhões; Brasília, R$ 3,49 milhões; Cuiabá e Manaus, R$ 1,84 milhões; e, por fim, São Paulo, R$ 896 mil.

"Estamos chegando ao final do primeiro semestre empenhando 100% do montante previsto para este ano em obras de acessibilidade, sinalização e CATs nas cidades-sede. Até 2013, completaremos os R$ 200 milhões projetados para esta finalidade", disse Gastão Vieira, ministro do Turismo.

Segundo o Ministério, até o fim de 2013, devem ser liberados mais R$ 89,4 milhões, totalizando os R$ 200 milhões projetados. Essa verba faz parte dos R$ 323,7 milhões destinados pelo governo federal para obras de infraestrutura turística em todo o país.

Índios

Governo homologa terras indígenas

Dreamstime

O governo criou um pacote de medidas para a área ambiental que contempla a criação e a ampliação de unidades de conservação e a homologação de áreas indígenas.

As duas novas unidades criadas são a Reserva Biológica Bom Jesus, no Paraná, e o Parque Nacional Furna Feia, no Rio Grande do Norte. O objetivo é a preservação dos ecossistemas em áreas que somam mais de 42 mil hectares. No caso do Paraná, trata-se de uma região remanescente de Mata Atlântica. No Rio Grande do Norte, a meta é conservar a caatinga e as cavidades naturais subterrâneas.

Três unidades serão ampliadas na Bahia, no Ceará e no Espírito Santo. Entre as áreas indígenas homologadas estão a Tenharim-Marmelo, Matintin e Santa Cruz da Nova Aliança, no estado do Amazonas, e Xipaia, no Pará.

Sidney Murrieta

Venício Artur de Lima

"Os grupos contrários à liberdade de expressão são os mesmos que empunham a bandeira da liberdade de expressão"

Jonas Valente – de Brasília

Um dos maiores especialistas brasileiros em políticas de comunicação analisa a forte monopolização do setor em nosso país. Segundo ele, a situação é um empecilho para a consolidação da democracia e um impedimento para que várias opiniões possam se manifestar no debate público. Venício Lima aponta a saída: uma nova legislação que regulamente os artigos da Constituição referentes ao tema, levando-se em conta os avanços tecnológicos existentes desde então. E observa: "Isso não tem nada a ver com censura"

Atualmente, Venício Artur de Lima é colunista dos *sites Observatório da Imprensa* e *Agência Carta Maior*. Nesta entrevista, Venício traça um panorama das políticas de comunicação e defende a importância de um novo marco regulatório para o setor. O objetivo, segundo ele, é garantir a universalização da liberdade de expressão. Em suas palavras, o conceito foi apropriado pelos conglomerados de mídia, exatamente para impedir sua plena realização.

Perfil

Venício Artur de Lima é um dos mais reconhecidos analistas dos meios de comunicação no Brasil. Como professor de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), fez parte do grupo de docentes e pesquisadores que mostrou, de forma pioneira, a necessidade de políticas públicas para democratizar as comunicações, nos anos 1980. Como assessor do Congresso Nacional, acompanhou a batalha pela aprovação do capítulo da Comunicação Social da Constituição de 1988.

É autor de diversos livros, entre eles *Mídia: teoria e política* (Fundação Perseu Abramo, 2001), *Liberdade de expressão X liberdade de imprensa – direito à comunicação e democracia* (Editora Publisher Brasil, 2010), *Regulação das comunicações – história, poderes e direitos* (Editora Paulus, 2011) e *Políticas de comunicação: um balanço dos governos Lula* (2003-2010) (Editora Publisher Brasil, 2012).

Desafios do Desenvolvimento – Alguns setores da sociedade defendem a necessidade de uma nova regulação do setor de comunicações em nosso país. Mas a proposta é atacada sob o argumento de que isso significaria um controle social da mídia, com risco de resultar em censura. Qual sua opinião a respeito?

Venício Lima – A expressão "controle social da mídia" entrou na narrativa da grande mídia por ocasião do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), elaborado em 2009. Desde então, o termo passou a ser frequentemente associado a intenções da gestão de Lula ou de seus apoiadores, embora sua origem venha da segunda versão do Plano, elaborada no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A expressão "controle" é fartamente utilizada para outras políticas públicas inscritas na Constituição, como educação, saúde, assistência social, direitos dos idosos. Ela expressa um processo de descentralização da administração pública por meio da criação de conselhos com participação popular. A grande mídia satanizou a expressão e passou a identificá-la como tentativa de censura. Pergunto: em que proposta ou projeto essa expressão pode ser identificada com censura? Não existe isso.

Desenvolvimento – Como isso se dá em outros países?

Venício – A regulação da área não tem nada a ver com censura. Na Inglaterra, há não só um órgão estatal da radiodifusão, o Ofcom (Office of Communications), como uma agência de autorregulação, a PCC (Press Complaints Comission),

que está sendo descontinuada para que surja outra com mais poder de interferência, depois do escândalo envolvendo o jornal *News of the World*, do grupo News Corporation, [de Rupert Murdoch].

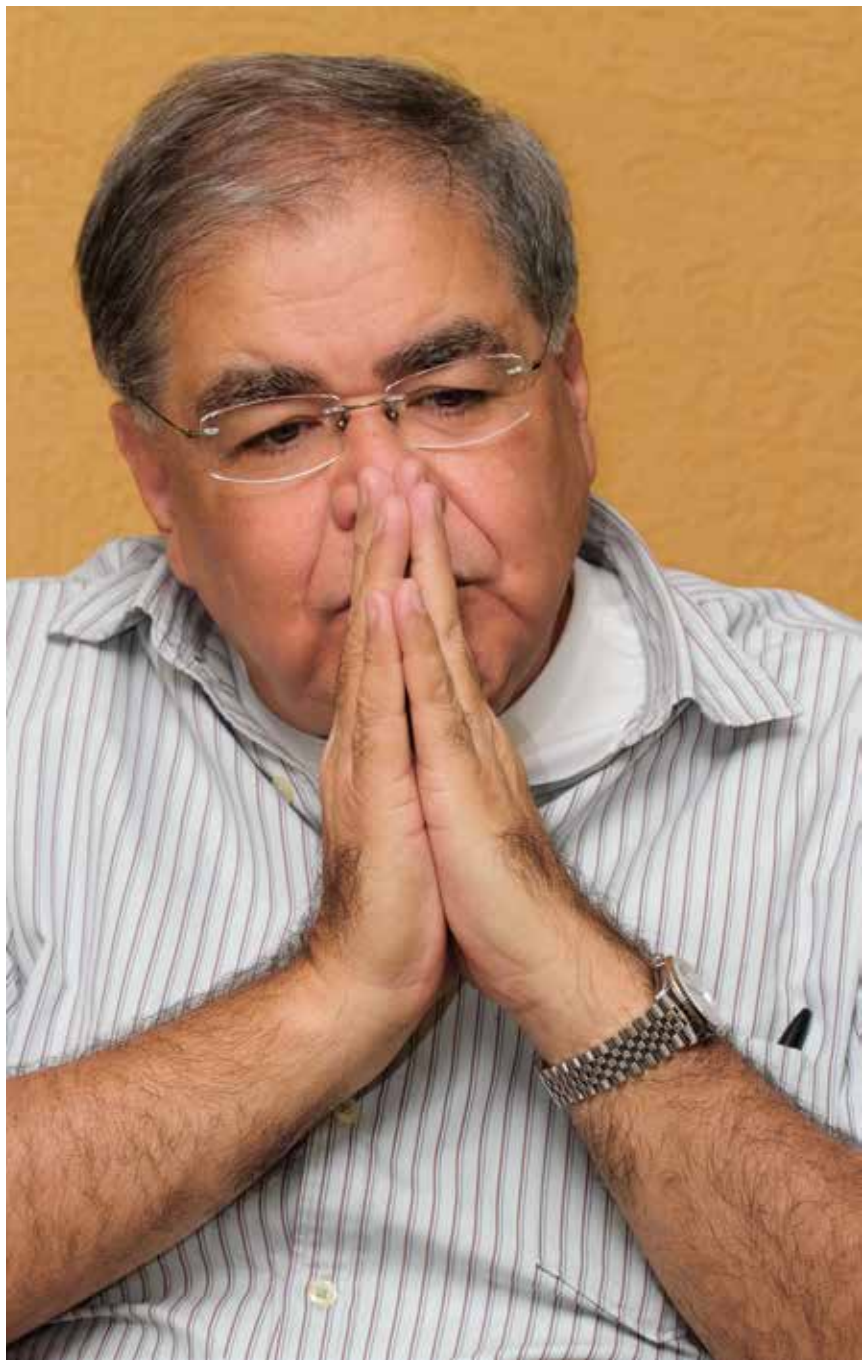
Desenvolvimento – Mas por que os empresários de comunicação são contrários à regulação?

Na história brasileira, o liberalismo nunca foi democrático. Ele pensa a questão da liberdade apenas do ponto de vista da ausência de interferência do Estado. A liberdade é equacionada com a liberdade individual desde que o individuo não seja impedido de fazer o que quiser e a instituição adversária dessa liberdade é sempre o Estado

Venício – Porque está em jogo a própria ideia de liberdade. E, por extensão, do conceito de liberdade de expressão. Na história brasileira, o liberalismo nunca foi democrático. Ele pensa a questão da liberdade apenas do ponto de vista da ausência de interferência do Estado. A liberdade é equacionada com a liberdade individual desde que o individuo não seja impedido de fazer o que quiser e a instituição adversária dessa liberdade é sempre o Estado. Quando você traduz isso para área de política pública, e em particular para a área dos meios de comunicação, qualquer interferência do Estado é identificada como ausência de liberdade. A ideia de liberdade de expressão é um conceito encontrado na experiência democrática da Grécia de seis séculos antes de Cristo. Ela se realiza na medida em que há a participação do homem livre na elaboração das regras às quais ele deve se submeter. Ele é livre por participar da elaboração das regras que confirmam a sua liberdade. Não tem nada a ver com a ideia de ausência de interferência do Estado.

Desenvolvimento – Qual seria a diferença entre liberdade de expressão e liberdade de imprensa?

Venício – A primeira associação entre liberdade de expressão e liberdade de imprensa é totalmente inadequada. A liberdade de expressão aparece seis séculos antes de Cristo associada a uma capacidade de autogoverno, que hoje se aproximaria da ideia de cidadania. Já a liberdade de imprensa implica a existência da imprensa, que só aparece no final do



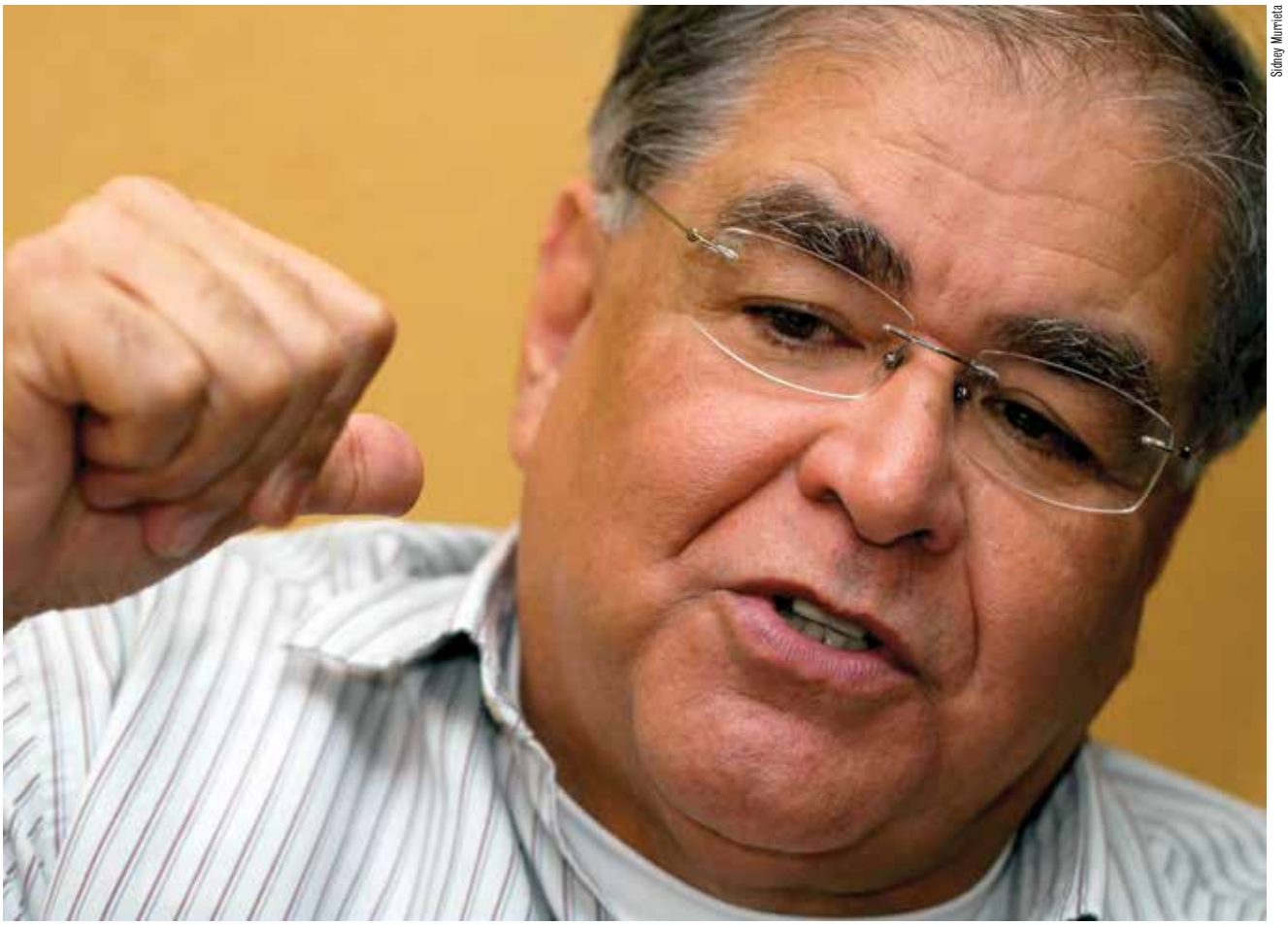
Sidney Murrieta

século XV. Quando se estuda a história dos meios de comunicação, se pode ver como a ideia original de liberdade de expressão está longe dessa instituição que hoje se constitui de grandes conglomerados multimídia. O que há são as expressões das posições desses grupos empresariais. De forma nenhuma podem ser entendidas como portavozes da liberdade de expressão coletiva.

que reivindicam para si a expressão de uma opinião pública coletiva, a condição de representantes de uma diversidade de vozes. No caso brasileiro, na Constituição Federal, a expressão liberdade de imprensa só aparece uma vez, quando se trata da situação de Estado de Sítio. E inventaram essa da liberdade de expressão comercial, o que inclusive, do ponto de vista legal, é uma rebeldia contra a Carta de 1988. Os

Desenvolvimento – Então a regulação estaria mais associada à liberdade de expressão sob uma perspectiva coletiva?

Venício – Quando você fala em regulação, no caso brasileiro, se fala em regulamentar primeiramente as normas da Constituição de 1988. A posição do governo Dilma parece ser clara em relação a isso. Os temas principais são a proibição da prática de monopólio e oligopólio e a



Sidney Murrieta

Desenvolvimento – Isso muda com a internet?

Venício – Sim, ela possibilita o surgimento de um espaço que pode ser acessado por qualquer um e se aproxima mais da ideia de universalização da liberdade de expressão do que a atuação de poucos grupos que fazem negócio com a atividade de mídia

empresários que reivindicam esse conceito o fazem resistindo a normas constitucionais que preveem restrições à publicidade de alimentos nocivos à saúde, classificação indicativa para orientar horários de transmissão de programas e restrições à publicidade de cigarro e bebidas.

prioridade à produção independente e regional. A segunda coisa é contemplar o avanço tecnológico imenso pelo qual passou a área depois da promulgação da Carta Magna. Esse avanço diluiu a divisão que havia entre telecomunicações e radiodifusão.

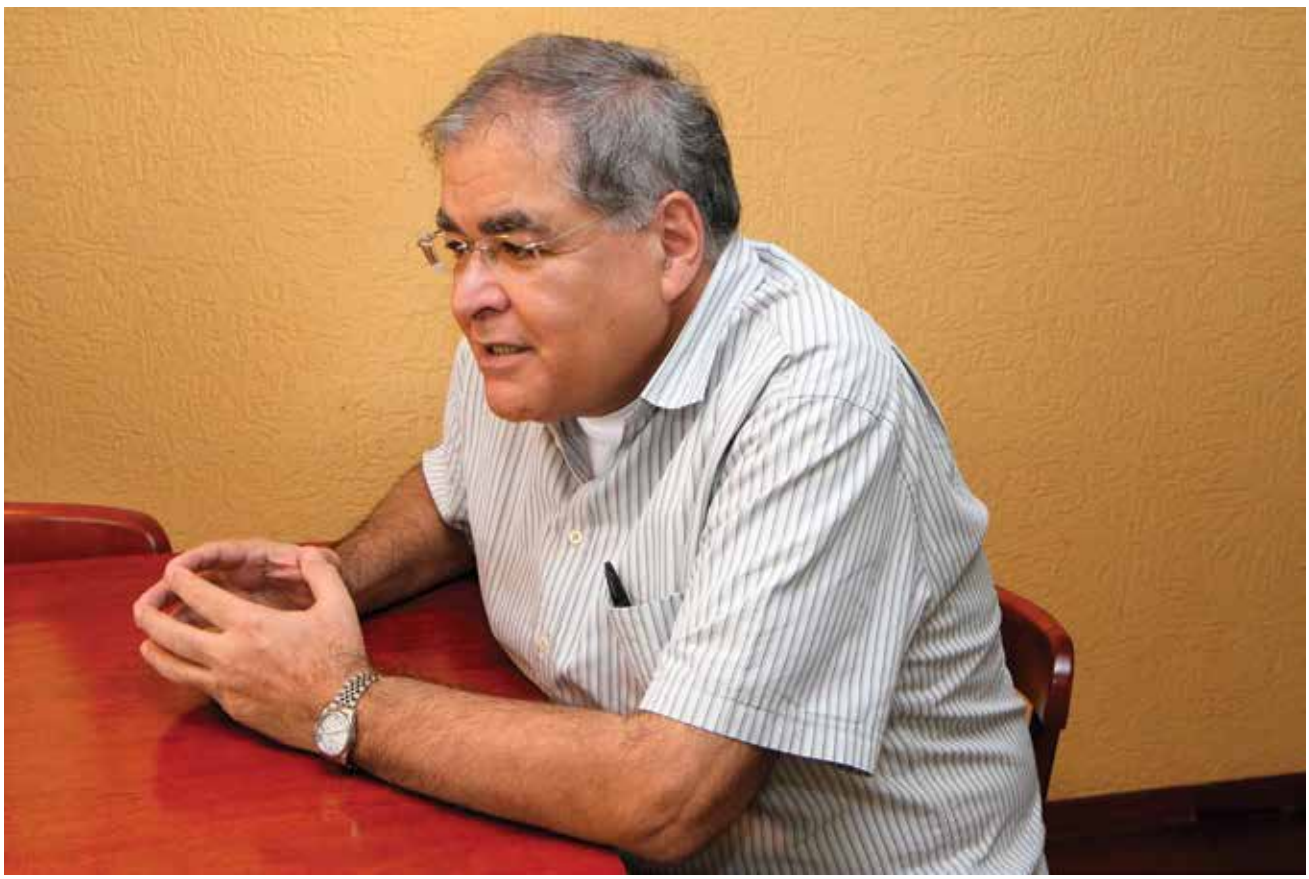
Desenvolvimento – Quais os critérios para orientar a regulação?

Venício – O grande critério deve ser aumentar o número de vozes que participam do debate público. Por isso, os conselhos [de comunicação social] são tão fundamentais. Eles possibilitam a ampliação da participação na gestão das políticas públicas.

Desenvolvimento – As regras existentes conseguem garantir a liberdade de expressão?

Venício – Para entender o modelo atual, é preciso discutir os vetos que o então presidente João Goulart havia feito ao projeto do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). Eles foram derrubados por pressão dos empresários no Congresso, em 1962. Havia uma disputa de poder entre concessionários do serviço público e o poder concedente, vale dizer, entre o Poder Executivo e os radiodifusores. Os vencedores queriam – e conquistaram – prazos dilatados para as concessões (10 e 15 anos), renovação automática delas, ausência de penalidade (mesmo após julgamento pelo Poder Judiciário) em casos de divulgação de notícias falsas e assimetria de tratamento em relação a outros concessionários de serviços públicos – alteração da lei de mandado de segurança. A derrubada dos vetos se constituiu na espinha dorsal da regulação da radiodifusão no Brasil. Algumas dessas normas os radiodifusores conseguiram incluir na Constituição de 1988. Assim, para a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Albert), não há necessidade de novo marco. É como se nada justificasse uma mudança das regras de meio século atrás. A necessidade de uma nova regulação

"No Brasil, a ausência de controle tem levado a formas de produção inéditas no mundo inteiro. Vamos pegar o exemplo de uma novela. Um grupo poderoso, como a Globo, mantém sob contrato os autores, os atores e os técnicos. Os artistas que produzem as trilhas sonoras têm suas músicas nas novelas divulgadas pelo selo musical e pelos jornais e revistas do próprio grupo. É uma integração tanto vertical quanto horizontal completa. E isso sufoca a possibilidade de manifestação de outras vozes"



Sidney Murrieta

hoje, entre as várias razões, passa pela atualização da legislação em razão das mudanças tecnológicas.

Desenvolvimento – Quais são as principais insuficiências do modelo brasileiro?

Venício – A regulação atual perpetua um problema histórico da sociedade brasileira, que é a exclusão da imensa maioria da população da gestão da coisa pública. As questões básicas têm a ver com a impossibilidade da universalização da liberdade de expressão. E aí há o paradoxo: exatamente os grandes meios de comunicação, que impedem essa universalização, empunham a bandeira da liberdade de expressão.

Desenvolvimento – Que mecanismos o novo marco regulatório precisa criar?

Venício – É fundamental definir uma agência autônoma para a área de radiodifusão, que expresse a separação entre telecomunicações e radiodifusão. Isso existe nas principais democracias liberais do mundo. Outro ponto importante é a criação de conselhos estaduais de comunicação, como órgãos auxiliares do Poder Executivo. São fundamentais para o exercício da liberdade de expressão. Isso está previsto na Constituição em nível federal. Temos de regulamentar o Artigo 221 da Constituição, que trata da comunicação social. É preciso lutar para que as garantias do Artigo 5º também sejam incluídas. O direito de resposta é uma delas e está descoberto desde a derrubada da Lei de Imprensa pelo Supremo Tribunal Federal.

Desenvolvimento – Se a Constituição proíbe os monopólios, como os grandes grupos de mídia constituem seu poder?

Venício – Este é um dos temas mais graves: a concentração da propriedade, que passa pela questão da propriedade cruzada. Ela se forma quando um mesmo grupo num mesmo mercado é proprietário de jornal, detém concessões de rádio AM e FM e de televisão e, em seguida, passa a ter uma operadora de TV por assinatura e um portal de internet. Tanto os grupos nacionais como os regionais se formaram a partir da propriedade cruzada. No Brasil, nunca houve controle dessa prática. Uma nova regulação – a exemplo do que existe nos Estados Unidos e na Argentina – deveria prever normas que valessem com prazos para a desconstrução de monopólios já constituídos. O prazo dilatado da concessão provoca uma distorção no entendimento dos concessionários. Eles se julgam proprietários da concessão. A proprietária é a União.

Sidney Murrieta

Desafios – A formação de redes nacionais de TV e rádio aumenta o poder dos grandes grupos?

Sidney Murrieta

Venício – Segundo a legislação do setor, um grupo concessionário, que no limite pode ter cinco concessões na faixa VHF em todo o território nacional, exerce, pelo processo de filiação, um controle de fato sobre um conjunto enorme de emissoras. Só que a caracterização de rede não é bem definida pela legislação. Apesar do decreto 236 de 1967 apresentar uma provisão específica sobre o tema, a interpretação do órgão controlador, o Ministério das Comunicações, nunca considerou a filiação exercida pelos grandes grupos de mídia como sendo formação de rede, tanto na área de rádio quanto na de TV. Isso é um absurdo. No Brasil, a ausência de controle tem levado a formas de produção inéditas no mundo inteiro. Vamos pegar o exemplo de uma novela. Um grupo poderoso, mantém sob contrato os autores, os atores e os técnicos. Os artistas que produzem as trilhas sonoras têm suas músicas nas novelas divulgadas pelo selo musical e pelos jornais e revistas do próprio grupo. É uma integração tanto vertical quanto horizontal completa. E isso sufoca a possibilidade de manifestação de outras vozes.

Desenvolvimento – Como é a relação dos grupos de mídia com o poder político e econômico?

Venício – Há um modelo tradicional de barganha política, consolidado na ditadura militar. Os coronéis eletrônicos exercem uma influência na formação da opinião pública de duas formas. A primeira é direta, porque controlam o acesso ao debate público. A segunda é indireta por impedirem eventuais concorrentes em uma disputa eleitoral de terem acesso a esse debate. Há um desvirtuamento do processo democrático, que favorece a esses grupos políticos em vez de facilitar a universalização da liberdade de expressão. Um dos pontos críticos na legislação brasileira, que favorece essa apropriação, é o artigo 54 da Constituição, que trata da presença de eleitos para cargos públicos em concessões de rádio e TV. Como o Congresso Nacional ratifica as concessões definidas pelo Executivo, existe a situação absurda de concessionários interferirem diretamente no processo de aprovação das licenças. Uma mesma pessoa é poder concedente e concessionário. Isso não pode existir.

O fortalecimento do sistema público busca cumprir um preceito constitucional. Só que ele nunca foi regulamentado por completo. A EBC, com todos os problemas e os emperramentos, tem avançado. É um modelo em construção

O que diz a Constituição

O Capítulo V da Carta de 1988 é todo dedicado à Comunicação Social. Alguns tópicos ainda não foram regulamentados por legislação ordinária, como o parágrafo 5º do Artigo 220. Aqui vão alguns trechos do Capítulo.

"Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

(...)

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º - Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

(...)

§ 5º - Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

(...)

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

(...)

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

(...)

§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei".

Desenvolvimento – Como o sistema político de rádio e TV opera nesse universo?

Venício – A Constituição instituiu o princípio da complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal. Desde a década de 1930, quando o Estado priorizou a exploração pela iniciativa privada, as concessões têm sido dadas especialmente a grupos privados. Na Carta, há a intenção de se buscar um equilíbrio entre os setores. Até há poucos anos não existia a figura de uma empresa pública, o que acontece com a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). O fortalecimento do sistema público busca cumprir um preceito constitucional. Só que ele nunca foi regulamentado por completo. A EBC, com todos os problemas e os emperramentos, tem avançado. É um modelo em construção.

Quem financia o desenvolvimento?

Marcel Gomes – de São Paulo

Para alavancar o crescimento da economia, investimento público é fundamental em áreas como infraestrutura, educação e saúde. Iniciativa privada vem direcionando recursos em áreas de rentabilidade alta e imediata. Agilidade e melhor gestão dos recursos são necessidades prementes para que planejamento em áreas sensíveis possa ser feito com eficiência

Caso queira impulsionar o crescimento da economia brasileira e manter o atual ciclo de desenvolvimento, o governo federal já sabe que precisa mexer em uma variável-chave para essa expansão: a taxa de investimento.

Na casa dos 18,7% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2012, esse percentual vem em ascensão desde 2003, quando marcava 15,3%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É verdade que houve pequenos "soluços" em 2005, 2009 e 2011 – e talvez haja outro agora, em 2012 –, mas nenhum com intensidade suficiente para ameaçar a mudança de patamar da variável.

É uma boa notícia. Quanto maiores os investimentos de uma economia, maiores os gastos das empresas com a aquisição de bens de capital. São máquinas, equipamentos e material de construção que servem para produzir outros bens. Economias com elevada produção e expansão econômica, como o caso da China, possuem taxa de investimento acima de 40% do PIB.

META IMEDIATA Ainda que o Brasil não planeje atingir esse patamar, já é consenso que é necessário ultrapassar a casa dos 20% do PIB o mais rapidamente possível. O Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 prevê investimentos em 23,2% do PIB ao final do período. Ainda mais ambicioso, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem como objetivo o nível de 24% já em 2014.

180
bilhões de R$
foram investidos através do BNDES em recursos públicos entre 2009 e 2010

O problema é que há muitas barreiras para que essa nova mudança de patamar torne-se realidade. Uma das mais relevantes diz respeito à origem dos recursos financeiros. Em uma economia como a brasileira, a oferta de dinheiro para investimentos provém de fontes diversas, tanto públicas quanto privadas. Mas é a primeira que historicamente desempenha um papel de maior destaque.

RECURSOS PÚBLICOS Através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o governo tem ampliado a capacidade produtiva das empresas nacionais. Entre 2003 e 2010, os desembolsos da instituição saltaram de um patamar de R$ 33,5 bilhões para R$ 180 bilhões, quase seis vezes mais. Representa um aumento significativo em termos reais, pois a inflação medida pelo IPCA no período foi de 43%. Os dados constam na publicação *Brasil em desenvolvimento 2011*, lançada em dois volumes pelo **Ipea** (veja matéria adiante).

A questão é que parece cada vez mais difícil manter essa expansão. Durante anos, o BNDES sustentou o aumento de financiamentos operando os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), mas esse modelo encontra-se em fase de esgotamento.

Isso ocorre porque o crescimento do caixa disponível do FAT não acontece na mesma velocidade da demanda por recursos. Entre

Onofre Brito/Agencia de Noticias do Acre

Obras da ponte sobre o rio Juruá, no Acre, construída com recursos do PAC e inaugurada no final de 2011. O investimento estatal em infraestrutura é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento

23%

do PIB

devem ser investidos na economia entre os anos de 2012 e 2015

"As pessoas não enxergam que, mesmo com as reformas liberalizantes da década de 1990, o setor público e as estatais continuam sendo decisivos em áreas estratégicas da infraestrutura. O governo deixou o setor industrial de transformação e privatizou as telecomunicações, mas petróleo e gás seguem muito concentrados"

Rodrigo Octávio Orair,
técnico da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

Sidney Murrieta

2003 e 2010, suas receitas tiveram aumento de 9% ao ano, mas a demanda por benefícios sociais, como o abono salarial e o seguro-desemprego, cresceu à taxa de 14,1% ao ano no mesmo período.

A perda da relevância do FAT para o BNDES também é revelada pela queda de sua participação no conjunto dos recursos do banco. Entre 2007 e 2010, sua parcela nos passivos da instituição caiu de 62% para 24%. Isso não significa, porém, que o BNDES está perdendo sua posição de destaque como financiador do desenvolvimento.

Julio Vilela/Anoregsp

Feirão de imóveis da Caixa Econômica Federal, em São Paulo. Bancos públicos são os que mais investem no financiamento à habitação

FONTES DIVERSIFICADAS Para substituir o FAT e lastrear sua capacidade de financiamento, o banco tem utilizado recursos do Tesouro Nacional. Entre 2007 e 2010, a participação dessa fonte nos passivos da instituição saltou de 7% para 46%. No biênio 2009-2010, o Tesouro capitalizou o BNDES em R$ 180 bilhões; em 2011, esse valor atingiu R$ 55 bilhões; e são esperados mais R$ 55 bilhões em 2012.

10%

é a taxa

de crescimento dos bancos privados no ano de 2010

A transição de fontes de recursos tem gerado um debate sobre seus custos. Como os empréstimos a empresas são feitos a taxas relativamente baixas, na prática o BNDES subsidia o setor produtivo, o que poderia limitar economicamente e até politicamente essa geração de recursos.

O que garante a manutenção dessa estratégia, entre outras razões, é a percepção de que a atuação de instituições públicas como

Angela Peres

O governo, através do Banco do Brasil, entrega máquinas agrícolas do programa *Mais Alimentos*. Ao todo, foram disponibilizados 11 kits com tratores, caminhões e máquinas agrícolas

o BNDES, em operações anticíclicas, tem sido fundamental para amenizar os efeitos da crise externa no país.

BANCO DO BRASIL E CAIXA É o mesmo papel desempenhado, aliás, por Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal nos últimos anos e, sobretudo, após o início da turbulência internacional, em 2008. O tema foi objeto de estudo realizado pelos técnicos do **Ipea** em 2011, quando se divulgou o comunicado *Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal: a atuação dos bancos públicos federais no período 2003-2010*.

O trabalho mostra que, embora o estoque de crédito dos bancos privados tenha crescido entre 2004 e 2008 a taxas mais elevadas que a dos bancos públicos, estes tiveram um desempenho mais relevante quanto ao crédito setorial.

No início, as instituições privadas nacionais lideraram a taxa de crescimento real do estoque de crédito até 2007. Em média, esse índice avançou 8,7% em 2004 (ante 2,5% entre os bancos públicos), 23,9% em 2005 (14,8%), 17,5% em 2006 (15,8%) e 25,9% em 2007 (10,2%).

Atraves do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o governo tem ampliado a capacidade produtiva das empresas nacionais. Entre 2003 e 2010, os desembolsos da instituição saltaram de um patamar de R$ 33,5 bilhões para R$ 180 bilhões, quase seis vezes mais. O montante representa um aumento significativo em termos reais, pois a inflação medida pelo IPCA no período foi de 43%

DIANTEIRA ESTATAL A partir de 2008, porém, Banco do Brasil, Caixa e BNDES tomaram dianteira. As operações cresceram 27% entre essas instituições em 2008 (ante

16,5% entre as privadas) e 34,3% em 2009 (9,8%). Apenas em 2010 os bancos privados voltaram a liderar a expansão (10,2% ante 9,1%). "Após a crise, essa expansão só foi possível por causa da atuação dos bancos públicos, que supriram a lacuna dos privados", analisou na ocasião Victor Araújo, técnico da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do **Ipea**, um dos autores do estudo.

3%

do PIB é a taxa

de investimento público federal a partir de 2010, o dobro do registrado na década de 1990

Além da atuação anticíclica em momentos de crise, a pesquisa afirma que as instituições públicas desempenham no Brasil a função de estímulo ao desenvolvimento, sobretudo ao fornecerem linhas de crédito de longo prazo ou de maior risco – pouco disponíveis pela banca privada. Nesse aspecto, destaca-se a atuação do BNDES para o fomento da indústria, do Banco do Brasil para a agricultura, e da Caixa para o setor da habitação.

Isso só é possível porque a atuação dos bancos públicos está associada à gestão de "fundos de natureza para-fiscal", que possibilitam fontes estáveis de recursos de baixo custo. Além da gestão do FAT pelo BNDES, já mencionada, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) é gerido pela Caixa, e linhas de desenvolvimento regionais, como o Fundo Constitucional de Financiamento para o Centro-Oeste (FCO), estão sob responsabilidade do BB.

INVESTIMENTOS FEDERAIS A importância do setor público brasileiro para a formação da taxa de investimento do país não se resume à atuação dos bancos públicos. Recursos do orçamento fiscal da União são as principais fontes de construção da infraestrutura de transportes do país, em sua maior parte sob gestão estatal.

Além da atuação anticíclica em momentos de crise, as instituições públicas desempenham no Brasil a função de estímulo ao desenvolvimento, sobretudo ao fornecerem linhas de crédito de longo prazo ou de maior risco – pouco disponíveis pela banca privada. Nesse aspecto, destaca-se a atuação do BNDES para o fomento da indústria, do Banco do Brasil para a agricultura, e da Caixa para o setor da habitação. Isso só é possível porque a atuação dos bancos públicos está associada à gestão de "fundos de natureza para-fiscal", que possibilitam fontes estáveis de recursos de baixo custo

Mantendo-se acima de 3% do PIB desde 2010, os investimentos públicos federais vêm se elevando paulatinamente desde a década de 1990, quando permaneciam abaixo de 1,5% do PIB. Houve soluços no período, é claro, e também uma maior aceleração a partir de 2008.

Segundo Rodrigo Octávio Orair, também técnico da Dimac/**Ipea**, "a expansão dos investimentos da União pode ser atribuída à flexibilização da política fiscal e a uma mudança de orientação do governo, ainda embrionária, no sentido de reassumir seu papel no planejamento estratégico".

O técnico do **Ipea** explica que a maior parte da expansão desses investimentos se deve ao setor de transportes rodoviários. Outro destaque foram os desembolsos do Grupo Petrobras a partir de 2007. A aceleração dos gastos da empresa coincidiu com o anúncio da descoberta de petróleo leve na camada do pré-sal, em meados de 2007, e do início das explorações, no ano seguinte, além de sua retirada do cálculo da meta com superávit primário, já em 2009.

"As pessoas não enxergam que, mesmo com as reformas liberalizantes da década de 1990, o setor público e as estatais continuam sendo decisivos em áreas estratégicas da infraestrutura. O governo deixou o setor industrial de transformação e privatizou as telecomunicações, mas petróleo e gás seguem muito concentrados", diz Orair, ressaltando o papel dessas companhias para o investimento.

BARREIRAS A SUPERAR Ainda que haja mais disposição do governo federal em investir, uma série de barreiras dificulta esse processo. Carlos Alvares da Silva Campos Neto, coordenador de Infraestrutura Econômica do **Ipea**, ressalta que "pela primeira vez na histórica econômica, há recursos fiscais no orçamento que não estão sendo utilizados, por entraves administrativos ou de gestão". Ele cita cinco dificuldades:

- A Lei de Licitações (8.666) possui dispositivos que tornam mais lenta execução dos investimentos;
- Má elaboração de projetos pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e a Valec, onerando e atrasando as obras;
- Intervenções do Tribunal de Contas da União;
- Demora no licenciamento ambiental dos projetos;

- Lentidão nas desapropriações, como as necessárias para construção de linhas de transmissão de energia.

Segundo Campos Neto, o governo federal já tem essas dificuldades mapeadas e age para superá-las. Ele alerta, porém, que não bastará para o país suprir suas necessidades em infraestrutura o simples uso dos recursos fiscais disponíveis. É necessário mais. Ainda que o país tenha elevado em quase quatro vezes os aportes em infraestrutura, para 0,7% do PIB, entre 2003 e 2010, outras nações emergentes chegam a gastar 3,4%.

60%

do salto de

operações de crédito dos seis maiores bancos privados nacionais estão comprometidos com operações de até um ano

Para isso, é preciso mais ação pública e não se deve esperar pelo setor privado. O coordenador do **Ipea** admite que, para setores como energia elétrica, petróleo e gás, companhias privadas têm mais interesse, seja individualmente ou em parceria com estatais.

Mauricio Soares

Plataforma de petróleo perfurando em alto mar

DESINTERESSE PRIVADO Mas isso não ocorre no ramo de transportes, em que muitos projetos possuem baixa viabilidade financeira e, por isso, não atraem o setor privado. Campos Neto lembra que 13,5% da malha rodoviária federal já estão concedidos à iniciativa privada, restando poucas estradas que possam despertar interesse. "Entre 75% e 80% da malha sempre precisarão de recursos fiscais", diz ele.

É o mesmo para os aeroportos. Segundo o técnico, apenas entre 10 e 12 aeroportos interessam aos gestores privados. Se todos forem repassados, a Infraero ainda manterá sob sua gestão mais de 50 unidades, que sempre demandarão recursos públicos. E novos precisarão ser construídos para ampliar a integração do território.

Esse cenário revela, por um lado, a dificuldade em se contar com o setor privado como financiador de projetos de médio e longo prazo. Conforme cálculos do próprio **Ipea**, 60% do salto de operações de crédito dos seis maiores bancos privados nacionais estão comprometidos com operações de até um ano. Por outro, revela a importância em manter fortes os instrumentos públicos de investimentos, não só em termos de fontes de recursos, mas também na eficiência de sua gestão.

Compêndio traça as bases para um projeto nacional

Em dois volumes, Brasil em Desenvolvimento *faz radiografia de carências do país e aponta caminhos para o investimento público em diversas áreas*

Se quiser alcançar um patamar superior de desenvolvimento econômico e social, o Brasil terá dois grandes desafios pela frente. Em primeiro lugar, elevar a quantidade de recursos destinada a setores como educação, saúde e infraestrutura, cujos níveis permanecem baixos. Em segundo, criar novas estratégias para financiamento daquelas demandas, uma vez que as fontes atuais aproximam-se do esgotamento.

Essas conclusões são o resultado que unifica o compêndio *Brasil em Desenvolvimento 2011 – Estado, Planejamento e Políticas Públicas*, produzido a partir do trabalho de quarenta técnicos do **Ipea**.

Com 17 capítulos divididos em dois volumes, a publicação traz um diagnóstico ricamente embasado sobre a demanda e a oferta de recursos voltados ao desenvolvimento do país. Além disso, também oferece – o que é melhor – algumas propostas para a superação das mazelas nacionais. A íntegra do trabalho está disponível gratuitamente na página do instituto na internet (www.ipea.gov.br).

INSUFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO Ao apresentar o estudo em um seminário em São Paulo, o coordenador do projeto, Aristides Monteiro Neto, técnico do **Ipea**, lembrou que o Brasil ainda investe em educação uma porcentagem de seu PIB que equivale a pouco mais da metade do que é aplicado em nações desenvolvidas. Em termos de investimentos totais, a situação é ainda pior: aqui não chegamos sequer à metade do que é registrado pela China.

É preciso elevar esses patamares, segundo ele. "São investimentos necessários para superarmos nossas carências históricas e nosso subdesenvolvimento", diz Monteiro Neto. "Essa publicação problematiza essas questões e nos traz informações para pensarmos em que vamos investir recursos e como vamos obtê-los", completa.

Segundo dados contidos na obra, os gastos brasileiros em educação, saúde, mobilidade urbana e transportes alcançam hoje 9,92% do PIB. Para que um nível médio de desenvolvimento fosse atingido, seria necessário ampliar esse número para 19,5%. Esse patamar até poderia ser reduzido à medida que uma nova infraestrutura fosse consolidada. Mas, nos campos da educação e da saúde, o **Ipea** lembra que a obrigação é eminentemente pública, como determina a própria Constituição de 1988.

DEMANDAS URGENTES O problema é que falta dinheiro. Logo na primeira das quatro partes do trabalho, que contém cinco capítulos e intitula-se "A demanda por recursos", os autores alertam que a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 aumentará o gasto no setor da saúde, na melhor hipótese, em apenas 0,8%. A crítica recai sobre o serviço desigual oferecido pelo SUS no território, as isenções fiscais de despesas médicas e a judicialização do acesso a medicamentos, na maioria das vezes em

benefício de estratos sociais já favorecidos.

Quando educação é o tema analisado, os técnicos também não se furtam a apontar caminhos. Segundo eles, 3,55 milhões de brasileiros entre 4 e 17 anos estão fora da escola, a maior parte nos extremos dessa faixa etária. Assim, é para este público – crianças até cinco anos e adolescentes entre 15 e 17 anos – que o esforço governamental deve ser direcionado.

MOBILIDADE E TRANSPORTES A questão dos transportes também é tratada. Ao debater o sistema de mobilidade nas metrópoles brasileiras, os pesquisadores afirmam que o padrão de ocupação do solo empurra os mais pobres para a periferia, onerando-os em seu deslocamento. Além disso, o crescimento econômico recente permitiu a intensificação

dos deslocamentos, sem que os meios de transporte avançassem na mesma proporção.

O problema é que não há sinais de que isso se resolverá no curto prazo. Conforme o estudo, o PAC 2 aponta para investimentos de 0,45% do PIB no setor, ante uma necessidade de 2,1%. Há também insuficiência dos investimentos em aeroportos, rodovias, ferrovias e portos, inclusive diante do aguardado aumento de demanda gerado pelos grandes eventos esportivos.

A primeira parte da publicação termina com um capítulo sobre os mecanismos de financiamento do desenvolvimento regional. Nessa seção, há o alerta de que os recursos, mesmo quando existentes, como os do BNDES, destinam-se majoritariamente a bancar as estruturas produtivas das regiões mais ricas do país, ou seja, o Sul e o Sudeste. Já os fundos constitucionais de Norte, Nordeste e Centro-oeste, ainda que sejam fontes estáveis, são pouco representativos diante das necessidades dessas regiões do país.

O ARRANJO FEDERATIVO A segunda parte de *Brasil em Desenvolvimento*, chamada "Elementos institucionais que afetam a demanda de recursos", traz três capítulos que investigam a questão do investimento em infraestrutura social e urbana. A partir do pressuposto de que a Constituição de 1988 estabelece um "federalismo por cooperação jurídica singular que reconhece os municípios como entes federativos, responsáveis pela gestão de seu território", os trabalhos questionam as condições efetivas que têm as cidades para financiar investimentos.

Em um capítulo que discute os novos instrumentos trazidos pelo Estatuto das Cidades, em especial aqueles que podem ampliar os recursos disponíveis, os autores apontam um cenário marcado pela desigualdade, condicionada pela posição do município na "hierarquia da rede urbana". Sob esse aspecto, pouco pode ser feito a partir das cidades, uma vez que os investimentos seguem concentrados pela União, a despeito do preconizado pelo arranjo federativo.

OFERTA DE RECURSOS Essa abordagem colocada na segunda parte da obra traz o gancho para a terceira seção, chamada "A oferta de recursos". Seus quatro capítulos tratam dos instrumentos, eminentemente sob controle federal, responsáveis por abastecer com dinheiro os projetos de desenvolvimento.

Há discussão, por exemplo, sobre o esgotamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), gerido pelo BNDES, como fonte de financiamento. Também é analisada a possibilidade de mecanismos privados, como o mercado de capitais, cumprirem esse papel. Nesse ponto, a nota é negativa. Ainda que os autores apontem como "desejável" a atuação complementar entre BNDES e mercado de capitais, esse último tem se mostrado distante de prover o financiamento de longo prazo e viabilizar o ciclo de investimentos.

MOTORES DO DESENVOLVIMENTO Na quarta e última parte da publicação, chamada "Elementos que afetam a disponibilidade de recursos para o desenvolvimento", os técnicos do **Ipea** se debruçam não sobre a questão estrutural do financiamento (*funding*), já abordada na seção anterior, mas sobre aspectos difusos que afetam a disponibilidade de recursos.

Em cinco capítulos, discute-se a atual crise financeira internacional, as pressões inflacionárias, a difícil harmonização de políticas de distribuição de renda com a atual carga tributária regressiva, e a necessidade de articular sustentabilidade socioambiental e crescimento econômico com distribuição de renda.

Ao analisar o potencial das exportações brasileiras, por exemplo, os pesquisadores afirmam que a trajetória futura até 2014 dependerá muito mais do diferencial entre o aumento das rendas externa e interna do que da variação cambial. Assim, possíveis desvalorizações do real não resolveriam, ao menos no curto prazo, problemas referentes à restrição externa.

OPORTUNIDADES Se, por um lado, o cenário internacional ameaça, por outro também traz oportunidades, diz a publicação. O deslocamento do eixo dinâmico da economia global do Ocidente para a Ásia exige que o Brasil fique atento para também se apropriar dos ganhos que se realizam naquela região. Ainda que as regras dessa disputa estejam sendo construídas, o Brasil tem condições de ser protagonista. "Está em jogo, neste momento, a possibilidade de o país produzir um salto qualitativo em sua trajetória histórica de desenvolvimento", escreveu na apresentação do compêndio o ex-presidente do **Ipea** Marcio Pochmann.

A expansão do consumo está esgotada?

Rogério Lessa Benemond – do Rio de Janeiro

Dreamstime

A forte desaceleração da economia brasileira nos últimos meses coloca em dúvida a tática de retomada apenas por meio do incentivo ao consumo. Medidas anticíclicas devem envolver aumento do investimento. Nesse quadro, participação do Estado é mais decisiva do que nunca

Políticas de transferência de renda, aumento do salário mínimo, crédito em expansão e renda extra vinda do exterior por conta dos altos preços das *commodities* levaram o Brasil a viver, a partir de 2004, um novo ciclo de expansão apoiado no consumo que ganhou impulso e importância na crise financeira mundial instalada após 2008. No entanto, o crescimento dos índices de inadimplência, taxas de investimento modestas, câmbio sobrevalorizado e a piora do cenário externo levantam dúvidas sobre a sustentabilidade do modelo.

O economista Ricardo Carneiro, professor da Universidade de Campinas (Unicamp), observa que parte do dinamismo dos últimos anos "vazou" para o exterior, motivado pelo grau de abertura da economia brasileira. Esse fator "permite a disparada de uma importação da produção, transferindo para fora não apenas o investimento, mas também preciosos empregos no setor produtivo". Ele avalia que distribuir renda é um caminho que "pode e deve" continuar, mas a tendência é que a intensidade de seu impacto diminua com o tempo, o mesmo valendo para o crédito.

"O impulso ao consumo continua tendo um papel, mas não o mesmo verificado anteriormente. Particularmente, o crédito para financiamento de bens duráveis é um pilar importante dos ciclos de consumo, mas, do mesmo modo que as vendas alavancadas pelos programas de distribuição de renda, o endividamento das famílias tem um prazo de saturação", avalia.

IMPOSTOS E JUROS O professor da Unicamp vê o governo no caminho certo ao oferecer alívio nos impostos de alguns produtos industrializados. Trata-se de um incentivo para aumentar o conteúdo de insumos nacionais na indústria e devolver dinamismo ao segmento. Vai nessa direção também a queda, de 6% para 5,5%, da Taxa Básica de Juros de Longo Prazo (TJLP), referência para os financiamentos do BNDES. Mas Carneiro pondera que o setor público precisa liderar o investimento nessas horas e poderia, por exemplo, reduzir a meta de superávit primário (economia para pagar juros) fixada atualmente em 3% do PIB.

"No caso do Brasil, o nível de crédito era baixo e ainda está aquém de muitos países desenvolvidos e emergentes. Mas os juros altos fazem as prestações chegarem rapidamente ao limite. Isso significa que as pessoas que já se endividaram vão levar um tempo para contrair novos empréstimos". Além do investimento público, o economista ressalta a importância dos aportes das grandes empresas, sobretudo estatais, também importantes para alavancar o setor privado. "A Petrobras não tem problemas

para financiar o investimento. O Estado pode também trabalhar com regime de concessões, mas o investimento que não tem retorno empresarial no curto prazo só se faz com receita tributária, por causa do hiato de tempo para que sejam produzidas receitas".

RESTRIÇÃO EXTERNA Por sua vez, Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília (UnB), enfatiza que a queda dos preços das *commodities* impõe neste ano uma séria restrição externa ao modelo. "Após 2004, a demanda chinesa por produtos primários crescia simultaneamente ao constrangimento imposto à indústria por causa do câmbio sobrevalorizado. O consumo cresceu via crédito e através do 'efeito riqueza' gerado pelas receitas das exportações de *commodities*, com valorização de imóveis e especulação financeira, que gerou ganhos para a classe média alta". O fenômeno, para Munhoz, levou o país a se distanciar da geração de renda permanente. "Enquanto a bolsa subiu e os imóveis também, tivemos o efeito riqueza. Mas esses fatores evaporaram, como previsto, e, na chamada classe C, o crédito se viu limitado pela inadimplência".

Apesar das políticas de transferência de renda e recuperação do salário mínimo, o professor da UnB aponta que a renda real média do brasileiro pouco subiu após o Plano Real e ainda não superou sequer os níveis de 2008. "Os programas sociais são importantes socialmente, mas o impacto sobre o nível de demanda não é suficiente para alimentar a economia. Com a queda dos preços das *commodities* e a elevação da inadimplência, voltamos ao problema de demanda criado pelo Plano Real, em 1994", diz.

ARMADILHA DA LIQUIDEZ O economista Plínio de Arruda Sampaio Júnior, da Unicamp, acrescenta uma restrição ao modelo: a existência de um passivo externo que já supera US$ 1,5 trilhão. Boa parte desse montante está aplicado na dívida pública interna. "Reduzir o superávit primário ajudaria o país a fugir da chamada armadilha da liquidez (o governo oferece os recursos, mas o setor privado não investe), sinalizando para os agentes econômicos que haverá demanda permanente. Mas reduzir juros e não aumentar o gasto, na prática é aumentar o superávit fiscal", critica.

O economista sustenta que o superávit primário não faz parte apenas da política de controle da inflação ou de ajuste fiscal, mas é um pré-requisito da sustentabilidade do passivo externo. "Significa que, sem controlar os fluxos de capitais, os países ficam impedidos de praticar políticas anticíclicas. Esses recursos, que no caso brasileiro, superam em muito as reservas cambiais, podem sair do país rapidamente se houver muita turbulência", resume o professor da Unicamp. Segundo ele, a mudança do modelo exige um trabalho árduo, inclusive no plano político, para romper com a dependência das exportações de produtos primários e da renda volátil gerada no setor financeiro.

2%

é a taxa

de investimento público registrada atualmente

"O impulso ao consumo continua tendo um papel, mas não o mesmo verificado anteriormente. Particularmente, o crédito para financiamento de bens duráveis é um pilar importante dos ciclos de consumo, mas, do mesmo modo que as vendas alavancadas pelos programas de distribuição de renda, o endividamento das famílias tem um prazo de saturação"

Ricardo Carneiro,
economista e professor da Universidade de Campinas (Unicamp)

Valter Campanato/Agência Brasil

SAÍDA PARA FRENTE O coordenador do Grupo Análises e Previsões do **Ipea** (GAP/**Ipea**), Roberto Messenberg, não vê necessidade

Gaelx

O consumo continua a ter um papel importante no desempenho da economia brasileira. Mas talvez não seja suficiente para a retomada do crescimento

de rupturas, mas sim de evolução para um modelo que viabilize a produção de bens industriais manufaturados exportáveis. "Prefiro classificar como um processo e não um modelo, que está em transformação desde o início do Plano Real e que agora precisa entrar numa nova fase". Messenberg relembra que o Plano começou exclusivamente voltado para o controle da inflação e era baseado em juros altos sobre uma dívida alta. Após o abandono do câmbio fixo, foi fixada uma meta elevada de superávit primário para evitar a explosão do endividamento público.

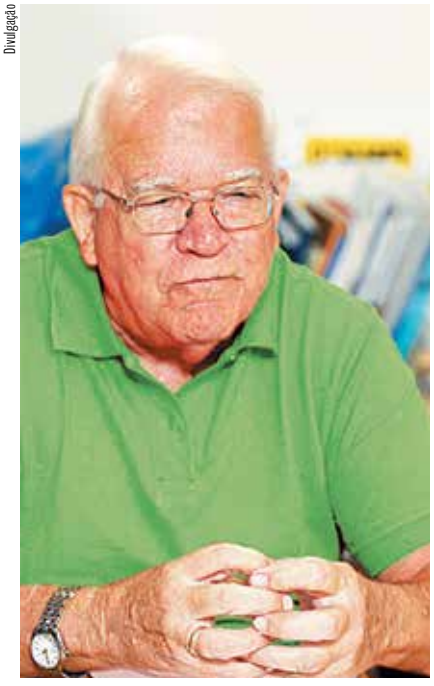
"No início do Real, havia esperança de que a estabilidade monetária motivasse o investimento privado, porque a visão era de que o investimento público só atrapalha. O arranjo macroeconômico, em função da estabilidade, estimularia o investimento privado, inclusive atraindo poupança externa com promessa de dívida pública estabilizada. Porém a inflação ficou baixa e o investimento não veio. Valorizou-se o câmbio, prejudicou-se a indústria e a renda não cresceu", relembra.

Messenberg observa que, após a crise cambial de 1998, a falta de investimento manteve baixa a competitividade nacional para a produção de bens de consumo industrializados exportáveis. "Isso prejudicou a entrada de moeda estrangeira, comprometendo o passivo externo líquido. O capital entrava, mas não alavancava a produção de bens de consumo industrializados para entrada de moeda estrangeira, pois o dinheiro vinha para aplicação financeira. A economia real não produzia bens para pagar a dívida e remunerar o Investimento Externo Direto (IED). Causou problema de confiança e as crises na Argentina, Ásia e outras agravaram o quadro, refletindo no balanço de pagamento".

Seria necessário um crescimento industrial de 1,6% ao mês até dezembro para haver um bom desempenho econômico do país

RECEITUÁRIO RECICLADO Em 2002, a eleição do presidente Lula aumentou a desconfiança quanto à manutenção do tripé câmbio flexível, metas de inflação e superávit primário, obrigando o governo

Divulgação



"Após 2004, a demanda chinesa por produtos primários crescia simultaneamente ao constrangimento imposto à indústria por causa do câmbio sobrevalorizado. O consumo cresceu via crédito e através do 'efeito riqueza' gerado pelas receitas das exportações de commodities, com valorização de imóveis e especulação financeira, que gerou ganhos para a classe média alta"

Dércio Garcia Munhoz,
ex-professor Titular do departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB)

recém-eleito a adotar o receituário de seu antecessor. "Acalmados os investidores, Lula foi beneficiado por um choque de preços de *commodities* e grande liquidez internacional. O compromisso com a estabilidade monetária fez o dinheiro externo voltar e o câmbio, a princípio desvalorizado, ajudou as exportações. Isso não causou problema para o balanço de pagamentos, que, ao contrário, teve inclusive um período de superávit. Isso teve um efeito positivo na renda", mostra o coordenador do GAP. Segundo ele, tudo isso, aliado aos programas distributivos e aumento de salário mínimo, dirigiu para o consumo o dinamismo da economia. "Acrescente-se que a entrada de capitais e medidas microeconômicas, como a alteração nas regras para o consignado, aumentaram o nível de crédito". Mas um novo passo precisa ser dado.

Esse passo, na direção da elevação do investimento, deve ser a redução do superávit primário, na opinião de Messenberg. Para ele, a restrição externa e a desaceleração do efeito distribuição de renda e do crédito podem servir para um movimento de impulso à indústria que guarda paralelo com a década de 1930. Na época, o governo usou o gasto público para industrializar o país, queimando, inclusive, o café que comprava para ajudar os produtores a reorientar o investimento para a indústria, iniciando um processo de substituição de importações.

CENÁRIO DISTINTO "Agora, o cenário internacional mudou. Não teremos mais o mesmo ganho com as *commodities*. Programas de transferência também terão menor impacto. A própria expansão do crédito se reduz, num ambiente de desaceleração da renda. Neste sentido, o modelo se esgotou", analisa ele. Com juros em queda e a relativa desvalorização do real, há espaço para se reduzir o superávit primário e canalizar mais recursos para o investimento público em infraestrutura. "Como observou Celso Furtado, a saída, para melhor, na década de 30 foi mudar para a indústria o eixo dinâmico da economia", diz Messenberg.

18,3%
é a taxa
de crescimento do volume de crédito em relação aos últimos 12 meses

"Sem controlar os fluxos de capitais, os países ficam impedidos de praticar políticas anticíclicas. Esses recursos, que no caso brasileiro, superam em muito as reservas cambiais, podem sair do país rapidamente se houver muita turbulência"

Plínio de Arruda Sampaio Júnior,
economista e professor da Unicamp

Acervo pessoal

O coordenador do GAP acrescenta que hoje a restrição externa é menor, pois há um fluxo positivo de capitais que vêm de fora. "Agora não se trata de mudar o modelo, como em 1930, mas de nos adaptarmos à nova realidade externa". No entanto, a taxa de investimento público está em queda: começa a crescer em 2004, saindo de 1,4% para 2,8%, em 2010, mas agora se encontra na faixa de 2% do PIB.

CUSTO BRASIL Para Messenberg, a melhora na infraestrutura vai reduzir o chamado "Custo Brasil", que tira competitividade dos produtos industriais. "O real não pode se desvalorizar indefinidamente, sob pena de causar forte impacto nos preços internos. Então, a redução dos custos pode ser uma alternativa para a desvalorização nominal do câmbio, favorecendo, simultaneamente, a competitividade da indústria de transformação exportadora". Caso isso não aconteça, o economista teme que a próxima etapa seja o aumento do desemprego.

"A produção industrial mais baixa é incompatível com o atual nível de emprego. As horas pagas já caíram. Isso deve se refletir também no consumo e no investimento". Para Messenberg, o segundo trimestre precisará ter uma performance ótima para não sepultar a esperança de a indústria terminar 2012 com algum crescimento. Para tanto, o **Ipea** calcula que a produção terá que crescer ao ritmo de 1,6% ao mês entre junho e dezembro. "Não há risco de explosão do endividamento público. Pelo contrário, ele está em queda. Por isso, não vejo motivo para que a meta de superávit primário não seja reduzida", finaliza o coordenador do GAP.

Jorge Abrahão – Diretor de Estudos e Políticas Sociais (Disoc)

"O Estado tem que ser o motor do consumo e do investimento"

Adenilson Nunes/Secom

*Para diretor do **Ipea**, ampliação do consumo exige ampliação da produção. Para isso, o papel do Estado é fundamental*

Desafios do Desenvolvimento – O ciclo de crescimento puxado pelo consumo está esgotado no Brasil?

Jorge Abrahão – Estamos longe disso. Travar o consumo agora seria um erro. Acredito na força do Estado para puxar o investimento e atrair o setor privado, mas o padrão de consumo, principalmente dos mais pobres, está ainda muito aquém do razoável para dizermos que está esgotado. Muitos brasileiros não têm itens básicos em casa, como geladeira, fogão ou televisão.

Desenvolvimento – O crédito pode continuar se expandindo indefinidamente?

Jorge Abrahão – Isso é outra coisa. Há necessidade de expansão do padrão de consumo no país. A recuperação do salário mínimo, as políticas de transferência de renda, tudo está ligado à recuperação da economia, não apenas o crédito. Não se deve restringir ou travar o crédito: vai afetar o consumo. O governo está agindo para manter o crédito não apenas para o consumo de bens duráveis, mas também de serviços.

Desenvolvimento – Os serviços têm sido o vilão da inflação. Isso pode atrapalhar?

Jorge Abrahão – É preciso olhar as duas coisas. Ampliar o padrão de consumo exige ampliação do padrão de produção. O consumo não pode estar separado do investimento. Para se conseguir isso numa economia aberta, a política pública precisa funcionar.

Desenvolvimento – Como?

Jorge Abrahão – Ajustando a relação entre investimento e consumo. É preciso incentivar o setor produtivo, montar uma estrutura de apoio. Facilitar o crédito, retomar investimento, usar os bancos públicos, que são fundamentais para chamar esse time para a produção. O mercado já mostrou que não é o melhor caminho. O Estado tem que ser o motor do consumo e do investimento, sobretudo porque, na crise, a alternativa da exportação fica prejudicada.

Os prós e contras dos números

- O volume de crédito no Brasil atingiu R$ 2,136 trilhões, em maio, com crescimento de 1,7% em relação ao mês anterior e de 18,3% em 12 meses. Segundo o Banco Central (BC), esse montante equivale a 50,1% do PIB. O BC reviu para 52%, ante 51%, a estimativa para a relação crédito/PIB este ano, mas, simultaneamente, anunciou que a inadimplência de empresas e famílias atingiu o recorde de 6%.
- Em maio, a inadimplência bateu recorde, segundo o BC, atingindo 6%, o maior nível desde o início da série histórica, iniciada em junho de 2000.
- Uso da capacidade da indústria atingiu, em maio, menor nível desde setembro de 2009. O índice caiu em maio para 80,7% ante os 81% registrados em abril (dados dessazonalizados). Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), as horas trabalhadas diminuíram 1,4% em maio ante abril (dados dessazonalizados), com queda de 2% no acumulado dos dois meses.
- Infraestrutura: o gargalo logístico causa perda de US$ 80 bilhões por ano ao Brasil. O gasto dos empresários com transporte de cargas chega a 12% do PIB. Na China e na África do Sul, ele é de apenas 8% e 9%, respectivamente. O valor corresponde a 4% do PIB, mesmo montante necessário para desafogar o setor, segundo levantamento do Núcleo de Infraestrutura e Logística da Fundação Dom Cabral. Os aportes nesse sentido estão estagnados em 1,5% do PIB ao longo dos últimos 30 anos.
- Os pedidos de falência no país aumentam 11% no primeiro semestre. De acordo com levantamento da Serasa Experian, no período de janeiro a junho foram registrados 975 casos, aumento de 11% ante os 877 requerimentos observados no mesmo período do ano passado.
- Criação de empregos formais desacelerou 21% entre janeiro a maio. Foi a maior perda de ritmo desde 2009.
- O governo anunciou pacote de compras públicas de mais de R$ 8 bilhões e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vem batendo recordes. Foram desembolsados, até maio deste ano, quase R$ 14,2 bilhões, maior valor desde que foi criado, em 2007. Houve expansão de cerca de 45% sobre o que foi gasto nos primeiros cinco meses de 2011 (R$ 9,8 bilhões). O montante é próximo do que foi pago no período em toda a primeira fase do programa (2007/2010), quando R$ 15,5 bilhões foram despendidos. Um aumento considerável é notado nos valores efetivamente pagos este ano (excetuando-se os restos a pagar), que passaram de R$ 419 milhões até o mês de abril para mais que o dobro em maio: R$ 875 milhões.

Otavio Nogueira

Programa Minha Casa Minha Vida – Luís Correia/PI

Shipra Maitra

Financiamento de cidades resilientes: lições da Índia

Cidades resilientes são cidades inclusivas. Sua resiliência não se reflete apenas na infraestrutura física tangível, como rodovias, pontes, jardins, complexos residenciais bem planejados e amigos do meio ambiente, mas também em seus moradores não tão visíveis, possuidores de parcos ativos financeiros e que desempenham atividades econômicas básicas necessárias ao bom funcionamento da cidade. São os pequenos agricultores, comerciantes, pedreiros, sapateiros e afins, que pertencem ao setor marginalizado da sociedade.

Eles prestam serviços com baixa remuneração, o que é insuficiente para quebrar o ciclo vicioso da pobreza, desnutrição e baixa produtividade.

Um dos gargalos desse setor informal é o acesso ao crédito. Com baixa renda e ausência de garantias, eles não dispõem de crédito no mercado para contrair empréstimos e aumentar os investimentos em seus empreendimentos. Com isso, o financiamento de cidades resilientes permanece incompleto e não engloba os problemas relativos ao financiamento de seus habitantes economicamente desprivilegiados, na busca de seu sustento.

O microcrédito é um instrumento financeiro inclusivo destinado a prestar serviços bancários aos mais pobres, por meio de empréstimos em grupos. Na Índia, os pequenos agricultores, artesãos rurais, e os setores economicamente mais fracos têm sido amplamente usados para definir o público-alvo do microcrédito.

O sistema de crédito informal, embora generalizado, não pode ser sustentável a longo prazo, a menos que se vincule ao sistema de crédito formal. O Banco Central da Índia (*RBI-Reserve Bank of India*) incentivou essa evolução via orientações aos bancos para criar vínculos efetivos entre o sistema formal e informal de crédito. Desse esforço de vinculação bancária surgiram os SHGs (*Self-Help Groups* – Grupos de Autoajuda – GAA) em 1992. Em 1996, o RBI traçou diretrizes para cobrir financiamentos aos GAAs como atividade rotineira, na carteira de empréstimos prioritários ao setor. A medida é hoje considerada uma inovação potencial nas relações bancárias com as classes pobres, com a formalização do sistema financeiro informal.

Surgiam três tipos de modelos GAA na Índia: 1. Membros do GAA do Banco: onde o próprio banco atua como Instituição Promotora de Grupos de Autoajuda – IPGAA; 2. Agência Bancária Facilitadora – Agências Facilitadoras de Membros do GAA: Agências facilitadoras, como ONGs, órgãos governamentais, ou outros grupos e organizações de base comunitária ; 3. Membros dos Bancos-ONG-IFM-GAA: As ONGs atuam como facilitadoras e intermediárias do microcrédito. Primeiro elas criam os grupos, desenvolvem e treinam esses grupos e depois se dirigem aos bancos para obterem empréstimos consolidados, para posterior empréstimo aos GAAs.

No programa de vinculação GAA-Banco, as ONGs e os bancos interagem com as classes pobres, especialmente as mulheres, visando organizar pequenos grupos homogêneos. Esses grupos são incentivados a se reunir com frequência e a recolher quantidades pequenas de recursos dos associados. São instruídos a manter métodos simples de contabilidade, que lhes permitirão controlar suas contas.

Esse é o primeiro passo no estabelecimento de vinculações com o sistema bancário formal. Em seguida, esses grupos reúnem-se para definir como será usada a poupança conjunta para conceder pequenos empréstimos aos membros para pagar pequenas necessidades. Assim, essas pessoas evitam as armadilhas das dívidas contraídas com agiotas, recuperam sua cidadania por meio da dinâmica de grupo, tomada de decisão e gestão de fundos. A poupança em grupo aumenta gradualmente e, em pouco tempo, essas pessoas estão prontas para receber fundos externos, em valores múltiplos de suas poupanças coletivas.

Os empréstimos bancários permitem que os membros do grupo possam realizar atividades geradoras de renda. Por meio do programa de ligação SHG-banco, o RBI buscou melhorar o relacionamento bancário, ou seja, a relação entre os pobres e os banqueiros, com a intermediação social das ONGs.

O modelo indiano é sobretudo um "Modelo de Articulação", baseado nos pontos fortes de vários parceiros: ONGs, que são os melhores agentes na mobilização dos pobres e na construção das suas habilidades, e os banqueiros, cuja força principal é o financiamento. Em comparação com outros países onde predomina o modelo paralelo de emprestar aos pobres, o modelo de vinculação indiano busca utilizar a própria rede financeira formal para alcançar os pobres, garantindo, ao mesmo tempo, a flexibilidade das operações necessária para os banqueiros e para os pobres.

Shipra Maitra é diretora da Amity College of Commerce & Finance, India.
Traduzida do original em inglês por Emmanuel Cavalcante Porto.

Desafios pós-Rio+20 mobilizam governos, mercado e sociedade civil

Maurício Thuswohl – do Rio de Janeiro

Marcha dos Povos levou mais de cem mil pessoas às ruas do Rio, durante a Conferência da ONU

Organismos internacionais, governos, empresas e entidades da sociedade civil apresentam balanços diversos sobre a maior conferência já realizada pela Organização das Nações Unidas. Em foco estão os papéis dos Estados e do mercado na preservação ambiental e na construção de uma agenda para as próximas décadas

Para uns, o símbolo da incapacidade intrínseca que tem o modelo econômico vigente para reverter a crise ambiental global. Para outros, o avanço possível que permitirá mudanças mais concretas rumo ao desenvolvimento sustentável no futuro próximo. Os resultados da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, dividem opiniões, mas em uma coisa governantes, ambientalistas, políticos e empresários concordam: após o encontro realizado em junho, no Rio de Janeiro, a humanidade não poderá mais encarar os problemas socioambientais do planeta da mesma forma como vinha fazendo até agora.

Na primeira reunião de balanço da Rio+20, realizada na sede da ONU em Nova York, em 25 de junho, o secretário-geral Ban Ki-Moon classificou a conferência como "uma importante vitória do multilateralismo após meses de complexas negociações". Para o sul-coreano, o documento final aprovado na Rio+20, com o título *O Futuro que Queremos*, fornece as bases necessárias para a elaboração da política ambiental global nos próximos anos: "Os compromissos anunciados no Rio são o tijolo e o cimento com os quais pavimentaremos um resultado concreto e duradouro", disse.

"A Conferência é uma importante vitoria do multilateralismo, após meses de complexas negociações. Os compromissos anunciados no Rio são o tijolo e o cimento com os quais pavimentaremos um resultado concreto e duradouro"

Ban Ki-Moon,
secretário-geral da ONU

Sebastian Derungs

METAS NÃO OBRIGATÓRIAS Uma das vitórias apontadas por Ban Ki-Moon é o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com metas não obrigatórias assumidas pelos 193 países que participaram da Rio+20. Segundo a ONU, foram assumidos no Rio de Janeiro 715 compromissos voluntários, com a previsão de ações que mobilizarão cerca de US$ 500 bilhões nos próximos anos. Do total de compromissos, no entanto, apenas 52 são governamentais e 82 dizem respeito ao Sistema ONU. A maioria das metas (581) foi assumida pelos setores empresarial e acadêmico e pelas organizações representativas da sociedade civil.

Também em 25 de junho, a presidenta do país anfitrião da Rio+20, Dilma Rousseff, reuniu oito ministros para uma avaliação da conferência. Na saída, Dilma afirmou ter ficado "muito satisfeita e orgulhosa" com os resultados obtidos pela diplomacia brasileira durante o encontro global. Falando oficialmente em nome do governo, o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, elogiou os resultados do encontro: "Além da qualidade do documento final, daquilo que

ele aponta como mudança de cultura, e da elaboração dos ODS, a Rio+20 será julgada no futuro pelo seu conjunto de mobilizações e debates. As propostas e acordos firmados são para o Brasil uma enorme vitória que aos poucos vai ser reconhecida", disse.

Diretor do Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC), Giancarlo Summa afirma que uma primeira e importante vitória da Rio+20 foi ter conseguido reunir mais de cem chefes de Estado ou governo para discutir as questões socioambientais: "Este já é um avanço significativo, foi a maior conferência que a ONU realizou em toda a sua história. Além disso, a sociedade civil e o setor privado tiveram um papel sem precedentes", diz.

Summa classifica como "essencial" o documento final da Rio+20: "Além de ter equilibrado as visões de todos os Estados-membros presentes à conferência, reconheceu a pobreza – e seu combate – como o maior desafio para o bem-estar econômico, social e ambiental do planeta. A Rio+20 reafirmou a necessidade de integrar esses três pilares, vinte anos depois do grande marco que foi a Rio-92".

226

empresas

brasileiras assinaram o Pacto Global, entre elas Petrobras, Gerdau e Braskem

Para a ONU, a tarefa primordial agora é adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com início previsto para daqui a três anos: "Esses objetivos estarão baseados em nossos avanços no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e serão parte integral do quadro de desenvolvimento pós-2015. O Sistema das Nações Unidas vai trabalhar em estreita colaboração com os Estados-membros para desenvolver os ODS e as ferramentas que precisamos para medir o seu sucesso. Este me parece um grande desafio a partir de agora", avalia Summa.

INDÚSTRIA EM TRANSIÇÃO Em busca de preparo para a transição à chamada economia verde, o setor empresarial esteve presente na Rio+20 e seus eventos paralelos, e também assumiu metas e desafios para os próximos anos. Sete mil empresas de todo o mundo assinaram durante a conferência o Pacto Global da ONU, por meio do qual se comprometem a submeter todas as suas atividades econômicas a critérios sociais e ambientais, com efeito prático em itens como eficiência energética e redução da emissão de poluentes, entre outros. O Pacto Global é assinado pela maioria das grandes empresas do mundo, incluindo 226 empresas brasileiras como Petrobras, Gerdau, Braskem e Vale, entre outras.

Fora do Eixo

Inúmeros debates e seminários paralelos reuniram públicos distintos, como trabalhadores, indígenas, moradores em áreas de risco e outros. Acima, um debate sobre juventude e sustentabilidade

Roberto Stuckert Filho

Mais de uma centena de chefes de Estado e representantes de governo estiveram presentes na maior conferência que a ONU realizou em toda a sua história

Protagonista de diversos eventos nacionais e internacionais paralelos ao evento oficial da Rio+20, o setor industrial também se mobilizou para o período pós-conferência. Entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e as federações de indústrias dos estados de São Paulo (Fiesp) e do Rio de Janeiro (Firjan) divulgaram documentos com suas posições sobre economia verde e desenvolvimento sustentável, sem, no entanto, assumir metas concretas para o setor.

Um documento divulgado conjuntamente por Firjan e Fiesp aponta os países mais desenvolvidos como responsáveis pelo atual estágio de aquecimento global do planeta e cobra que os mais ricos revejam suas matrizes energéticas e seu padrão de produção e consumo, além de arcar com os custos econômicos dessa transição. O documento da CNI, por sua vez, traz dados sobre a redução da emissão de gases de efeito estufa pela indústria no Brasil e propõe ao governo brasileiro que promova novas desonerações tributárias para incentivar o setor a se adaptar aos ODS e à economia verde.

Na avaliação do presidente da Fiesp, Paulo Skaf, a indústria está pronta para assumir um papel de liderança na construção da economia verde: "Os setores produtivos já entenderam que investir na preservação ambiental, longe de ser um ônus, é um bônus. Ao produzir de forma mais limpa – economizando água e energia, por exemplo – você também produz de

"Além de ter equilibrado as visões de todos os Estados-membros presentes à conferência, o documento final reconheceu a pobreza – e seu combate – como o maior desafio para o bem-estar econômico, social e ambiental do planeta. A Rio+20 reafirmou a necessidade de integrar esses três pilares, vinte anos depois do grande marco que foi a Rio-92"

Giancarlo Summa,
Diretor do Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC)

Lamia Oualalou

Reprodução

"O maior desafio é que a bola agora está com a sociedade civil. O futuro da política ambiental vai depender muito da capacidade que terá a sociedade para pressionar os seus governos e continuar a mobilização para que haja algum nível de decisão multilateral forte que enfrente a questão ambiental do planeta"

Pedro Ivo Batista,
dirigente da Alternativa Terrazul e integrante do Grupo de Articulação que organizou a Cúpula dos Povos

forma mais competitiva", afirma. Skaf ressalta que a abordagem dos problemas planetários deve ser ampla: "É preciso lembrar que o termo sustentabilidade deve percorrer o âmbito social e econômico e não só o ambiental. Privar uma pessoa de um prato de comida ou de um emprego não é sustentável. A indústria está atenta a isso e tem trabalhado fortemente em busca do equilíbrio deste tripé", diz. A busca da interação com outros setores da sociedade, segundo Paulo Skaf, também faz parte das preocupações do setor: "Com a realização do Fórum Humanidade 2012, a ação da indústria foi dar à população a oportunidade de participar dos debates relacionados à Rio+20 e à sustentabilidade. Nessa iniciativa mundialmente inédita e aberta ao público, ao contrário do evento oficial, as pessoas encontraram uma exposição inovadora, de portas abertas, e com isso puderam se sentir envolvidas e motivadas a buscar mais informação, a encontrar e exigir soluções para o desenvolvimento sustentável", diz o presidente da Fiesp, para quem "tal como a união das indústrias, a participação da população é essencial para impulsionar a produção sustentável no Brasil".

COMPROMISSOS DAS CIDADES Realizado durante a Rio+20, o encontro do C40 (grupo que reúne os prefeitos das 59 maiores metrópoles do mundo) terminou com a leitura de uma declaração de intenções na qual as cidades se comprometem a adotar medidas para evitar o lançamento de 1,3 bilhão de toneladas de gases de efeito estufa na atmosfera até 2030: "As cidades e lideranças locais já estão tomando medidas de vanguarda para acelerar as políticas ambientais, independente da hesitação dos chefes de Estado. A questão do clima é um desafio das cidades e do planeta. O debate ambiental é uma face da discussão ampla sobre o modelo de desenvolvimento, que tem implicações sociais, ambientais e econômicas", afirma o vice-prefeito do Rio, Carlos Alberto Muniz, que também é secretário municipal de Meio Ambiente.

A busca por parcerias em ações socioambientais, segundo Muniz, também é fundamental: "Os gestores podem promover parcerias com o setor privado e estimular políticas públicas urbanas que promovam a economia verde em mobilidade urbana, gestão de resíduos, habitação social, ambiência urbana, entre outras", diz, acrescentado que não é necessário esperar a ação dos líderes globais para agir: "Nas cidades está a verdadeira transformação. Cada vez mais, prefeitos e gestores ambientais têm instrumentos para promover mudanças nas vidas das pessoas. São os que conhecem detidamente as realidades locais. A solução global está na ação local".

SOCIEDADE CIVIL A percepção de que a Conferência da ONU foi um sucesso não é compartilhada pela maioria das redes de ONGs e movimentos populares que organizaram a Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20 e que reuniu cerca de 30 mil pessoas por dia no Aterro do Flamengo. A avaliação dos socioambientalistas é de que os próximos anos verão um aumento das mobilizações populares em torno das questões ambientais: "O maior desafio é que a bola agora está com a sociedade civil. O futuro da política ambiental vai depender muito da capacidade que terá a sociedade para pressionar os seus governos e continuar a mobilização para que haja algum nível de decisão multilateral forte que enfrente a questão ambiental do planeta", afirma Pedro Ivo Batista, dirigente da Alternativa Terrazul e integrante do Grupo de Articulação que organizou a Cúpula dos Povos.

Batista, no entanto, reconhece que o esforço pós-Rio+20 precisa ser compartilhado por todos os setores: "Isso tem que ser incorporado de forma estratégica à agenda da sociedade civil também do lado empresarial. As lideranças empresariais têm que analisar como podem contribuir nesse processo. Para avançarmos com a agenda ambiental, vai depender também da vontade política dos governos, que saíram muito por cima da Conferência da ONU e não fizeram nenhum acordo vinculante realmente forte", diz.

Os ambientalistas criticaram o documento final da Rio+20. Solicitaram a retirada de um trecho no qual se lê que sua elaboração contara "com plena participação da sociedade civil". Além disso, reclamam dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, apesar de estes terem sido considerados pela ONU um dos pontos altos da Conferência. Para Aron Belinky que é coordenador de Processos Internacionais do Instituto Vitae Civilis e acompanhou as discussões da conferência oficial, faltam nos ODS "metas objetivas e mensuráveis capazes de catalisar os esforços globais na mesma direção".

A ausência nos ODS de uma definição de metas por temas como água, biodiversidade e energia, entre outros, também é lamentada: "Esperava-se pelo menos uma indicação preliminar dos temas, mas o encaminhamento dos ODS saiu da Rio+20 com seu nível mais básico. A sociedade espera – e o mundo precisa – de números e prazos para o progresso de temas críticos", diz Belinky.

ECONOMIA VERDE Um dos eixos de discussão da Rio+20, a economia verde acabou não tendo seus fundamentos definidos de maneira concreta no documento final da conferência, que apenas indicou a necessidade de "novos indicadores de riqueza que vão além do Produto Interno Bruto (PIB) dos países". Nos próximos anos, ao que tudo indica, a tentativa de construção do novo modelo econômico continuará exclusivamente nas mãos do mercado. Um estudo divulgado durante a Rio+20 pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) afirma que as oportunidades comerciais relativas ao uso sustentável dos recursos naturais podem variar de US$ 2,1 trilhões a US$ 6,3 trilhões nas próximas três décadas.

Giancarlo Summa afirma que a ONU continua apostando na economia verde: "O documento final reconheceu a necessidade de ir além do PIB como medida do progresso, reconhecendo, portanto, o papel que a economia verde pode desempenhar na redução da pobreza, no crescimento econômico e na preservação ambiental. Neste tema, o Sistema das Nações Unidas tem uma experiência considerável e já está trabalhando há muito tempo com todos os Estados-membros que queiram explorar as opções da economia verde", diz o diretor da UNIC.

O processo de construção da economia verde, segundo Summa, já foi deflagrado: "Diversos líderes, tanto das Nações Unidas quanto de Estados-membros e da sociedade civil, reconheceram que ainda há muito a fazer. Porém, perceba, destacaram também que existem inúmeros exemplos em andamento", diz. O Diretor do Centro de Informação da ONU é mais um a ressaltar que as medidas de implementação da economia verde não serão realizadas sem amplas parcerias: "Os governos permanecem no centro, mas a ONU reconhece há muito tempo que os governos sozinhos não podem fazer o trabalho. Isto inclui grupos da sociedade civil e o setor privado".

Eurdes Santana

"Faltam nos objetivos do desenvolvimento sustentável metas objetivas e mensuráveis capazes de catalisar os esforços globais numa mesma direção. A sociedade espera – e o mundo precisa – de números e prazos para o progresso de temas críticos"

Aron Belinky,
coordenador de Processos Internacionais
do Instituto Vitae Civilis

VERNIZ E MERCADO Para Pedro Ivo Batista, no entanto, "não é economia verde no sentido profundo do termo, mas apenas um verniz verde" o que o está sendo construído pelo mercado: "O que estão fazendo, na realidade, é gerar, na crise que está vivendo o capitalismo, oportunidades que absorvem o elemento verde como valor de mercado. Isso é muito limitado e perigoso, pois a defesa da sustentabilidade do planeta vai além dos mecanismos de mercado. Se a ONU mantiver essa agenda bastante rebaixada da economia verde e tentar apenas encarar o problema de como salvar as corporações, a crise ambiental não vai se resolver. Ao contrário, vai se agravar", diz.

Batista vê a necessidade de reverter um retrocesso que, segundo ele, aconteceu na Rio+20: "Teremos que voltar à discussão tendo o desenvolvimento sustentável como centro, aquilo que foi consignado lá na Rio-92, quando se disse que havia uma crise ambiental planetária provocada pelo modelo de produção e consumo e que este precisa ser modificado. Isso foi abandonado na Rio+20", lamenta.

Segundo o ambientalista, o melhor caminho para enfrentar essa crise ambiental é utilizar os mecanismos já aprovados pela ONU,

Jorge Andrade

A maioria das redes de ONGs e movimentos populares que organizou a Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20 e que reuniu cerca de 30 mil pessoas por dia no aterro do Flamengo, não considera a Conferência da ONU um sucesso

como a Agenda 21, o Protocolo de Kyoto e as convenções de Mudanças Climáticas, Diversidade Biológica, Água e Desertificação: "Não é preciso inventar muita coisa, o maior déficit é de implementação. E aí, é preciso ter uma governança ambiental que aponte para isso e não simplesmente para uma economia capitalista pintada de verde. Uma governança com um órgão ambiental mundial forte, capaz de constranger os governos que não querem colocar em prática aquilo que eles mesmos acertam".

Para Carlos Alberto Muniz, vice-prefeito do Rio, a transição para a economia verde é inevitável: "Não haverá solução robusta para os desafios da sustentabilidade do planeta se não incorporarem mecanismos de mercado e responderem à lógica econômica. A sustentabilidade do processo depende disso e nesse sentido o conceito de 'economia verde', em que pesem a amplitude e suas nuances, é um princípio adequado. Faz sentido conciliar o desenvolvimento econômico com menor pressão sobre os recursos naturais do planeta e progressiva inclusão social", diz.

2013

será o ano

de implementação das ações de fortalecimento do Pnuma e de um fórum político sobre o desenvolvimento sustentável

Para a ONU, a montagem de uma estrutura de governança global para a materialização da economia verde é questão de tempo: "Em relação à governança ambiental, o documento final da Rio+20 é claro. Os Estados-membros concordaram em fortalecer a arquitetura para apoiar ações internacionais para o desenvolvimento sustentável. Isto inclui, por exemplo, o estabelecimento de um fórum político de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Estas são, portanto, ações que serão concretizadas já a partir de 2013, quando a fase de implementação terá início", anuncia Giancarlo Summa.

João Alexandre Peschanski

A relevância da análise de classe no Brasil

O mundo do trabalho atual é, aparentemente, tão complexo, fragmentado e multifacetado, que descrever e analisar suas dinâmicas a partir de uma teoria geral sobre classes sociais pode parecer um exercício infrutífero. Diante disso, alguns teóricos decretaram "a morte das classes". Para eles, o conceito foi pertinente para a análise das relações de produção no capitalismo industrial, mas, com o desenvolvimento das tecnologias da informação e da economia de serviços, a partir da década de 1970, se tornou obsoleto.

Sem chegar ao extremo de rejeitar o próprio conceito, correntes sociológicas depenaram a noção de classe social de muito de seu valor analítico e explicativo, tornando-o uma ferramenta meramente descritiva. Aqui, a classe social reúne atributos individuais salientes em dada sociedade que afetam as oportunidades e escolhas das pessoas numa economia de mercado, como educação, etnia, inteligência, gênero, motivação etc. Nessa corrente, a noção de classe é usada para descrever grupos que têm certos atributos em comum, sem pressupor que esse aspecto tenha valor explicativo e sem que haja uma relação necessária entre as diferentes classes.

Uma segunda corrente agrega à primeira, que põe o foco em atributos, um mecanismo explicativo das desigualdades socioeconômicas: a exclusão de indivíduos e grupos de posições privilegiadas por meio de algum tipo de restrição social. Um exemplo é a proteção de nichos de trabalho com a exigência de alguma qualificação especial ou diploma. Essa perspectiva é relacional, na medida em que os benefícios associados a ter uma posição de classe privilegiada – melhores salários, condições de vida, status – estão vinculados à exclusão de indivíduos e grupos.

Estudos recentes sobre a composição de classe no Brasil oscilam entre a primeira e a segunda corrente. Afirmam que a classe média é, hoje, a maior classe brasileira. Definem-na de acordo com o nível de renda – geralmente, entre R$ 1.064 e R$ 4.591 por mês – e, às vezes, também de acordo com o nível educacional. Portanto, a classe média indica o estrato intermediário numa escala de renda, arbitrariamente delimitada e sem levar em consideração dimensões que determinam as condições materiais da vida, como nível de endividamento e gastos com serviços básicos.

Uma terceira corrente, sob influência direta do marxismo, com mais ou menos ortodoxia, se fundamenta na noção de exploração. Não apenas os ricos são ricos porque excluem os pobres, mas se tornam ricos e mais ricos a partir da apropriação dos frutos do trabalho alheio. Na teoria, a exploração pressupõe relações de produção estruturalmente antagônicas, entre os que exploram e os que são explorados. A estrutura de classe – posições de classe que existem independentemente das pessoas específicas que as ocupam – determina, portanto, interesses materiais objetivos: os capitalistas têm incentivos racionais em maximizar a exploração, enquanto os trabalhadores têm incentivos racionais em limitá-la. Vários mecanismos podem qualificar os interesses objetivos, especialmente dos trabalhadores: se dominam outros trabalhadores, se são funcionários públicos etc. Essas qualificações podem fazer com que os explorados ajam em contradição com seus interesses definidos pela exploração e a reproduzam. A classe média pode ser definida como uma posição contraditória: pessoas que são exploradas – isto é, são trabalhadoras -, mas que detêm algum atributo próprio aos exploradores, como a capacidade de dominar.

O livro de Marcio Pochmann, *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira* (Boitempo, 2012), se propõe a investigar as relações sociais brasileiras, especialmente as dinâmicas do mundo do trabalho e a desigualdade econômica, à luz dessa terceira corrente, fundamentada na noção de exploração. A análise de Pochmann adota, como ponto de partida teórico, a necessidade da consideração da estrutura de classe brasileira, em seu desenvolvimento histórico, nas transformações pelas quais passaram, no geral, o capitalismo e, mais especificamente, as relações de produção. Apresenta um panorama de classe multidimensional, relacional, com ênfase em interesses materiais, onde as posições na estrutura produtiva têm caráter explicativo.

Pochmann rejeita a tese de que o Brasil se tornou um país majoritariamente de classe média, à medida que o estrato social que mais cresceu foi o que ele chama de *working poor* (ou pobretariado). São trabalhadores, cuja renda até cresceu, mas que são explorados e, até mais dramaticamente do que outros trabalhadores, na medida em que muitos têm relações de trabalho terceirizadas, precárias, temporárias. Os dados com os quais Pochmann trabalha não lhe permitem esmiuçar a fundo as dinâmicas de exploração e suas contradições no Brasil contemporâneo, mas convida a análises teóricas e empíricas sobre a estrutura de classe no Brasil, um convite a empreitadas científicas que levem a sério a tradição da análise de classes.

João Alexandre Peschanski é Sociólogo, coorganizador da coletânea de textos *As utopias de Michael Löwy* (Boitempo, 2007) e integrante do comitê de redação da revista *Margem Esquerda*.

O movimento sindical de volta ao cenário político

Igor Ojeda – de São Paulo

Os anos 1990 representaram um duro golpe no sindicalismo brasileiro. A partir do início da década passada, no entanto, o setor retomou parte das mobilizações de outros tempos. Influenciam na mudança o crescimento da economia, a redução do desemprego e melhores relações com o governo federal, avaliam dirigentes e especialistas. Ainda assim, os trabalhadores não conseguem influenciar com força a agenda nacional

Manifestação de sindicalistas na avenida Paulista, em São Paulo

A partir de 2006, o governo federal decidiu fortalecer o mercado interno, recolocando o Estado como indutor do desenvolvimento. Apesar do otimismo entre dirigentes, especialista alerta: as melhorias devem-se mais à mudança da conjuntura do que às virtudes do sistema sindical. A grande incógnita agora é: com a desaceleração da economia, as conquistas continuarão?

Greves, paralisações, campanhas, passeatas, conquistas salariais e abertura de espaços institucionais voltam à cena. Depois de uma década de poucas mobilizações e conquistas, nos anos 1990, o movimento sindical brasileiro vem, especialmente a partir do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), retomando parte do impulso político de períodos anteriores, avalia a maioria dos especialistas e dirigentes sindicais ouvidos por *Desafios do Desenvolvimento*.

A explicação para essa retomada, segundo eles, combina muitos fatores: a conjuntura econômica favorável, a unidade de ação das centrais em algumas pautas e a boa interlocução com o governo federal nos últimos anos, entre outros.

"O movimento sindical tem recuperado o protagonismo que já teve antes, como nos tempos da derrota da ditadura", opina o cientista político e consultor sindical João Guilherme Vargas Netto. Segundo ele, além das vitórias no terreno econômico, o sindicalismo brasileiro tem adotado uma pauta ampla. Exemplos disso são a luta pela mudança da política econômica e a campanha pela destinação de mais recursos à educação. Tal atuação, analisa, vem contribuindo para o Brasil resistir aos efeitos da crise financeira internacional. "Seguramente, é o mais forte movimento sindical no mundo inteiro", ressalta.

PESO POLÍTICO A opinião, no entanto, não é unânime. Para José Dari Krein, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), embora o movimento venha realizando mais greves e tenha melhorado a vida dos trabalhadores, sua importância não se efetivou em pautas mais gerais. De acordo com o especialista, o sindicalismo brasileiro tem muito mais poder e força para vetar certas medidas – apoiado na interlocução que possui com o governo – do que impor uma agenda propositiva ao país. Pautas como a redução da jornada de trabalho e a ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – que impede a demissão imotivada – não avançam. "Os

446

paralisações

foram realizadas no ano de 2010, a maioria motivada por demandas de reajustes salariais

Fora do Eixo

De acordo com o Dieese, em 2008 foram realizadas 411 greves em todo o país. No ano seguinte, aconteceram 518 paralisações e, em 2010, 446. Acima, cartaz sobre a greve do metrô, em São Paulo, em maio de 2012

sindicatos obtiveram conquistas concretas, mas suas mobilizações gerais foram tímidas. Não conseguem mobilizar a sociedade e o Congresso Nacional. Não têm a capacidade de pautar uma agenda mais favorável ao trabalhador, mesmo com um governo mais próximo. Isso é uma evidência da perda de protagonismo", opina Krein, para quem o movimento sindical, embora tenha perdido peso político, ainda consegue marcar presença na sociedade.

De acordo com acompanhamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 2008 foram realizadas 411 greves em todo o país. No ano seguinte, tivemos 518 paralisações e, em 2010, 446. A probabilidade de esses números serem maiores é grande, já que nem todos os sindicatos informam sobre suas mobilizações à entidade, que se baseia muitas vezes em notícias de jornais.

Segundo o Dieese, a maioria das greves de 2009 e 2010 foi motivada por demandas de reajustes salariais. Em seguida, aparecem as reivindicações relacionadas a auxílio-alimentação e planos de carreira.

Nos dois últimos anos, a tendência vem se mantendo. Metroviários, policiais militares, professores, operários de usinas hidrelétricas, funcionários dos Correios, entre outros, vêm realizando paralisações em diversas regiões. E a expectativa é que, com as negociações de reposição salariais ainda por vir, mais greves aconteçam ainda neste ano.

CONJUNTURA FAVORÁVEL Na avaliação de Artur Henrique, ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior relevância

Carla Ornelas/Secom

Processo de negociação entre governo do estado da Bahia e Sindicato dos Professores, intermediada pelo Ministério Público

do movimento sindical deve-se em grande parte à conjuntura político-econômica do país. Segundo ele, no período dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), o sindicalismo brasileiro viveu um momento de resistência aos ataques contra os trabalhadores e à repressão contra as mobilizações populares. A partir, principalmente, do segundo mandato de Lula, o governo federal, como maneira de enfrentar a crise internacional, passou a executar políticas de fortalecimento do mercado interno, recolocando o Estado como indutor do desenvolvimento. Na análise de Artur Henrique, tal panorama fez o movimento sindical mudar de patamar. "Estamos vivenciando uma agenda evidentemente mais positiva, que é de ampliação das conquistas dos trabalhadores. Hoje, não basta discutir o número de empregos criados; temos de discutir sua qualidade. Não basta discutir crescimento econômico, temos de discutir desenvolvimento".

No entanto, na opinião de Armando Boito, professor de Ciência Política da Unicamp, a recuperação do papel político do movimento sindical dos últimos anos está relacionada quase exclusivamente ao crescimento econômico e à geração de empregos a partir do governo Lula, além do desgaste da ideologia neoliberal no país. "O que se conquistou foi muito mais por causa da mudança da conjuntura econômica, política e ideológica do que devido às virtudes do sistema sindical". Sistema que, segundo ele, mantém a mesma estrutura do passado.

Dirceu Travesso, o Didi, da Secretaria Nacional da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), concorda. "Até 2008, tivemos um ciclo de crescimento internacional, e o Brasil surfou nesse processo. Nesse contexto, ocorreram pequenas concessões econômicas aos trabalhadores. Empregos foram gerados, mas com salários mais baixos e condições de contratação mais precárias. Mas o modelo se manteve". Segundo Didi, o aumento do número de greves pode ser explicado pelo fim do fantasma do desemprego. "Com a escassez de mão de obra, o trabalhador se sente com força para lutar. Isso é muito positivo, pois começa a surgir uma nova vanguarda, gente que começa a discutir questões ligadas à luta por moradia, resistência na periferia, racismo, repressão policial... Surgem expressões em vários aspectos, retomando a ideia de coletivo, de participação. Mas isso não tem se dado pelos sindicatos".

Milton Jung

"Até 2008, tivemos um ciclo de crescimento internacional, e o Brasil surfou nesse processo. Nesse contexto, ocorreram pequenas concessões econômicas aos trabalhadores. Empregos foram gerados, mas com salários mais baixos e condições de contratação mais precárias. Mas o modelo se manteve"

Dirceu Travesso,
Secretaria Nacional da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas)

90
mil integrantes
de entidades patronais e centrais sindicais organizaram ato conjunto em defesa da indústria nacional, em São Paulo, no mês de abril

CAMPANHAS COMUNS Protagonista ou não, não parece haver dúvidas quanto ao fato de que o movimento sindical vem conseguindo caminhar junto em torno de pautas gerais ou trabalhistas. Nesses casos, as diferenças – às vezes, ideológicas – são deixadas de lado. "Os fatores da conjuntura política e o protagonismo se desenvolvem e se enriquecem com a estratégia de unidade de ação, que produz avanços. Há um esforço de trabalho comum, inclusive com outros setores sociais, como, por exemplo, na campanha contra a desindustrialização", analisa o consultor sindical João Guilherme. Em 4 de abril, algumas centrais sindicais e entidades patronais organizaram um ato conjunto – que reuniu cerca de 90 mil pessoas no estacionamento da Assembleia Legislativa de São Paulo – contra a crise na indústria nacional.

"As ações conjuntas têm sido boas. Estamos alertando e fazendo propostas. Isso é um avanço significativo. Ficamos unidos ao empresariado em defesa de uma política desenvolvimentista", avalia Ubiraci Dantas de Oliveira, o Bira, presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

Além da manifestação contra a desindustrialização, ele cita a campanha pela queda dos juros básicos da economia (taxa Selic) e o controle do câmbio.

Para Miguel Torres, presidente em exercício da Força Sindical, a unidade de boa parte das centrais demonstra o amadurecimento do movimento. "Existe unidade na maioria dos casos. Passa-se por cima de questões pontuais para se unir no que interessa ao trabalhador. Temos que manter isso e ampliar nossa influência no Congresso", analisa.

O maior fruto dessa nova postura talvez tenha sido o acordo entre centrais e governos para a valorização do salário mínimo. Após uma série de mobilizações, em 2007 ficou acertada uma política permanente de reajuste, que passou a levar em conta a inflação anual medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais a variação do PIB de dois anos antes. "O salário mínimo é a política de distribuição de renda mais importante do país. Quando insistimos que os estados tenham seus pisos regionais, acreditamos que isso possa pressionar por um aumento maior do salário mínimo", explica Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Segundo Armando Boito, a valorização do salário tem a ver com a nova presença do sindicalismo brasileiro na sociedade, por meio da participação política e das greves. "Nas negociações coletivas, a modificação em relação ao período anterior é gritante. Em 2003, apenas 18% dos acordos de convenções coletivas obtiveram um reajuste igual ou superior à taxa de inflação; desde então, com o início do ciclo grevista a partir de 2004, essa porcentagem tem aumentado. Há anos que cerca de 90% dos acordos e convenções logram obter reajuste acima da taxa de inflação. Estamos presenciando uma recuperação do salário real dos trabalhadores", analisa.

AUMENTOS REAIS De fato, de acordo com a publicação do Dieese *Estudos e Pesquisas* 59, de março deste ano, em 2011 aproximadamente 87% dos reajustes negociados significaram aumentos reais, consolidando uma tendência que vinha desde 2004. Entre 1996 e 2003, os aumentos abaixo da inflação eram a maioria. Segundo o estudo, o setor mais contemplado foi o do comércio: 97% das negociações registraram ganhos reais.

No entanto, a entidade chama a atenção para o fato de que os aumentos acima da inflação continuam, em regra, menores que os ganhos de produtividade da economia brasileira. "Para efeito de comparação, nos últimos quatro anos, o PIB brasileiro cresceu cerca de 15,8%, e o PIB *per capita*, aproximadamente 11,4%. Tomando esses percentuais como referência para a análise dos ganhos reais dos salários, percebe-se que poucas unidades de negociação obtiveram ganhos equivalentes. Em relação à variação do PIB no período, cerca de 3% das negociações analisadas tiveram aumentos reais iguais ou acima de 15,8%. Em relação ao PIB *per capita*, 9%".

INTERLOCUÇÃO COM O GOVERNO Não há dúvida de que, se as mobilizações conjuntas e o crescimento da economia ajudaram a devolver parte da importância política ao movimento sindical, este não teria alcançado o patamar atual se não fosse o ótimo relacionamento com o governo federal nos últimos anos. "Se pensarmos no processo político nacional, não é difícil perceber que também nesse nível o sindicalismo passou a ter uma participação importante. As

Jailton Garcia/SEEB-SP

"Estamos vivenciando uma agenda evidentemente mais positiva, que é de ampliação das conquistas dos trabalhadores. Hoje, não basta discutir o número de empregos criados; temos de discutir sua qualidade. Não basta discutir crescimento econômico, temos de discutir desenvolvimento"

Artur Henrique,
ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

97%
das negociações
no setor do comércio registraram ganhos reais

candidaturas Lula e Dilma tiveram como trunfos importantes o apoio que puderam obter junto ao movimento sindical", avalia Armando Boito.

87%

dos reajustes

negociados em 2011 resultaram em aumentos reais

Wagner Gomes, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), deixa claro que o apoio às eleições petistas à presidência por parte da maioria das centrais não significa adesão ao governo federal. Segundo ele, os líderes sindicais vêm cumprindo um importante papel de reivindicar políticas em prol dos trabalhadores, assim como o de denunciar medidas contrárias. Para Gomes, a interlocução com o Executivo – que não havia na gestão de Fernando Henrique – trouxe a possibilidade de o movimento opinar sobre os rumos do país. "Além das questões do dia a dia, começamos a influenciar e brigar para que os trabalhadores sejam ouvidos. O grande salto do movimento sindical é essa participação ativa nos debates e propostas de saídas para o Brasil".

"Além das questões do dia a dia, começamos a influenciar e brigar para que os trabalhadores sejam ouvidos. O grande salto do movimento sindical é essa participação ativa nos debates e propostas de saídas para o Brasil"

Wagner Gomes,
presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Divulgação

Edson Carneiro, o Índio, da Coordenação Nacional da Intersindical, pensa de maneira diferente. Em sua opinião, após anos de neoliberalismo no Brasil, o sindicalismo, que se organizava em torno da CUT, teve sua espinha dorsal quebrada – hoje, encontra-se fragmentado, dividido e despolitizado. "Apesar de nunca ter sido uma central única, a CUT perdeu a capacidade de aglutinar em torno de si os setores classistas e mais combativos do movimento, por conta da incapacidade de preservar sua independência com relação ao governo", analisa. Para ele, desde a aprovação da reforma da Previdência, em 2003, o governo federal conta com a "adesão quase acrítica das maiores centrais à sua base de apoio. Isso é um equívoco. Sindicato tem de ter autonomia e independência". Para Didi, da Conlutas, esse tipo de sindicalismo, que ele chama de "oficial", faz lutas e reivindicações sem questionar o modelo, que é imposto pelos patrões.

Nelson Ezidio

"Apesar de nunca ter sido uma central única, a CUT perdeu a capacidade de aglutinar em torno de si os setores classistas e mais combativos do movimento, por conta da incapacidade de preservar sua independência com relação ao governo"

Edson Carneiro (Índio),
da Coordenação Nacional da Intersindical

INSTRUMENTO CONTRA A CRISE Artur Henrique, da CUT, refuta totalmente essa hipótese. Ele se baseia nos números do Dieese sobre a ocorrência de greves no país como demonstração

de que a entidade mantém a independência e a autonomia mesmo que apoie determinado projeto político – dos governos Lula e Dilma – em detrimento de outro – o defendido pelos governos anteriores. "Desde o início, denunciamos as medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores. É um governo em disputa. A diferença crucial é que não deixaremos de elogiar quando as medidas são de interesse dos trabalhadores", esclarece.

O consultor sindical João Guilherme Vargas Netto também refuta a tese de

Centrais discordam sobre estrutura

Organização sindical definida no governo Vargas é baseada na unicidade e sustentada pela contribuição sindical

Para Armando Boito, professor de Ciência Política da Unicamp, "a recuperação da luta sindical na década de 2000 e as vitórias dos trabalhadores têm se dado dentro do padrão tradicional do sindicalismo brasileiro, que é o estabelecido pela velha estrutura herdada do período de Getúlio Vargas". Segundo ele, as atuais pesquisas apontam para mobilizações apenas nos períodos de datas-bases, ausência dos sindicatos nos locais de trabalho e "uma grande maioria de sindicatos burocratizados e dirigidos por sindicalistas, pouco afeitos a organizar mobilizações consequentes".

De acordo com Boito, o governo Lula aprofundou a integração do sindicalismo ao Estado ao promulgar a lei que reconhecia as centrais sindicais, em 2008. Desse modo, essas organizações passaram a receber uma porcentagem da contribuição sindical, tributo descontado dos trabalhadores formais – independentemente se associados ou não ao sindicato da categoria – equivalente a um dia de trabalho.

"Essa nova realidade estimulou a criação de novas entidades. Cada partido e cada corrente sindical tratou de se capacitar para entrar no rateio do imposto. Na cúpula, temos no Brasil de hoje uma situação de pluralidade sindical que resultou da ação das correntes e partidos que atuam no movimento e, ironicamente, todos eles defendem a unicidade, que é mantida na base, no nível dos sindicatos, e que se constitui num dos pilares da estrutura sindical corporativa de Estado. Isso limita a força do movimento", analisa o professor.

O consultor sindical João Guilherme Vargas Netto discorda. Ele afirma que o processo organizacional do sindicalismo brasileiro é híbrido: unicidade na base, pluralidade na cúpula. "Essa característica na cúpula não produziu um estilhaçamento contrário à regra constitucional. Se a regra garante sindicatos por categoria e território, e no Brasil há cinco mil municípios, o estilhaçamento é relativamente pequeno", opina.

IMPOSTO SINDICAL Em março, a CUT lançou uma campanha pelo fim da contribuição sindical. A entidade entende que o tributo impede a plena autonomia das entidades e centrais em relação ao Estado. Arthur Henrique lembra que "há trinta anos lutamos pela ratificação da Convenção 87 da OIT [Organização Internacional do Trabalho], que garante a liberdade e autonomia e põe fim ao imposto e à unicidade. É preciso que tenhamos sindicatos mais representativos e não essa acomodação que acabou sendo feita pelo dinheiro do imposto sindical".

Para Edson Carneiro, o Índio, da Coordenação Nacional da Intersindical, as entidades que representam os trabalhadores devem ser sustentadas pela contribuição voluntária destes. A opinião é compartilhada por Dirceu Travesso, o Didi, da Secretaria Nacional da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas).

CTB-BA

CGTB, CTB, UGT e Força Sindical, por sua vez, mantêm-se favoráveis à contribuição. Ubiraci Dantas de Oliveira, o Bira, presidente da CGTB, a considera justa. "Serve para organizar a luta dos trabalhadores. É preciso dinheiro para alugar carro de som, organizar encontros, fazer panfletos, enfrentar os patrões. É um recurso para lutar pela causa operária."

Para Wagner Gomes, da CTB, caso o tributo seja extinto, muitos sindicatos fecharão e alguns podem até começar a ser patrocinados pelos patrões. "Essa defesa da CUT pelo seu fim é mais teórica do que prática", opina.

Ricardo Patah, da UGT, defende a estrutura sindical estabelecida no Brasil e acredita que a contribuição sindical é um instrumento de defesa contra a ação das empresas que, segundo ele, "querem de qualquer jeito impedir que os trabalhadores se associem ao sindicato". Já para Miguel Torres, presidente em exercício da Força Sindical, o fim do tributo favoreceria o mau empresário. "É o imposto sindical que garante o sindicato para defender os trabalhadores. Se o sindicato é de luta ou não, depende dos trabalhadores."

cooptação. Segundo ele, o protagonismo recuperado pelo movimento sindical "significa também que ele é um dos pilares do enfrentamento da crise, e o governo se apoia nela". Miguel Torres, da Força Sindical, reforça o argumento. Para o presidente em exercício da entidade, não fosse o modelo sindical existente no Brasil e a unidade das centrais, o país estaria numa turbulência pior que a da Europa. Os avanços salariais conquistados pelo sindicalismo teriam contribuído para movimentar a economia. "As coisas têm de ser conversadas, não podemos fazer movimento só para desestabilizar", diz.

Tadeu Breda

"O salário mínimo é a política de distribuição de renda mais importante do país. Quando insistimos que os estados tenham seus pisos regionais, acreditamos que isso possa pressionar por um aumento maior do salário mínimo"

Ricardo Patah,
presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

MUDANÇA NA RELAÇÃO No entanto, a relação com o governo mudou desde a eleição da presidenta Dilma Rousseff. A avaliação dos dirigentes e especialistas é de que ela mantém uma relação mais distante, mais institucional, com o movimento sindical. Se Lula negociava diretamente com as centrais, a nova chefe do Executivo designou seu ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para a tarefa.

Mas a tendência é de uma relação mais conflituosa no futuro próximo. "Com as greves do setor público, e com as ameaças de greves de várias outras categorias, o volume de enfrentamentos deve ser mais alto. Isso acontece porque a presidenta Dilma tem uma política econômica clara: alavancar investimentos, reduzir o déficit fiscal etc. Por isso, tem uma propensão menor de negociar e fazer qualquer concessão ao setor público", analisa José Dari Krein, do Instituto de Economia da Unicamp.

Ricardo Patah, da UGT, acredita que se o crescimento do PIB de 2012 for pífio, as ofertas de emprego diminuirão e a imagem da presidenta ficará desgastada. "Vai começar um processo de greve se as coisas não forem resolvidas. Se crescermos menos de 2% e no ano que vem não tivermos perspectiva diversa, todo esse mundo cor de rosa desaba", conclui.

Empregos

Mais emprego, mais sindicalizados

De acordo com o artigo *Tendências da sindicalização no Brasil: 1992-2009*[1], publicado em 2011 pelo sociólogo e economista Walter Arno Pichler, enquanto a taxa de sindicalização caiu de 16,7% a 16,1% de 1992 a 1999, ela cresceu significativamente até 2009 (17,7%, com pico de 18,6% em 2006). No período considerado pelo estudo, o número absoluto de afiliados nas entidades aumentou 50,4%. O autor usou como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE.

1 Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 37-46, 2011.

Reivindicações

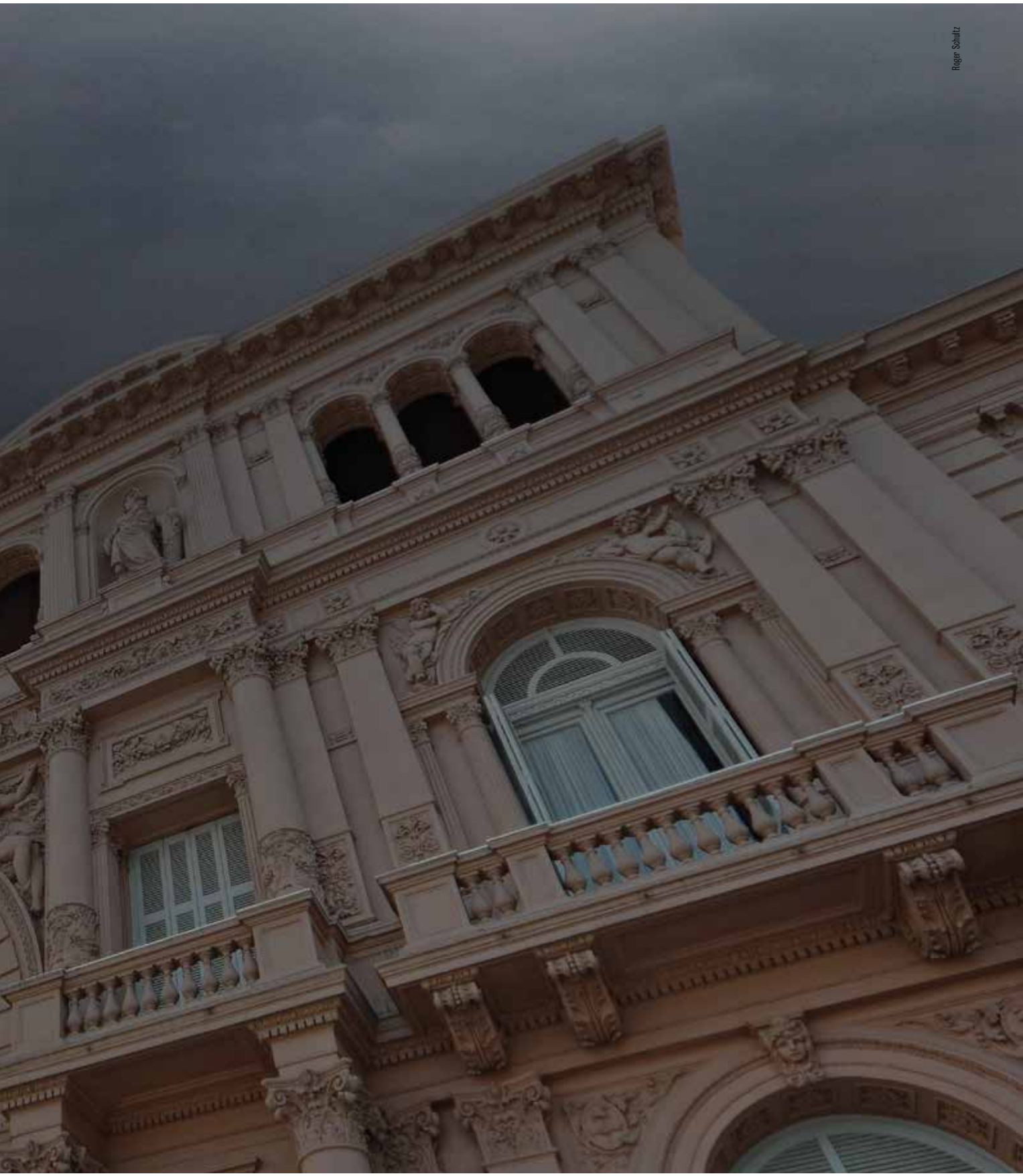
Algumas das atuais bandeiras do movimento sindical

- Redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais;
- Fim do fator previdenciário;
- Medidas contra a desindustrialização;
- Ratificação da Convenção 158 da OIT;
- Retirada da pauta do Congresso o Projeto de Lei (PL) nº 4330/04, do deputado Sandro Mabel (PR-GO), que regulamenta a terceirização.

A Argentina diante do furacão mundial

Martín Granovsky – de Buenos Aires

Casa Rosada, sede do governo argentino, em Buenos Aires



Regan Schutz

As turbulências no cenário político internacional provocam várias respostas por parte do governo de Cristina Kirchner. Além de iniciativas destinadas a elevar a demanda interna, a administração federal vê como essencial uma articulação maior com o Brasil. Dentro e fora da Casa Rosada, as principais críticas se voltam para a elevação inflacionária. No plano político, a corrida pela sucessão presidencial em 2015 está aberta

A crise internacional está cada vez mais presente no cenário político e econômico argentino. A presidenta Cristina Fernández de Kirchner a mencionou no início de julho, em Mendoza, ao entregar à sua colega brasileira Dilma Rousseff a presidência *pro tempore* do Mercosul. "Estamos convocando toda a região à necessidade de uma união maior e mais ampla, que nos permita enfrentar uma crise que, como temos indicado, foi produzida pelos países ricos, mas vai igualmente causar impacto em nossas economias", afirmou a dirigente da Casa Rosada.

As menções às turbulências têm provocado no governo argentino dois tipos de reações não excludentes.

A primeira diz respeito às medidas anticíclicas de incentivo à demanda e ao mercado interno. Entre elas estão um plano de crédito destinado a moradias novas e uma disposição do Banco Central obrigando bancos privados a oferecerem 5% de sua disponibilidade de capitais para financiamentos a pequenas e médias empresas.

Outra envolve a integração sul-americana e uma articulação conjunta em fóruns multilaterais, como o G-20, e a coordenação em sintonia fina com o Brasil.

Nem mesmo os embargos às importações em setores específicos por parte dos dois países têm sido suficiente para colocar obstáculos em uma relação bilateral que ambos consideram "estratégica". Quando ocorrem conflitos, eles são tratados primeiramente no nível dos ministérios e, muitas vezes, no plano direto das próprias presidentas.

"Estamos convocando toda a região à necessidade de uma união maior e mais ampla, que nos permita enfrentar uma crise que, como temos indicado, foi produzida pelos países ricos, mas vai igualmente causar impacto em nossas economias"

Cristina Kirchner,
presidenta da Argentina

Administración Nacional de la Seguridad Social

40

bilhões de US$

é o montante total de transações entre Brasil e Argentina apenas no ano de 2011

VARIÁVEL-CHAVE Para a Argentina, as análises mais frequentes consideraram o nível de crescimento do Brasil como uma variável-chave das perspectivas futuras diante da crise. As transações comerciais entre os dois países

totalizaram US$ 40 bilhões em 2011, montante treze vezes superior ao volume comercializado entre ambos à época da criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em 1991. Mas a relação com o vizinho não é simplesmente mercantil. Para a Argentina, a situação de sua economia não depende tanto da taxa cambial brasileira, mas dos índices de crescimento da maior economia do continente. A presidenta do Banco Central, Mercedes Marcó del Pont, disse isso em entrevista ao jornal *Página/12* em março último.

Ao explicar a mudança de funções da autoridade monetária, contrapondo-se às posições ortodoxas, que advogam um Banco Central focado apenas na estabilidade da moeda, Mercedes afirmou: "Eliminamos a ficção que era manter uma relação entre as reservas e a base monetária. Segundo esse critério, os dólares provenientes do endividamento externo seriam o respaldo da moeda. O crescimento e o emprego são os únicos fiadores da moeda de um país. O nível ótimo de reservas deverá garantir o funcionamento normal do mercado cambial, levando em consideração a evolução das contas externas". E continuou: "As fórmulas convencionais deixam de lado um conjunto de aspectos qualitativos inerentes à realidade econômica argentina, como os níveis de dolarização, a evolução da economia mundial, o comportamento dos preços das principais exportações, a evolução da remessa de lucros e dividendos, e o nível de atividade no Brasil". Em outras palavras, o Brasil aparece de modo explícito como uma variável qualitativa para se medir a higidez da economia.

ESTATIZAÇÃO E CRISE Na Argentina, a crise mundial fez da necessidade uma virtude. Acossado pela retração dos mercados, o governo tomou medidas drásticas. Uma delas foi a estatização da maioria das ações que a transnacional Repsol tinha na Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF). A medida permitiu o controle sobre a empresa, que domina 38% do mercado interno de hidrocarbonetos e que havia se transformado em uma das principais vias de remessa de divisas ao exterior.

49%

foi a redução

na produção interna de petróleo da YPF privatizada, segundo o governo

A YPF foi fundada em 1922 pelo general-engenheiro Enrique Mosconi, um democrata que, no primeiro grande golpe militar do século XX, o de 1930, preferiu voltar para sua casa antes de convalidar a ruptura da ordem constitucional.

Em diferentes momentos, a empresa foi apontada como modelo para a constituição da Petrobras, da Petróleos Mexicanos (Pemex) e da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) da Bolívia.

Em 1993, o governo de Carlos Menem a privatizou. Seis anos depois, a empresa foi desnacionalizada mediante cessão de suas ações à Repsol, então uma pequena companhia sediada na Espanha.

Quando apresentou as razões da reestatização ao Senado, em abril último, o vice-ministro da Economia, Axel Kicillof, afirmou que embora a Repsol pudesse vender petróleo no exterior a US$ 105 o barril, no plano interno – por força de controles de preços estatais – o óleo só poderia ser comercializado a US$ 65. Com isso, a conduta da empresa passou a ser a de reter o petróleo nos poços, fazendo "com que falte petróleo para nos obrigar a importar a penosos US$ 105" o barril.

"As fórmulas convencionais deixam de lado um conjunto de aspectos qualitativos inerentes à realidade econômica argentina, como os níveis de dolarização, a evolução da economia mundial, o comportamento dos preços das principais exportações, a evolução da remissão de utilidades e dividendos, e o nível de atividade no Brasil"

Mercedes Marcó del Pont,
presidenta do Banco Central

Prensa Argentina

O resultado foi que a YPF privada, de acordo com o representante do Executivo, reduziu a produção de petróleo em 49% desde 1997, enquanto as vendas medidas em dólares cresceram 113% de 2003 a 2011. Desse modo, pôde retirar US$ 16 bilhões em dividendos, de acordo com Kicillof.

Enquanto usava a atual política de hidrocarbonetos como exemplo, o vice-ministro

Laura Szenkierman/Tectópolis

Daniel Scioli, ex-vice-presidente da República entre 2003 e 2007 e atual governador do estado de Buenos Aires, aparece nas pesquisas como um forte postulante à sucessão de Cristina Kirchner

da Economia disse que "uma coisa é pensar que o petróleo é um recurso a ser extraído e exportado ao exterior, e outra é pensar que esse recurso se converte em um elemento central do crescimento e do bem-estar da população argentina".

EXPANSÃO ECONÔMICA Na ocasião, Kicillof fez um balanço da situação econômica nacional. Segundo ele, "o Produto Interno Bruto, tomado a preços constantes, expandiu-se a uma taxa média de 2,2% entre 1991 e 2002". Entre 2003 e 2011, a taxa subiu para 7,7% ao ano.

Em outra comparação histórica, o vice-ministro disse que "a produção industrial de 2003 a 2011 se expandiu a taxas médias anuais de 9,5%, enquanto que, de 1991 a 2002, a expansão foi de apenas 0,5% a cada 12 meses". Kicillof sublinhou também que as reservas cambiais estavam em US$ 46 bilhões em dezembro de 2011.

7,7%

foi a taxa média

de crescimento do PIB entre 2003 e 2011. Entre 1991 e 2002 havia sido de apenas 2,2%

Kicillof, um economista de 41 anos, tornou-se um dos principais assessores presidenciais em matéria de economia.

ORTODOXOS E HETERODOXOS As medidas econômicas do governo recebem dois tipos de críticas. Umas provêm dos setores ortodoxos, que pedem um ajuste fiscal duro. Outras, de heterodoxos que fizeram parte do governo. Um dos críticos heterodoxos mais severos é o ex-ministro da Economia Roberto Lavagna, que ocupou o cargo entre 2002 e 2005, com os ex-presidentes Eduardo Duhalde e Néstor Kirchner. Em artigo no jornal *Clarín* de 6 de julho de 2012, Lavagna diz que "o valor real do dólar oficial não corresponde à produtividade do país, às condições de oferta e demanda e nem ao que achamos que deveria valer". Mais adiante, ele escreve: "A dotação universal por filho para uma família com dois filhos, que hoje é de 540 pesos, deveria estar – para proteger seu poder aquisitivo – em 630 pesos". Além disso, sua opinião é de

que as taxas de juros reais dos depósitos são negativas e desencorajam a poupança. Para ele, a pressão fiscal cresceu enormemente, afetando o setor privado. "O gasto público cresce acima da receita e o déficit e o endividamento voltam a aparecer no governo nacional e nas províncias". E prossegue: "Há uma folclórica mas prejudicial proibição de importação de equipamentos, maquinarias, peças e acessórios que agrava os problemas de produtividade e emprego". Boa parte dos males deve-se, segundo o ex-ministro, a uma "economia sem parâmetros na qual todos os preços e variáveis monetárias estão desajustados", como resultado "da combinação de inflação não reconhecida e políticas de remendo".

Nestor Galina

A YPF foi fundada em 1922 e privatizada em 1993. Segundo o governo, o petróleo é um elemento central para o desenvolvimento argentino. Acima, extração em Los Perales, na Patagônia

O PROBLEMA INFLACIONÁRIO Segundo o Centro de Información y Formación de La Republica Argentina (Cifra), organização de estudos econômicos integrada por especialistas próximos ao governo, a inflação de 2011 chegou a 23%. O Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec), órgão equivalente ao IBGE, por sua vez, situa a variação anual de preços em 9,8%.

Para o Cifra, a situação é preocupante. A expansão dos investimentos caiu da taxa de 23,8% no segundo semestre de 2010 para 8% no quarto trimestre de 2011. Isso se deveria a um menor impulso das exportações, em grande medida decorrente da desaceleração da economia brasileira, maior mercado para produtos argentinos.

Pablo Manzanelli, economista do Cifra, publicou na revista digital *Apuntes para el cambio* um estudo que provocou vivo interesse em funcionários do governo. O texto menciona que o índice de rentabilidade do capital fixo foi de 37,2% no período 2003-2010, 50% maior que durante a década de 1990 (24,8%). Segundo Manzanelli, o salto da taxa de lucros se deve a vários fatores. Entre eles estão a abrupta queda do custo do trabalho após a maxidesvalorização de 2002 e a conseguinte alta na participação dos rendimentos de capital no PIB. Para o economista, a tendência é que a rentabilidade

23%

foi a taxa

inflação no ano de 2011, segundo institutos próximos ao governo

"Uma coisa é pensar que o petróleo é um recurso a ser extraído e exportado ao exterior, e outra é pensar que esse recurso se converte em um elemento central do crescimento e do bem-estar da população argentina"

Axel Kicillof,
vice-ministro da Economia

Marcos Bendicci

do capital dependa dos baixos custos do trabalho, o que pode gerar intensificação da luta distributiva. A correção da situação consistiria "na intervenção e coordenação estatal para direcionar os projetos de investimento em direção à ampliação da capacidade produtiva das indústrias não dependentes dos recursos naturais e a criação de novas atividades com vantagens comparativas dinâmicas que tendam a ocupar os elos truncados da cadeia produtiva". Em outras palavras, a reorganização econômica depende de luta social e intervenção do Estado.

O economista e consultor financeiro Miguel Bein argumentou, em entrevista no final de junho, que a economia argentina precisa de uma nova agenda. Disse que o futuro não é dramático, mas tampouco oferece uma perspectiva de outra etapa de crescimento a taxas chinesas e que, dessa forma, deveriam ser discutidas estratégias de longo prazo para garantir um crescimento sustentado a 4% ou 5% ao ano. Segundo Bein, a desaceleração do crescimento e a baixa relativa da rentabilidade do capital são parte da explicação da disputa entre o governo de Cristina Fernández de Kirchner e Hugo Moyano, secretário geral da Confederação Geral do Trabalho (CGT), a mais forte entidade sindical do país.

DISPUTA POLÍTICA Moyano, 68 anos, é um fervoroso peronista e aliado do governo entre 2003 e 2011. Seu principal objetivo é construir uma alternativa no interior da coligação governista. O sindicalista recorre a duas táticas. Por um lado, investe na luta distributiva em meio à crise mundial. Por outro, faz acusações de "soberba" ao governo, qualificação à qual a presidenta respondeu, descrevendo a prática sindical de Moyano como "extorsiva".

Na raiz dessa disputa, uma das mais importantes por suas consequências futuras, está a designação de quem será o candidato peronista ou kirchnerista às eleições presidenciais de 2015. Em 2011, Cristina já utilizou seu direito a uma única reeleição, como definido pela Constituição. Vários líderes governistas, como o deputado Edgardo Depetri, da

Adelina Franca

Algumas das principais disputas para 2014 se fazem no interior do próprio partido do governo, cujas tradições remetem ao passado peronista

54%

é o quanto

caíram os investimentos entre o segundo semestre de 2010 e o quarto semestre de 2011, em razão de um menor impulso das exportações

Frente Transversal Nacional e Popular, iniciaram uma campanha pela reforma da Constituição, visando permitir uma nova candidatura presidencial. Cristina não emitiu comentários a respeito.

A disputa de 2015 já provoca movimentações no próprio tabuleiro governista. As pesquisas conferem um alto nível de popularidade a Daniel Scioli, ex-vice-presidente da República entre 2003 e 2007 e atual governador do poderoso estado de Buenos Aires. A região concentra 38% do eleitorado e 40% do PIB. Scioli, um popular motonauta que há 20 anos começou sua carreira política, se define como um pragmático. Para os kirchneristas ele se situaria à direita da presidenta.

Os escândalos sobre irregularidades vinculadas à gráfica de cédulas bancárias Ciccone Calcográfica que envolvem o vice-presidente Amado Boudou tiraram do cenário um pré-candidato com alguma chance. No entanto, a mais de três anos das eleições, nada está definido.

VOLATILIDADE ELEITORAL Sobram casos antecedentes de volatilidade nas eleições. Em 2009, o próprio Néstor Kirchner, já ex-presidente, perdeu nas eleições legislativas. O governo de Cristina apenas arranhava os 30% de popularidade e estava fresca na memória a lembrança de um enfrentamento entre governo e produtores agropecuários por conta de uma mudança abrupta no sistema de direitos de exportação em 2008. Três anos depois da derrota, Cristina foi eleita presidenta com 54,11% dos votos.

Em que pesem as diferenças sobre a política antiinflacionária, a Frente Ampla Progressista, da oposição de centroesquerda, votou junto com o governo na estatização de ações da YPF, das Aerolíneas Argentinas, dos fundos de pensão que haviam sido privatizados pelo governo Menem e na Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual (*Ley de medios*). Esta última prevê uma cota para meios de comunicação públicos e cria barreiras para a monopolização do setor.

Enquanto observa com atenção a crise mundial e segue com a política de incentivo ao consumo e à demanda, o governo avança em reformas no campo dos direitos civis.

Em 2010, o Congresso sancionou e o Poder Executivo promulgou a Lei de Matrimônio Igualitário. Em 2012, a Lei de Identidade e Gênero e a Lei de Morte Digna. Uma comissão encabeçada pelo presidente da Corte Suprema de Justiça, Ricardo Lorenzetti, entregou à presidenta um projeto de reforma do Código Civil que busca modernizar e tornar mais ágeis as normas sobre divórcio, convivência, fertilização assistida, direitos dos menores de 18 anos e criação de sociedades comerciais.

Segue, no entanto, pendente o cumprimento de uma das normas da *Ley de medios*, que regula os meios de comunicação, promulgada em 2010. Segundo a norma, nenhum grupo de comunicação poderá deter mais de dez licenças de televisão aberta ou de rádio em todo o país e as operadoras de cabo não poderão alcançar mais de 24 municípios. As empresas que ultrapassarem tais níveis devem abrir mão de seus ativos. O conglomerado mais poderoso, o grupo Clarín, apresentou à Justiça medidas cautelares para se esquivar das obrigações do chamado "desinvestimento", por meio do qual deve se desfazer de parte de seus negócios. O caso tende a gerar mais focos de tensão no panorama político local.

EBC

"O valor real do dólar oficial não corresponde à produtividade do país, às condições de oferta e demanda e nem ao que achamos que deveria valer. O gasto público cresce acima da receita e o déficit e o endividamento voltam a aparecer no governo nacional e nas províncias. Há uma economia sem parâmetros na qual todos os preços e variáveis monetárias estão desajustados"

Roberto Lavagna,
ex-Ministro da Economia (2002-2005)

9,5%
ao ano foi a
a taxa de expansão da produção industrial entre 2003 a 2011. De 1991 a 2002 foi de 0,5% ao ano

Complexidade macroeconômica

Análise de Gustavo Rojas de Cerqueira Cesar, pesquisador do Centro de Análise e Difusão da Economia Paraguaia (CADEP) e observador do cenário econômico argentino

"A Argentina deve, até o fim do ano, fazer frente a vencimentos de US$ 13 bilhões de sua dívida externa. Trata-se de um crescimento de 44% em relação a 2011 e de 91% na comparação com 2009. A partir de 2013, vislumbra-se gradual redução dos vencimentos em dólares.

Segundo dados do Banco Central e do Ministério da Economia da Argentina, o saldo em conta corrente vem declinando desde 2009 (3,6% do PIB), alcançando 0% do PIB em 2011. A impossibilidade de acesso ao mercado financeiro internacional – pela ausência de uma renegociação com a totalidade dos credores externos – torna particularmente sensível a manutenção de um nível satisfatório de reservas internacionais. Desde 2011, o montante encontra-se estável, em torno de US$ 47 bilhões.

47

bilhões de US$

é o total das reservas internacionais do país

O aumento das remessas de divisas ao exterior, que em 2011 atingiu o nível recorde de US$ 21 bilhões, tem levado o governo a aumentar os controles sobre as transações em dólar. A medida vem fomentando um mercado cambial paralelo, com crescente descolamento da cotação oficial.

Apesar da complexidade do quadro macroeconômico, a Argentina tem conseguido expandir a participação de produtos industrializados em sua pauta exportadora. Entre 2008 e 2011, a participação dos produtos com maior valor agregado elevou-se de 31% para 35% do total das exportações. Parte expressiva desse crescimento deveu-se à elevação da demanda brasileira, que aumentou de 38% para 41% do total das exportações de manufaturas no período.

Segundo o Ministério da Indústria e Comércio, em 2011, a Argentina foi destino de 22% do total das exportações brasileiras de produtos industrializados, enquanto que os EUA (segundo principal destino) responderam por 12%".

Gilberto Maringoni

Aloisio Teixeira

Lutador imprescindível

Maria Mello de Malta – de Rio de Janeiro

Falecido no último dia 23 de julho, Aloísio Teixeira, economista e ex-reitor da UFRJ, deixa um legado político e acadêmico inigualável. Combatente das lutas pela universidade pública, pela soberania nacional, pela democracia e pelo socialismo, desde a juventude ele aglutinou intelectuais e políticos críticos para pensar a mudança no Brasil

Quem ouviu seu próprio nome sendo chamado pela voz do professor Aloisio Teixeira jamais esquecerá. O timbre parece ter sido artisticamente escolhido para dar notícias importantes, trazer a novidade e ser portador de ideias provocadoras. Sorte daqueles que o puderam ouvir durante os 67 anos em que viveu. Nessas quase sete décadas atuou no enfrentamento à ditadura militar, interpretou e contribuiu para o pensamento econômico brasileiro, formulou e executou políticas importantes para o país. Especialmente, Aloisio Teixeira deixou sua marca na construção da universidade brasileira do 21º século.

Aloisio é marcante em toda amplitude de sua humanidade. Filho e pai dedicado, amigo para todas as horas, professor indefectível, intelectual teoricamente orientado, porém aberto e criativo, e companheiro de luta daqueles que Brecht referiria como "os que lutam a vida inteira", simplesmente imprescindível. Essas características combinadas no corpo de um leitor voraz, apaixonado pela música e cientista crítico tornavam sua presença uma deliciosa aula permanente.

OPÇÃO E VOCAÇÃO Tendo o marxismo como opção e o magistério como vocação, formou várias gerações convidando-as a pensar o Brasil, regando nossas mentes com a generosidade de compartilhar suas mais íntimas dúvidas

"Aloisio Teixeira atuou no enfrentamento à ditadura militar, interpretou e contribuiu para o pensamento econômico brasileiro, formulou e executou políticas importantes para o país. Especialmente, deixou sua marca na construção da universidade brasileira do 21º século"

e ideias. Tinha como conselho permanente o trecho de *A Internacional Comunista* que afirma "façamos nós por nossas mãos, tudo o que a nós nos diz respeito". E fazia.

Nascido em 1944, no início dos anos 1960 entrou para o Partido Comunista Brasileiro (PCB), militando no Comitê Universitário do Estado da Guanabara, quando era estudante de engenharia. O grupo de companheiros que formou nessa fase da militância o acompanhou a vida inteira, até 23 de julho de 2012, estando quase todos presentes em sua última homenagem. Foi primeiro-secretário do Comitê Universitário a partir de 1969. "Caiu" em meados desse ano, quando passou seis meses na prisão sofrendo as consequências da violência com que a ditadura brasileira tratava seu contraditório. Hora marcada para tortura, mas a determinação de não quebrar o levavam a buscar alternativas para deixar a mente organizada. Contava a experiência de jogar xadrez, sem tabuleiro, com seu vizinho de cárcere, sujeito de quem não conhecia o semblante, mas a quem considerava exímio jogador. Referia-se sempre com muito carinho à sua companheira dessa época, Maria Tereza, também membro do Comitê Universitário e mãe de suas duas filhas. Afirmava que ela fora fundamental para conseguir manter-se vivo naqueles dias. Durante a fase da prisão teve a casa onde morava, junto com seus pais, no Posto Seis, em Copacabana, incendiada num atentado de vandalismo do aparelho da repressão. Julgado à revelia, foi para a clandestinidade, até que se passassem os quatro anos necessários para a prescrição da pena de um ano à qual fora condenado.

FORMAÇÃO COLETIVA No período de clandestinidade organizou a Assessoria do Comitê Central do PCB. Naqueles anos preparou detalhadamente a ida do grupo de estudos de O Capital para um curso de formação em Moscou. Compunha este grupo entre outros companheiros sua irmã Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna, sua mulher, Maria Tereza, Carlos Nelson Coutinho, Júlio Mourão, Ana Maria Malin e Luiz Werneck. É também dessa época a formação dos laços com companheiros de vida inteira como José Paulo Neto e Leandro Konder na organização da intervenção do partido naquela conjuntura política.

Com o fim da ditadura militar, seu expressivo trabalho político e acadêmico dos mais de vinte anos anteriores o fez receber convites para participar daquilo que se via na época como um governo que levaria o Brasil para o verdadeiro desenvolvimento, agora sob direção democrática

Retornando à vida oficial optou pelo estudo de economia e se formou economista no ano de 1978. Três anos depois ingressou como professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A experiência inicial no magistério foi simultânea aos seus estudos para formação como mestre. Participou de uma pesquisa coordenada pela professora Maria da Conceição Tavares na qual foi formulada uma interpretação crítica sobre o funcionamento do padrão monetário internacional pós o fim de Bretton-Woods. A referida pesquisa envolvia vários professores recém-chegados na Faculdade de Economia e Administração (FEA) da UFRJ e pesquisadores associados ao Instituto de Economia Industrial (IEI) da Universidade.

Maria da Conceição Tavares o convenceu a participar como professor-assistente do curso de Experiências Industriais Comparadas, na pós-graduação do IEI, no qual apresentaria resultados dessa pesquisa coletiva. Quem teve aulas ou compartilhou cursos com Aloisio sabe o cuidado e o prazer com o qual preparava cada detalhe daquilo que iria dizer em sala de aula, por isso, a partir da preparação desse curso foi capaz de montar a excelente dissertação de mestrado publicada como *Texto para Discussão nº 25* do IEI em 1983. *O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra* virou referência dos cursos sobre o tema sem jamais ter sido editada. É um texto primoroso, como todos os que Aloisio produzia, e uma pesquisa de altíssima qualidade, ainda não superada por qualquer outra sobre o tema para o período de referência.

Nessa época, já casado com Beatriz, sua companheira até seu último dia, e tendo Lucas, o primeiro de seus três filhos, nascido, Aloisio elaborou uma linda dedicatória em sua dissertação na qual revela a importância de seus companheiros de luta para o retorno à sua vida fora da clandestinidade.

Quem teve aulas ou compartilhou cursos com Aloisio sabe o cuidado e o prazer com o qual preparava cada detalhe daquilo que iria dizer em sala de aula

EXPERIÊNCIA NA REDEMOCRATIZAÇÃO Com o fim da ditadura militar, seu expressivo trabalho político e acadêmico dos mais de vinte anos anteriores o fez receber convites para participar daquilo que se via na época como um governo que levaria o Brasil para o verdadeiro desenvolvimento, agora sob direção

democrática. Em 1986, aceitou assumir a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) no contexto do Plano Cruzado. No ano seguinte foi Secretário Especial de Abastecimento e Preços do Ministério da Fazenda, mas a importância do movimento político que se expressou na Assembleia Nacional Constituinte tomou de assalto seu peito militante e o levou a contribuir com formulações estruturantes do capítulo da Seguridade Social na Constituição que ali se escrevia para o país. Coerentemente a esse movimento, em 1988 assumiu o cargo de Secretário Geral da Previdência e Assistência Social.

A década de 1990 marcou seu retorno à Universidade. Nessa década concluiu seu doutorado pela Unicamp defendendo a tese *O Ajuste impossível – um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil*, publicada como livro no ano seguinte pela Editora da UFRJ. Voltou a ministrar cursos na graduação e na pós-graduação do Instituto de Economia da UFRJ (nascido nos anos 1990 pela fusão da Faculdade de Economia da FEA e o IEI), a partir dos quais montou grupos de estudos e de pesquisa com seus estudantes, que vinham de toda Universidade.

Entre 2003 e 2011 dirigiu a UFRJ de forma democrática, sempre aberto a ouvir e dar espaço à apresentação do contraditório, possibilitando um ambiente de debate e criatividade raramente vividos pela universidade brasileira

Seus cursos de leituras dos Grundrisse, de Karl Marx, e Tópicos em história do pensamento econômico deram origem ao Grupo de Estudos Marxistas (GEMA). Os trabalhos desse grupo floresceram com o livro *Utópicos, Heréticos e Malditos*, editado pela Record em 2002, e a fundação do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA) junto com o professor José Ricardo Tauile, em 2005.

Marx, segundo o próprio Aloisio, organizou definitivamente a matriz de seus pensamentos e era o fundamento de seu marco teórico, mas o objeto de reflexão de sua dedicação era o Brasil. Seus cursos sobre crises políticas e crises econômicas no Brasil, transformações globais e a economia brasileira e as duas versões e inúmeras edições do curso *Intérpretes do Brasil* resultaram em uma motivação: discutir a necessidade de criação de um espaço de estudos que transpusesse todas as barreiras disciplinares juntando pesquisadores do pensamento social, econômico, jurídico, literário, musical e tecnológico brasileiro para o estudo e a formulação de interpretações sobre o Brasil.

NOME PRETERIDO Foi também nos anos 1990 que concorreu pela primeira vez para a reitoria da UFRJ, tendo sido o candidato escolhido pelo voto da maior parte da comunidade. No entanto, sofreu um golpe do Ministério da Educação (MEC), quando o Ministro Paulo Renato de Souza – seu contemporâneo na Unicamp – preteriu seu nome, na lista tríplice, por de outro candidato recebedor de menos de 9% do total de votos. Eterno combatente pela democracia, Aloisio assumiu o assento de representante de professores titulares do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) no Conselho Universitário de onde travou dura batalha contra a intervenção então instalada.

Entre 2003 e 2011 dirigiu a UFRJ de forma democrática, sempre aberto a ouvir e dar espaço à apresentação do contraditório, possibilitando um ambiente de debate e criatividade raramente vividos pela universidade brasileira. Reviveu a universidade de um período de sombras, reorganizando-a administrativamente, recolocando na pauta dos conselhos superiores e na comunidades da UFRJ o debate sobre o papel da universidade pública no Brasil e lutando no MEC, na Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e em cada fórum que pudesse pela expansão de vagas, estrutura e financiamento do ensino superior público, gratuito, universal e de qualidade.

Reviveu a universidade de um período de sombras, reorganizando-a administrativamente, recolocando na pauta dos conselhos superiores e na comunidades da UFRJ o debate sobre o papel da universidade pública no Brasil e lutando no MEC, na Andifes e em cada fórum que pudesse pela expansão de vagas, estrutura e financiamento do ensino superior público, gratuito, universal e de qualidade

Essa bela trajetória esteve sempre entremeada de duas deliciosas paixões com as quais animava e seduzia seus amigos e companheiros: a torcida pelo Botafogo e a culinária inovadora.

Aloisio realizou tudo que de melhor sonhou e que estava no cardápio das possibilidades da história do seu tempo. Foi um homem que nesta vida estendeu seu abraço a um número inimaginável de pessoas. Por tudo isso podemos dizer que entre tantos louros, um facho de luz: Aloisio, a tua estrela solidária nos conduz!

Simonsen versus Gudin, a controvérsia pioneira do desenvolvimento

Gilberto Maringoni – de São Paulo

Reprodução

Imagem de cartaz da campanha de Julio Prestes à presidência da República, em 1930

Entre agosto de 1944 e agosto de 1945, um debate ocorrido no interior do governo Vargas lançou as bases para uma disputa de concepções econômicas que atravessaria décadas. Trata-se da polêmica entre o líder industrial paulista Roberto Simonsen e o economista liberal carioca Eugênio Gudin. Na pauta, o papel do Estado e a necessidade ou não de se industrializar o país.

Há pelo menos sete décadas, a disputa essencial nos rumos da economia brasileira se dá entre uma vertente liberal-mercadista e outra industrial-desenvolvimentista. Nem sempre a controvérsia apresenta contornos nítidos, pois as duas concepções compreendem enorme gama de variantes e algumas intersecções. Existe um desenvolvimentismo conservador e excludente e há partidários de um desenvolvimento com tinturas socializantes. Há também um liberalismo extremado, que defende a total retirada do poder público do jogo econômico, e um liberalismo de ocasião, que em momentos de turbulência corre atrás de financiamentos e socorro do Estado.

Apesar disso, em vários momentos a contenda se radicalizou e colocou seus formuladores em campos opostos no tabuleiro político.

Há um marco definidor nessa sucessão de embates. Trata-se da histórica polêmica protagonizada pelo industrial paulista Roberto Simonsen (1889-1948) e pelo economista carioca Eugênio Gudin (1886-1986), entre 1944 e 1945.

Mais do que uma troca de opiniões pessoais entre dois intelectuais, o embate realizado no âmbito da Comissão de Planejamento Econômico, vinculada ao Conselho de Segurança Nacional do primeiro governo de Getulio Vargas (1930-1945), definiu visões cujos desdobramentos se expressam até os dias atuais.

Vieira Neto/Sedetec

O debate entre os dois intelectuais traçou os rumos do desenvolvimento posterior do país. Acima, indústria têxtil em Sergipe

Os tempos eram duros. O mundo enfrentava graves turbulências, como a crise de 1929 e duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945). O impacto fora tão avassalador que redefinira, no plano internacional, as relações políticas e econômicas entre as nações. Novos organismos multilaterais foram criados, como a Organização das

Reprodução

Roberto Simonsen defendia intervenção e planejamento do Estado como base do desenvolvimento

Nações Unidas (ONU), o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. A conjuntura planetária era pautada por um quadro geopolítico de supremacia dos Estados Unidos. No interior de cada país, alteraram-se também as relações entre Estado, sociedade e economia.

Perdia terreno o liberalismo econômico em favor de um capitalismo planejado, que buscava erigir mecanismos de defesa contra crises recorrentes. A ideia de regras que balizassem o desenvolvimento florescia não apenas em um país de economia centralizada, como a União Soviética, mas também nos Estados Unidos, a partir da experiência do New Deal, vultoso programa de investimentos e intervenções patrocinado pelo governo de Franklin Roosevelt (1933-1945).

Otávio Nogueira

Eugenio Gudin não acreditava na viabilidade da indústria no Brasil. O melhor, para ele, seria o país aproveitar suas vantagens comparativas de clima e terras férteis e se firmar como exportador agrícola

POLÍTICA INDUSTRIAL É no calor dessa hora que Simonsen e Gudin apresentaram seus argumentos sobre o futuro do Brasil. Tudo começou quando o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio solicitou ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, órgão subordinado à pasta, que preparasse um relatório para subsidiar a formulação de uma política industrial e comercial para o país. Simonsen, um de seus membros, foi escolhido para realizar a tarefa.

Após meses de trabalho e da utilização dos precários dados estatísticos disponíveis, o industrial apresentou suas conclusões – sob o título *A planificação da economia brasileira* – em 16 de agosto de 1944. As concepções centrais do documento eram planejamento, presença do Estado na economia e necessidade da industrialização, como forma de aumentar a renda nacional.

Entre outros pontos, Simonsen destacava que:

"*Impõe-se* (...) *a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações e prover o país de uma estruturação econômica e social, forte e estável, fornecendo à nação os recursos indispensáveis à sua segurança e sua colocação em lugar condigno, na esfera internacional*".

A diretriz deveria, em suas palavras, ser de amplo espectro:

"*A planificação do fortalecimento econômico nacional deve, assim, abranger, por igual, o trato dos problemas industriais, agrícolas e*

comerciais, como o dos sociais e econômicos, de ordem geral".

Para obter sucesso em suas ideias, Simonsen propunha diretrizes educacionais:

Toda uma série de providências correlatas deveria ser adotada; a montagem de novas escolas de engenharia, a vulgarização de institutos de pesquisas tecnológicas, industriais e agrícolas; a intensificação do ensino profissional. Impõe-se, da mesma forma, a criação de bancos industriais e outros estabelecimentos de financiamento.

DEFESA LIBERAL O texto foi logo enviado à Comissão de Planejamento Econômico, subordinada ao Conselho de Segurança Nacional. Apesar do nome, a comissão tinha uma composição favorável a setores liberais-conservadores. Seu integrante mais proeminente era justamente Eugenio Gudin.

Vargas tinha como método de gestão abrigar na administração visões políticas distintas e até opostas entre si. Era uma maneira de colocar demandas e pressões sociais sob controle.

Quando Gudin leu as páginas produzidas por Simonsen, decidiu produzir uma contundente réplica. O texto, intitulado *Rumos de política econômica*, foi publicado seis meses depois, em 23 de março de 1945. O economista tratou de torpedear parágrafo a parágrafo os argumentos de seu oponente. Suas palavras são duras:

"*O conselheiro Roberto Simonsen filia-se (...) à corrente dos que veem no 'plano' a salvação de todos os problemas econômicos, espécie de palavra mágica que a tudo resolve, mística de planificação que nos legaram o fracassado New Deal americano, as economias corporativas da Itália e de Portugal e os planos quinquenais da Rússia. Não compartilho dessa fé*".

(...)

"*A verdade é que temos caminhado assustadoramente no Brasil para o capitalismo de Estado. O próprio projeto Simonsen assinala* (...) *a lista das indústrias já tuteladas pelo Estado: aço, álcalis, álcool anidro, petróleo, celulose, alumínio, etc. Que celeuma não levantaria nos Estados Unidos a ideia de uma encampação pelo Estado da United States Steel e das jazidas de minério do Lago Superior, ou na Inglaterra a da nacionalização das indústrias do aço, do petróleo, dos álcalis etc.?*"

Ao longo de 98 páginas, o economista tentava desconstruir uma a uma as postulações de seu oponente, afirmando ser necessária a eliminação paulatina dos mecanismos estatais de intervenção na economia. Defendia a livre circulação de capitais estrangeiros no país e a igualdade de tratamento entre este e o capital nacional. Advogava o fim das restrições de remessa de lucros das empresas estrangeiras aqui instaladas. Gudin preconizava ainda uma política austera de combate à inflação, com redução de investimenttos públicos e contração do crédito. O apoio à indústria deveria ser feito àquelas compatíveis com os recursos do país.

Arquivo/Agência Estado/AE

Eugenio Gudin (1886-1986), ministro da Fazenda, em 1955. O engenheiro e economista carioca se notabilizou como uma das mais proeminentes vozes da ortodoxia econômica no país

RESPOSTA DE SIMONSEN O documento motivou uma resposta dura e fundamentada de Simonsen, em junho do mesmo ano. Ao longo de 62 páginas, o empresário, entre outras coisas, acusa Gudin de ser contra a indústria nacional e de mutilar transcrições de seu documento. E voltava ao ponto central de seu raciocínio:

"*Na apreciação das evoluções verificadas em vários países, impõem-se, cada vez mais, à nossa consideração, as profundas diferenciações existentes entre as estruturas econômicas e sociais das nações consideradas ricas e das que se encontram em pronunciado atraso*".

(...)

"*Essas soluções* [para reduzir as disparidades] *demandam a ação intervencionista do Estado, quer no interior do país, através de uma adequada política monetária, social, de obras públicas e de toda uma série de medidas de ordem técnica, quer no ambiente internacional, pela obtenção de mercados que possam manter o ritmo do trabalho em nível conveniente*".

Quando se volta para o Brasil, ele é claro:

Brasília, dias antes da inauguração. A construção da nova capital seria um dos símbolos do modelo desenvolvimentista que pautou a economia brasileira durante a maior parte do período 1930-80

"*No Brasil, a fraqueza e a instabilidade econômicas nos levaram à adoção de uma série de planejamentos parciais e intervencionismos de Estado, sempre reclamados pelos produtores em dificuldades e, quase sempre, mais tarde, por estes mesmos, condenados*".

Mais à frente, Simonsen explicita o que entende por planejamento:

"*O planejamento econômico é uma técnica e não uma forma de governo. Não exclui os empreendimentos particulares. Pelo contrário. Cria um ambiente de segurança de tal ordem que facilita o melhor e mais eficiente aproveitamento da iniciativa privada, que está intimamente ligada ao conceito da propriedade*".

Em 24 de agosto, Gudin escreveria uma longa carta à Comissão de Planejamento Econômico, decidido a encerrar a polêmica. Em suas linhas, o economista alegava: "Eu não faço nem nunca fiz guerra à indústria nacional". E desferia uma acusação pesada:

"*O que o Dr. Simonsen não quer é concorrência. O que ele quer é que o Estado, por um empréstimo obtido de governo a governo, proporcione aos industriais existentes a aquisição de novo aparelhamento e não permita a entrada de novos concorrentes. É o caso típico do que diz* [o economista liberal Ludwig Von] *Mises* [1881-1973]*: O plano daria aos atuais proprietários e dirigentes das indústrias uma posição privilegiada contra possíveis novos e eficientes concorrentes*".

Não haveria continuidade. A queda do Estado Novo levaria à dissolução da Comissão de Planejamento Econômico. Mas o tema voltaria à baila na década seguinte e pautaria o debate econômico brasileiro até os dias de hoje.

VOCAÇÃO AGRÁRIA Gudin não acreditava na viabilidade de uma economia industrial no Brasil. O melhor, para ele, seria o país aproveitar suas vantagens comparativas dadas pelo clima e pela extensão de terras férteis e se firmar no cenário mundial como grande exportador agrícola. Um de seus mais importantes admiradores, o ex-ministro do Planejamento Roberto Campos (1917-2001), assim se referia a essa concepção:

Gudin insistia em que o processo industrializante deveria observar as linhas de vantagens comparativas e deveria caber principalmente ao setor privado, sem se relegar a agricultura

Arquivo/Agência Estado/AE

à posição de vaca leiteira para financiar a industrialização[1].

Se formos à essência da controvérsia, o que estava em jogo era a definição do papel do Estado na vida nacional. País de formação capitalista relativamente tardia – a consolidação do sistema se dá na segunda metade do século XIX, com o fim da escravidão –, o Brasil teve como diretriz econômica dominante o liberalismo até 1930. A perda de legitimidade do modelo ocorre quando a economia liberal perde terreno no plano internacional, depois de mais de um século de hegemonia.

Grosso modo, os liberais veem no mercado o elemento dinâmico da atividade econômica e os desenvolvimentistas advogam a necessidade de intervenção e planejamento estatal para promover o desenvolvimento e evitar crises.

Em seu livro *Análise de problemas brasileiros* (1965), Gudin assim classificava suas ideias:

"*A doutrina liberal de hoje pode ser definida como a de abstenção do Estado de toda atividade econômica que possa ser realizada pela iniciativa privada, inclusive os serviços de utilidade pública em regime de concessão e as indústrias de base*".

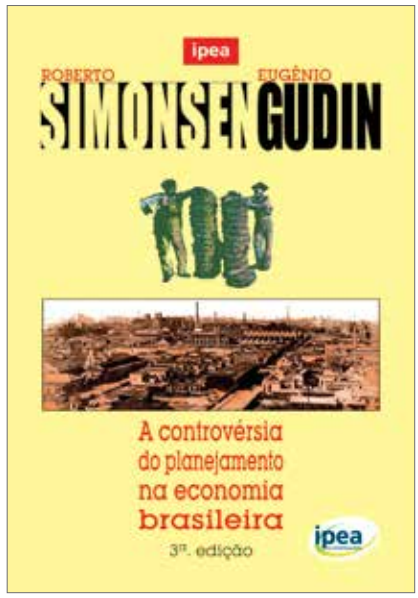
Apesar disso, o economista sempre teve em mente a disputa do aparelho de Estado como meta central para a concretização de suas ideias. Não à toa, foi um dos articuladores do golpe de 1964 e firme defensor da implantação da ditadura militar em nosso país. Com agendas distintas, nem os liberais e nem os desenvolvimentistas abdicavam da participação do poder público na esfera econômica. Assim, o que houve não foi uma contenda meramente econômica. A pauta envolvia, sobretudo, diferentes concepções políticas.

QUEM GANHOU O DEBATE? Quem foi o vencedor? Difícil dizer. Pode-se constatar que Gudin estava mais aparelhado, do ponto de vista técnico, do que Simonsen. Dominava melhor as categorias e os conceitos da área do que o industrial paulista. A dada altura, em seu primeiro documento, ele elabora um programa econômico liberal para o país, algo até então inédito entre nós. Sob esse prisma, o antigo liberal teria vencido o debate.

1 Campos, Roberto, A lanterna na popa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1994, pág. 240, citado por Borges, Maria Angélica, in: Eugenio Gudin, capitalismo e neoliberalismo. São Paulo: Bienal/Educ, 1997, pág. 137

Mas, se colocada em perspectiva histórica, a polêmica apresenta outra leitura. A partir do início dos anos 1950, o Brasil aprofunda a política desenvolvimentista e industrializante, iniciada após a Revolução de 1930. O fortalecimento do mercado interno e a orientação de substituição de importações, com forte presença do Estado, no bojo de inúmeras disputas políticas, dariam o tom até o início dos anos 1980. Por esse viés, Simonsen afirmou na prática seus postulados.

Com a crise da dívida externa, a partir de 1982, o modelo é colocado em xeque e a disputa pública entre liberais e desenvolvimentistas ganha novos contornos. Aqui entra em cena um novo componente, com rarefeita presença nos embates anteriores. Trata-se de uma vertente popular, materializada em um vigoroso movimento social, que geraria em sua esteira novas agremiações políticas e entidades de massa, em uma escala jamais vista no país. Esses novos atores reclamavam um desenvolvimento menos elitista, com maior distribuição de renda, justiça social e transformações estruturais na sociedade brasileira.



O Ipea lançou, em 2010, dois livros sobre o debate. O primeiro, *Desenvolvimento: o Debate Pioneiro de 1944-1945*, analisa a importância histórica do evento. O segundo, *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*, apresenta a íntegra da polêmica. Ambos estão disponíveis em www.ipea.gov.br

Os novos tempos não relegam a controvérsia a um passado distante. Ao contrário. Guardadas as proporções, ela segue atual como nunca.

Quem é quem

As trajetórias dos dois debatedores estão entrelaçadas com a história brasileira da primeira metade do século XX

O LIBERAL **Eugênio Gudin** (1886-1986) foi engenheiro, empresário, jornalista, homem público, introdutor dos cursos de Economia no país e ministro da Fazenda (1954-1955). Foi também o principal expoente da escola monetarista no Brasil, defensor da estabilidade da moeda, do combate à inflação como estratégia de política econômica e da retirada do Estado da economia. Em 1944, integrou a equipe brasileira enviado à Conferência de Bretton Woods (EUA), que definiu o funcionamento do sistema monetário internacional.

Era um crítico da industrialização e opôs-se à criação da Petrobras e à construção de Brasília. Foi por muitos anos o principal formulador da direita brasileira em matéria de economia.

O DESENVOLVIMENTISTA **Roberto Cochrane Simonsen** (1889-1948) foi engenheiro, líder empresarial, fundador da Escola Livre de Sociologia Política de São Paulo, do Senai e do Sesi. Foi também deputado, senador e membro da Academia Brasileira de Letras. Presidiu a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e a CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Simonsen foi um defensor radical e intransigente da industrialização do país e da proteção do Estado às indústrias nascentes. Segundo ele, esse seria o caminho para a superação da pobreza. Publicou vários livros, entre eles *História econômica do Brasil*. É tido como o primeiro grande teórico do desenvolvimentismo entre nós.

Unidos pela água

Daniella Cambaúva e **Murilo Machado** – de São Paulo

Emater

Como uma região de Minas Gerais, castigada por longos períodos de seca, consegue organizar sua agricultura e auxiliar seus moradores através de um processo de abastecimento envolvendo poder público e população organizada

Benefícios para reduzir efeitos da seca: cerca protegendo mata em topo de morro, à direita, terraços para irrigação, à esquerda, e reservatório de água, ao centro

Durante a maior parte do ano, a microrregião de Montes Claros (MG) enfrenta situações de seca. Através de um projeto inovador de educação ambiental aliado a medidas para a conservação da água e do solo, foram implantados diversos projetos de recursos hídricos. A construção de tanques, poços, barragens e bacias permitiu aumentar a irrigação local. Em pouco tempo, a população conseguiu manter a produção agrícola constante e reduzir drasticamente o problema

"Faz três meses que não cai uma gota d'água lá", relata uma turista recém-chegada de Montes Claros, cidade vizinha ao município de Glaucilândia, norte do estado de Minas Gerais. Queixado-se da escassez de umidade, responsável por incômodos no nariz e por uma constante "secura na garganta", ela conta ter se espantado com a quantidade de dias consecutivos em que não chove na região.

Durante a maior parte do ano, a microrregião de Montes Claros permanece na seca. Usualmente, passam-se oito, ou até mesmo nove meses sem o menor indício de chuva, o que não é nenhum alento para uma região serrana conhecida também pela escassez de recursos.

Nesse contexto, uma situação mais sensível era vivenciada até o ano de 2005 pelos habitantes de Glaucilândia, cidade cuja prefeitura foi uma das vencedoras da 4ª edição do prêmio ODM Brasil (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio). O evento é coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceira com o Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com apoio de um conjunto de empresas e associações do setor privado. A responsabilidade técnica é do **Ipea** e da Enap (Escola Nacional de Administração Pública).

Emater

Tanque de terra batido na comunidade de Passarinho Preto: pequeno barramento serve de reservatório de água para os animais

2.962

moradores

de Glaucilândia são, em sua maior parte, pequenos produtores agrícolas

Os 2.962 moradores de Glaucilândia – segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) obtidos no Censo 2010 – são, em sua maior parte, pequenos produtores agrícolas. Nesses períodos, não conseguiam ter produção alguma. Os rios que banham o município são intermitentes quase em sua totalidade – dentre eles, o Verde Grande e seus afluentes. Durante a seca, toda a cidade tinha o abastecimento de água feito essencialmente por meio de poços tubulares, quase sempre insuficientes.

Além da escassez de água, há outros problemas no município que contribuíam para agravar a situação. Entre eles, estão a exploração irracional e sem planejamento

do solo, a prática de queimadas, o superpastoreio, o fato de as nascentes dos rios serem desprotegidas e a destruição das vegetações ciliares e destinação inadequada do lixo. Com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado de "desenvolvimento médio" – 0,697, de acordo com a última avaliação do PNUD –, a cidade enfrentou uma situação limite entre abril e maio de 2005. Uma seca sem precedentes impeliu a prefeitura, entidades e algumas pessoas da comunidade a se reunirem para pensar em uma solução que pudesse ao menos amenizar esse problema recorrente.

A partir de um diagnóstico dos principais problemas ambientais do município, buscou-se o investimento em educação ambiental da população, aliado a medidas para a conservação da água e do solo – como, por exemplo, preservação da curva dos rios e armazenamento da água das chuvas

UMA SOLUÇÃO Dessa iniciativa surgiu a prática Manejo de Sub-bacia Hidrográfica do Rio das Pedras, cujo foco é "a construção de recursos hídricos e a educação ambiental e compatibilização da atividade agropecuária com a conservação e recuperação do meio ambiente", conforme definiu a técnica de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** Maria da Piedade Morais.

A partir de um diagnóstico dos principais problemas ambientais do município, buscou-se o investimento em educação ambiental da população, aliado a medidas para a conservação da água e do solo – como, por exemplo, preservação da curva dos rios e armazenamento da água das chuvas.

Com isso, foram implantados diversos projetos de recursos hídricos e de intervenção no solo. Por exemplo, construíram-se vinte quilômetros de terraços, cerca de 800 bacias para captação de água da chuva, sessenta tanques e quatro barragens. Outra preocupação foi a recuperação da mata ciliar: foram plantadas 15 mil mudas de

Emater

Plantio de mudas nativas para recomposição de mata ciliar utilizando mão de obra local na comunidade de Tabocal

espécies nativas, com recuperação de 52 hectares de áreas degradadas, além da proteção de 15 quilômetros da mata por meio da implantação de cerca e proteção de quatro nascentes.

O prefeito de Glaucilândia, Marcelo Ferrante Maia (PSDB), conta que a ideia inicial era resolver o problema da escassez de água no município. "É um projeto de gestão de água", explicou o engenheiro agrícola.

15

mil mudas

de espécies nativas foram plantadas para recuperar a mata ciliar

Emater

Plantio de mudas nativas, construção de cerca e recuperação de pastagens: práticas de conservação de solo e água

Em relação à educação ambiental, realizaram-se seminários ambientais; cursos com foco na recuperação de áreas degradadas, conservação de água e reciclagem do lixo; palestras e oficinas nas comunidades rurais e escolas; mutirões de limpeza no campo; "dias de campo", "cavalgadas ecológicas", abordando os temas em questão na prática; e uma gincana ecológica, com execução de tarefas referentes ao meio ambiente, como coleta de lixo, reciclagem, produção de mudas de urucum.

AUMENTO DA CAPTAÇÃO Antônio Dumont, técnico da Emater-MG (Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural), parceira da Prefeitura de Glaucilândia no projeto, destaca a construção das barragens e das bacias, permitindo assim o aumento da captação de água. Segundo ele, que acompanha a prática desde o início, com o aumento da infraestrutura hídrica, os agricultores têm possibilidade de diversificar a produção. "Fizemos a revitalização dos córregos e através disso conseguimos fazer pequenas hortas e gerar mais renda para os pequenos agricultores. Houve também o ganho da educação ambiental", disse Dumont.

Com a prática, foi possível implantar pequenas hortas. O excedente passou a ser comercializado em feiras livres ou destinado para a merenda escolar.

Para isso, o poder público municipal vem contando com a ajuda formal de diversas entidades. A principal apoiadora tem sido a Emater-MG, que prestou auxílio principalmente na realização de reuniões e oficinas, no acompanhamento na aplicação das práticas conservacionistas, na marcação dos terraços, na identificação das bacias de captação de água de chuva com coordenadas geográficas, além de fazer repasse financeiro através do Programa Minas Sem Fome para melhoria dos sistemas de abastecimento de água nas comunidades rurais.

Ao todo, no ano de 2010, foram atendidas diretamente 73 famílias, o que corresponde a um total de mais de 290 pessoas. No entanto, é possível afirmar que toda a população foi beneficiada pela prática, tanto pela educação ambiental quanto pela maior oferta de água.

"Eu destaco primeiramente uma conquista que é: todo mundo participa em Glaucilândia. A situação aqui mudou. Antes, tinha gente que não era agricultor, que não tinha onde trabalhar e hoje tem sua produção", afirmou o técnico da Emater-MG.

Segundo o prefeito, um dos grandes benefícios foi a conscientização dos usuários no uso da água e quanto ao destino correto do lixo. "A população começou a fazer, junto da Prefeitura, a gestão da água. A água passou a ser gerida pela comunidade. Nós instalamos hidrômetro e, com isso, as pessoas começaram a economizar".

EXPERIÊNCIA PREMIADA O trabalho de Glaucilândia já foi reconhecido por meio de outros prêmios, como o Furnas Ouro Azul, instituído pelo Ministério das Minas e Energia. Ainda assim, Antônio Dumont disse ter ficado surpreso ao receber a notícia do ODM Brasil. "Um pequeno município concorrendo com um país inteiro..."

O resultado da prática é evidente, na avaliação de Ana Paula Moreira da Silva, outra técnica de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** que acompanhou a prática. "Com todo esse processo, a população conseguiu manter a produção agrícola constante. Antes, não tinha água nenhuma. Houve construção de tanques, das bacias e das barragens, colocaram poços artesianos, implantaram cisternas".

Segundo ela, um dos fatores que fizeram com que o trabalho fosse selecionado é a amplitude de seus objetivos: envolve desde a educação ambiental até medidas para armazenamento de água e preservação do meio ambiente. "A dimensão me chamou atenção. Eles conseguiram levar para a cidade inteira. É impressionante", afirmou.

DESAFIOS Apesar do consenso em torno da eficácia e da relevância social da prática do Manejo de Sub-bacia Hidrográfica do Rio das Pedras, tanto o poder público quanto a população de Glaucilândia acreditam que há muito trabalho pela frente.

290

pessoas

foram atendidas, no ano de 2010, através dos projetos de recursos hídricos

Se, durante a implantação da prática, muitos moradores locais se mostraram céticos ou recearam sofrer danos em suas propriedades, atualmente existe uma demanda para a construção de 500 bacias e mais de 500 quilômetros de terraços. "O maior desafio foi fazer a população vestir a camisa do projeto. Só dois ou três anos depois da implantação é que eles começaram a entender a importância. Hoje, a demanda está aumentando cada dia mais. Mas nós não temos recursos", resume o prefeito Marcelo Maia.

O agricultor Fabrício Paulino Silva, 41 anos, cultiva, entre outras coisas, hortaliças, abóboras e tomate-cereja. Ele conta que, antes da implantação do projeto, vivia apreensivo, sem a certeza de quando o rio não seria mais capaz de abastecer a cidade. "Hoje já tem mais água e dá para fazer uma previsão. Não dá conta de tudo, mas já melhorou bastante", afirmou, com a esperança de os governos federal e estadual destinarem mais recursos à cidade.

Se, durante a implantação da prática, muitos moradores locais se mostraram céticos ou recearam sofrer danos em suas propriedades, atualmente existe uma demanda para a construção de 500 bacias e mais de 500 quilômetros de terraços

Já Joaquim José dos Santos, com 56 anos e agricultor desde os sete, conta que várias vezes passava o mês sem ter produção alguma por não ter água. "Deu muito resultado. Antes a gente não podia trabalhar, não tinha caixa d'água, a água do rio acabava". Joaquim, que teve medo de estragar sua propriedade depois da instalação de três bacias, dez meses atrás, agora comemora o resultado. "A renda melhorou. Dá para pagar as contas".

Reconhecimento pioneiro

Realizado a cada dois anos, o ODM Brasil é uma iniciativa pioneira no mundo. Foi proposto pelo Governo Federal na abertura da primeira Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, em 2004. Seu objetivo é desenvolver um banco de práticas bem-sucedidas, que seja referência de política pública para sociedade e governos. Também se pretende incentivar ações, programas e projetos que contribuam efetivamente para o cumprimento dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos pelas Nações Unidas – Erradicar a pobreza extrema e a fome; Atingir o ensino básico universal; Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar a saúde materna; Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; Garantir a sustentabilidade ambiental e Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Existem duas categorias para participação no prêmio: a dos Governos Municipais, que visa a destacar as melhores políticas públicas que contribuem com os Objetivos do Milênio implantados por prefeituras, e a das Organizações, para prestigiar práticas implantadas por órgãos do setor privado, associações da sociedade civil, fundações e universidades. Na 4.ª edição, houve 1.638 práticas inscritas, 918 de organizações da sociedade civil e 720 de prefeituras.

No total, 20 práticas foram premiadas – 14 de organizações e seis de governos municipais, entre as quais está a do Manejo de Sub-bacia Hidrográfica do Rio das Pedras.

ARTIGO

Nilo Luiz Saccaro Junior

Bioprospecção e desenvolvimento sustentável

O uso econômico da biodiversidade pode aliar-se a políticas de comando e controle no esforço para sua conservação. Isso ocorre na medida em que parte da renda gerada sirva como aporte de recursos para o gerenciamento ambiental, ao mesmo tempo em que forneça alternativas a populações que se veem impelidas a degradar os ecossistemas de sua região na busca pela sobrevivência.

Uma das formas de extrair valor econômico da biodiversidade é a bioprospecção. Ela pode ser definida como a busca sistemática por organismos, genes, enzimas, compostos, processos e partes provenientes de seres vivos em geral (coletivamente chamados de recursos genéticos) que possam, eventualmente, levar ao desenvolvimento de um produto. É relevante para uma ampla gama de setores e atividades, incluindo biotecnologia, agricultura, nutrição, indústria farmacêutica e de cosméticos, biorremediação, saúde, entre outros. Para a agricultura, por exemplo, a busca por genes em espécies silvestres pode levar à criação de novas variedades de plantas alimentícias, adaptáveis a condições socioambientais diversas, contribuindo para a segurança alimentar do futuro.

O setor farmacêutico mundial, que movimenta anualmente cerca de um trilhão de dólares, depende em grande medida da bioprospecção: mais da metade dos fármacos existentes foi desenvolvida a partir de moléculas biológicas.

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um acordo internacional lançado em 1992, que reconhece a soberania de cada país sobre os recursos genéticos localizados em seu território, rompendo com o paradigma vigente até então, em que os recursos genéticos mundiais eram vistos como um patrimônio comum e, portanto, acessível a todos. A partir da CDB os recursos genéticos tornam-se um patrimônio nacional, cabendo a cada país o controle sobre as formas de acesso e de repartição dos benefícios gerados.

No Brasil, país que possui cerca de 13% de toda a biodiversidade mundial, esses recursos podem ser considerados uma grande riqueza nacional. Entretanto, ainda estão longe de serem bem aproveitados para geração de renda, menos ainda de maneira a promover investimentos na conservação dos ecossistemas que os contém. Isso ocorre devido principalmente a dificuldades regulatórias e à falta de preocupação com a importância de seu uso, mostrada pelas políticas ambientais e de desenvolvimento industrial e regional. Mais que isso: uma arquitetura de incentivos inadequada, além de afugentar os bioprospectores para outros países, onde as condições sejam mais facilitadas, pode ainda levar à apropriação ilegal dos recursos genéticos, comumente denominada biopirataria.

Atualmente, não existe punição àqueles que acessam os recursos genéticos sem o consentimento prévio do país onde estes se encontram. A situação melhorou com a aprovação, em 2010, do Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados da sua Utilização. O protocolo visa a criar um arcabouço institucional para coibir a biopirataria internacional e fornecer maior segurança jurídica aos diversos atores da bioprospecção, mas os mecanismos efetivos ainda precisam ser implementados.

Poucos países além do Brasil possuem uma legislação específica para o acesso a recursos genéticos. Entretanto, mesmo dentro do país existe uma grande dificuldade na regulação da bioprospecção, o que talvez seja o maior entrave ao seu desenvolvimento. A conexão entre marco regulatório, proteção intelectual, expectativas acerca do potencial econômico da biodiversidade e processo de pesquisa e desenvolvimento ainda não está adequadamente estabelecida. A Medida Provisória nº. 2.186-16/01, que atualmente regulamenta o acesso a recursos genéticos no país, é duramente criticada, seja pela imposição de restrições muito rígidas, pela geração de uma burocracia excessivamente complexa para a pesquisa e patenteamento, ou pelas dificuldades em promover a adequada repartição dos benefícios econômicos que possam vir a ser gerados. Por outro lado, não contempla ainda um mecanismo que destine obrigatoriamente parte dos lucros obtidos com a bioprospecção ao gerenciamento ambiental.

A realização do potencial mundial da bioprospecção ainda é incipiente. O Brasil tem uma posição privilegiada e um papel de liderança nesse processo. Com os avanços promovidos pelo Protocolo de Nagoia, é preciso agora integrar efetivamente a preocupação com o uso adequado dos recursos genéticos às políticas de inovação e de desenvolvimento industrial e regional, além de aprimorar o arcabouço legal interno para que a pesquisa seja facilitada e os benefícios gerados sejam repartidos de maneira justa, sendo uma parte destinada à manutenção da biodiversidade de onde se originaram. Dessa forma, o uso dos imensos recursos genéticos brasileiros poderá contribuir para financiar o desenvolvimento sustentável do país.

Nilo Luiz Saccaro Junior técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Biblioteca do Ipea agora é itinerante

Mirlene Bezerra – de Brasília

João Viana

Em vinte dias de funcionamento, a biblioteca fez 113 cadastros e foram distribuídos 5.040 exemplares de *Desafios do Desenvolvimento*

Iniciativa amplia acesso a publicações do Instituto. Projeto oferece empréstimos de livros de forma irrestrita à população. Experiência pioneira na rodoviária de Brasília mostra grande interesse dos usuários por informações econômicas, sociais e políticas

Fortalecer a difusão de conhecimento e aproximar o **Ipea** da população. Esse é o objetivo da biblioteca itinerante do Instituto, um projeto instalado experimentalmente na Rodoviária do Plano Piloto, em Brasília, no período de 23 de maio a 12 de junho.

A iniciativa possibilitou consultas e empréstimos de livros de forma gratuita e irrestrita a toda a comunidade. Bastava apenas que o interessado fizesse um cadastro, a partir da apresentação dos documentos pessoais e de comprovante de residência.

A ideia surgiu no momento em se pensava na reformulação tanto da área de publicações quanto da biblioteca da Instituição, até então integrante da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte). O setor, ao agregar-se à livraria, passou a fazer parte da Assessoria de Imprensa e Comunicação. Foi feito um planejamento para modernizar e popularizar essas áreas.

"A experiência na rodoviária de Brasília foi um projeto piloto. Agora é que nós vamos considerar os resultados, saber se foi bom ou não, identificar o perfil do público e, a partir daí, avaliar onde seria interessante instalar a biblioteca", disse o coordenador do projeto, Pedro Cavalcanti Ferreira.

Foram feitos 113 cadastros em 20 dias de permanência no local e foram distribuídos 5.040 exemplares de ***Desafios do Desenvolvimento***.

Aqueles que tiveram a oportunidade de ver na prática a ideia do projeto aprovaram a iniciativa. Para o militar Ricardo da Silva, é uma iniciativa bem interessante, porque traz informações que as pessoas precisam. A professora do ensino fundamental Marise Lopes Serafim elogia a iniciativa: "Primeiro porque divulga o trabalho do **Ipea** e, depois, por estimular a população na busca do conhecimento".

Para o coordenador Ferreira, os resultados são um incentivo para que se dê prosseguimento às atividades. "Agora é que vamos planejar a ação, porque este foi só o projeto piloto".

João Viana

A experiencia foi um projeto piloto. A partir dos resultados, o Ipea definirá novos locais para a continuidade do trabalho

As reflexões de Celso Furtado sobre cultura e Estado

Gilberto Maringoni – de São Paulo

Coletânea de textos mostra pensamento multifacetado e perspicaz, para além das disputas econômicas. Revela um intelectual que via a cultura não apenas como uma "dimensão" da realidade social, mas como "a realidade inteira"

É difícil classificar Celso Furtado (1920-2004) apenas como economista, tal a gama de interesses e temas que ele abordou em profundidade ao longo de sua vida intelectual. Uma prova dessa versatilidade pode ser percebida em *Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura*, lançado pela editora Contraponto e pelo Centro Celso Furtado. Como lembra sua viúva, Rosa Freire D'Aguiar Furtado, na introdução do livro, "*Celso dominou como poucos a lógica e as ferramentas econômicas, mas soube ir muito além. Com seus primeiros livros, entre eles o clássico* Formação econômica do Brasil*, levou a história para a economia. Pouco a pouco, nesta englobou os valores maiores da vida, do cotidiano, das necessidades espirituais e intelectuais, ensaiando assim um entendimento plural do subdesenvolvimento para buscar sua superação*".

Nesse pensamento universalista e multidisciplinar é que os estudos sobre cultura ganharam fôlego em meio a uma obra de mais de trinta livros. Vários de seus ensaios sobre o tema foram reunidos anteriormente em *Criatividade e dependência na civilização industrial*, de 1978. Para Furtado, "*A cultura não é uma 'dimensão' da realidade social, mas a realidade toda inteira*".

Nas palavras de Luiz Carlos Bresser-Pereira, em seus estudos culturais, Furtado revela-se um "*pensador universal, preocupado não apenas com o desenvolvimento econômico, ou o pleno emprego, ou a repartição da renda,*

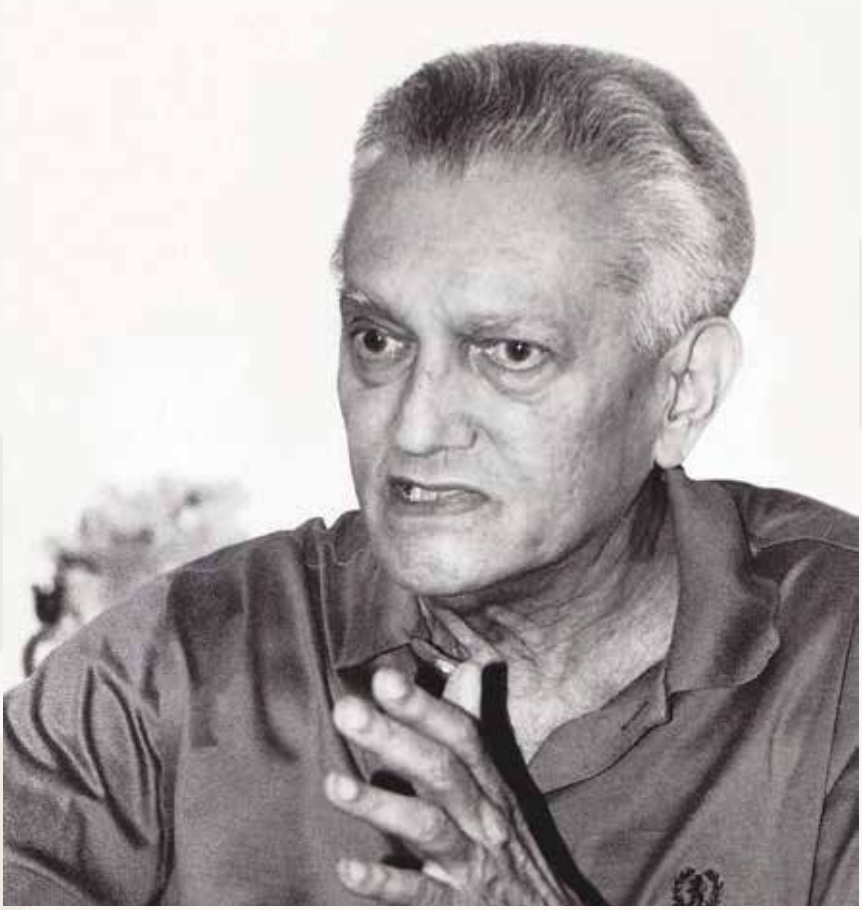
mas também com o próprio destino do homem e com a realização da sua liberdade".

MINISTÉRIO E AÇÃO PÚBLICA Assim, não foi sem propósito que um dos mais completos intelectuais brasileiros do século XX assumisse o recém criado Ministério da Cultura, entre 1986 e 1988. Ninguém à época tinha muito claro o papel do órgão, nascido de uma costela do Ministério da Educação e Cultura (MEC), fundado em 1930. O desmembramento mereceu uma aguda reflexão de Furtado, em palestra na Escola Superior de Guerra, em setembro de 1986:

"[É necessário] *evitar a confusão corrente entre política cultural e política educacional.* (...) *O Estado interfere na educação para universalizá-la, para corrigir desigualdades sociais, e ainda para arbitrar entre distintos projetos de socialização que emergem da sociedade civil, traduzindo clivagens étnicas, religiosas ou outras. (...) Mas o essencial da atividade cultural está na criatividade, que se alimenta da ruptura com o estabelecido. Neste caso, o papel do Estado tem que ser de outra ordem, pois toda pretensão de monitoramento pode produzir resultados inversos aos que se buscam. Isso não significa que o Estado deve ausentar-se, limitar-se a assegurar a liberdade de criação artística, de produção e consumo de bens e serviços culturais.* (...) *Na política cultural, como a compreendemos, o Estado, longe de se substituir à sociedade, aplica-se em criar as condições que propiciem a plenitude das iniciativas surgidas dessa sociedade*".

Na mesma conferência, ele apresentava uma notável síntese sobre a ação do poder público:

"*A política cultural consiste em um conjunto de medidas cujo objetivo central é contribuir para que o desenvolvimento assegure a progressiva realização das potencialidades dos membros da coletividade. Ela pressupõe um clima de liberdade e a existência de uma ação abrangente dos poderes públicos que dê prioridade ao social. Essas são as condições necessárias para que a atividade cultural brote da própria sociedade, para que se manifeste e desabroche o gênio coletivo dos indivíduos*".



Oficina de Informações

Economista deixou reflexões sobre sua experiência no Ministério da Cultura entre 1986 e 1988, durante o governo Sarney

ANÁLISE E IMAGINAÇÃO Na juventude, Celso Furtado não pretendia se dedicar à Economia. "Queria inicialmente ser romancista, ficcionista. A minha grande leitura até hoje é literária. A descoberta que faço do homem é através da literatura, nunca pela ciência. As ciências sociais são métodos de reduzir, e o homem só se capta totalmente. É preciso inventá-lo. Todo o global depende muito da imaginação. (...) Quando penso uma realidade, penso primeiro pela imaginação, depois pela análise".

O vigor literário de Furtado faz da leitura de suas obras um exercício desafiante e prazeroso. Estamos diante de um cultor do inesperado, que surpreende com versatilidade cerebral e conclusões sempre criativas. Seu estilo é seco e enxuto, sem conversa jogada fora. Há um quê da sobriedade estilística de um Graciliano em suas linhas, numa concisão articulada, em que cada palavra parece ter sido buscada com o rigor de um investigador objetivo. Furtado é antes de tudo uma leitura eficiente.

PERSPECTIVAS PARA A SAÚDE EM 2030

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com participação do **Ipea** e cooperação técnica da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, publicou o livro *Saúde no Brasil em 2030 – Diretrizes para prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro*. O trabalho traz textos de trinta especialistas analisando cenários para a saúde nas próximas duas décadas. Nesse período está previsto um aumento significativo da população idosa: mais de 40 milhões de brasileiros terão idade superior a 60 anos.

O livro aborda a necessidade de se redesenhar o atual modelo assistencial em saúde, diante de possíveis desafios, tais como o aumento da obesidade, o surgimento de diferentes tipos de câncer e o agravamento de doenças cardiovasculares, respiratórias crônicas e neuropsiquiátricas. Ao mesmo tempo, traz exemplos de sucesso do Sistema Único de Saúde (SUS), como a redução da mortalidade infantil, da desnutrição em crianças e dos óbitos por doenças infecciosas e parasitárias, além da diminuição da ocorrência de enfermidades que podem ser prevenidas por vacinas.

Os pesquisadores apresentam estudo detalhado das conquistas e limitações envolvendo a indústria nacional de fármacos e medicamentos, de equipamentos e materiais médico-hospitalares e odontológicos, bem como novidades tecnológicas. Outro aspecto tratado é a importância econômica do setor de saúde, correspondente a 8,8% do PIB e empregando cinco milhões de pessoas.

A obra está disponível em versão impressa e no site http://www.fiocruz.br. Ela se divide em seis partes: Desenvolvimento, Estado e Políticas de Saúde; População e Perfil Sanitário; Organização e Gestão do Sistema de Saúde; Força de Trabalho em Saúde; Estrutura do Financiamento e do Gasto Setorial e Desenvolvimento Produtivo e Complexo de Saúde.

POLÍTICAS SOCIAIS NO MATO GROSSO

Com objetivo de qualificar políticas públicas e entender o atual quadro social brasileiro, a Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do **Ipea** elaborou a série *Situação social nos estados*. Sua última edição analisa o Mato Grosso. Já foram lançados diagnósticos de 23 Unidades da Federação, em todas as regiões do país.

De acordo com a apresentação, a coleção visa "produzir e disseminar conhecimento a fim de melhorar as políticas públicas tanto no aspecto nacional como também nas esferas mais descentralizadas do país". Foram utilizadas várias bases de dados para compor os paineis, entre elas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).

A publicação, disponível no endereço www.ipea.gov.br, examina políticas sociais nas áreas de demografia, previdência social, pobreza e desigualdade, saúde, seguridade, trabalho e renda, educação, saneamento e habitação, cultura e desenvolvimento agrário. O período analisado compreende os anos de 2001 a 2009.

EMERGÊNCIA DA CHINA E OPORTUNIDADES PARA O BRASIL

A complementaridade entre as economias do Brasil e da China é cada vez maior. O crescimento, que em três décadas transformou o país na segunda potência econômica mundial e o projetou em nível global. O Brasil, membro do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), é também um importante ator nesse processo Em 2009, o país asiático se tornou o principal parceiro comercial brasileiro e, em 2012, seu maior investidor. Para entender a crescente importância das relações sino-brasileiras e o novo significado dessa parceria estratégica bilateral, o **Ipea** lançou o livro *China na nova configuração gobal: impactos políticos e econômicos*. Como afirma Marcio Pochmann na introdução, o livro "busca identificar e analisar o papel destacado que esse país exerce na nova ordem internacional do século XXI, bem como os possíveis impactos dessa nova dinâmica para diversos países e regiões, especialmente para o Brasil".

A obra, organizada por Rodrigo Pimentel Ferreira Leão, Eduardo Costa Pinto e Luciana Acioly, contém uma série de monografias que trata de diversos aspectos da China, de sua política externa e de suas relações com o Brasil. A obra pode ser acessada em www.ipea.gov.br

EMPRESAS INVESTEM NO EXTERIOR

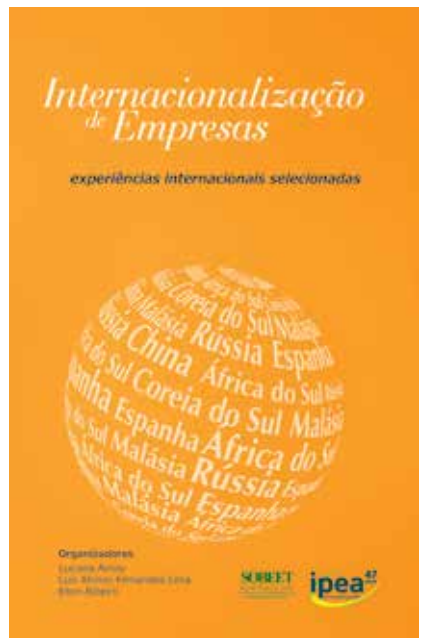
As transformações ocorridas nos fluxos mundiais de investimento externo direto (IDE) têm lançado novos atores no cenário internacional que procuram conquistar mercados, tecnologias e recursos naturais. Essa foi uma das principais conclusões do *Comunicado nº 150 – Internacionalização de empresas: experiências internacionais selecionadas*, elaborado pelo **Ipea**.

Desenvolvido em parceria com a Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), o estudo tem como objetivo mostrar estratégias seguidas pelas empresas em seu processo de investir no exterior, com destaque às políticas públicas de apoio à internacionalização na África do Sul, China, Coreia do Sul, Espanha, Malásia e Rússia.

A pesquisa mostra que as empresas dos países em desenvolvimento estão cada vez mais agressivas em seus investimentos externos. O IDE desses países correspondeu a cerca de 30% do total mundial em 2010. Em 1990, o mesmo número ficava em torno de 5%.

Segundo o *Comunicado*, o fluxo médio anual de IDE oriundo dos países em desenvolvimento somou, nos anos 1980, cerca de US$ 6 bilhões, e chegou, na primeira década do milênio, a US$ 165,6 bilhões.

Pelos dados da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), a Ásia, liderada pela China, é a região mais dinâmica do mundo. Seus investimentos têm crescido aceleradamente, correspondendo a 70% dos fluxos de IDE entre os países em desenvolvimento ao longo da última década. A América Latina corresponde a 29% e a África a 1,6%.



Educação

Bolsas e estágios em multinacionais

Dreamstime

As companhias multinacionais Hyundai (de capital coreano), British Gas (inglesa), General Eletric e Boeing (ambas de capital norte-americano) estão oferecendo 400 vagas em seus centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) no exterior para bolsistas brasileiros do Programa Ciência sem Fronteiras (PCsF).

Atualmente, há cerca de quatro mil bolsistas do PCsF no exterior. O programa abrange alunos de graduação e pós-doutores.

Além de estágio em multinacionais, o Brasil também pleiteia a concessão de bolsas e empregos aos bolsistas egressos do PCsF em empresas brasileiras. Um quarto de todas as bolsas do programa, o equivalente a 26 mil, deverão ser fornecidas por companhias estatais e privadas.

A meta do governo brasileiro é fazer com que, até 2014, cinco mil empresas privadas tenham processos contínuos de pesquisa e desenvolvimento.

Informática

"Um Computador por Aluno" é regulamentado

O programa Um Computador por Aluno (Prouca) e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional (Reicomp), vigentes desde abril por meio da Medida Provisória 563, foram regulamentados.

O objetivo do Prouca é promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal e nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência.

Já o Reicomp suspende a incidência de alguns tributos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na aquisição de equipamentos. No Reicomp terão prioridade as soluções de *software* livre e de código aberto, sem custos de licenças, conforme as diretrizes das políticas educacionais do Ministério da Educação.

Dreamstime

A medida é ato conjunto dos ministérios da Educação e da Fazenda.

Sustentabilidade

Programa concede investimentos de R$ 2 bilhões em projetos voltados para a sustentabilidade

Dreamstime

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Marco Antonio Raupp, e o presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Glauco Arbix, lançaram durante a Rio+20, em junho, o Programa Brasil Sustentável. A iniciativa prevê investimentos de R$ 2 bilhões no desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores ligados ao conceito de sustentabilidade.

Esses recursos serão destinados às empresas de grande porte, que terão de promover inovação tecnológica com sustentabilidade. Um quarto dos recursos será destinado a institutos de ciência e tecnologia para que possam fazer parcerias com pequenas e médias empresas. O restante se destinará a propostas recebidas em fluxo contínuo para crédito a empresas.

Os projetos serão selecionados por meio de editais. As condições do crédito compreendem taxa fixa de até 5% ao ano, prazos de carência de até 36 meses e prazos de amortização de até 120 meses. A Finep deve contribuir com até 90% do valor do projeto.

Tecnologia

Banda larga popular chega a 1400 cidades brasileiras

Dreamstime

Após um ano da assinatura do acordo entre empresas concessionárias de telefonia para a oferta de banda larga popular e o Ministério das Comunicações (MiniCom), já são 1.396 as cidades que contam com o serviço, chegando a 25 estados brasileiros, além do Distrito Federal.

De acordo com Artur Coimbra, diretor do Departamento de Banda Larga do MiniCom, essa divulgação tem como objetivo "permitir que o cidadão saiba onde já existe essa oferta, para que ele possa cobrar a prestação do serviço no município onde reside". Ainda de acordo com o diretor, o ministério faz um acompanhamento detalhado das empresas para garantir o cumprimento do programa.

Segundo o contrato, firmado em junho do ano passado, as concessionárias devem oferecer conexão de Internet banda larga com velocidade de 1 megabit por segundo, ao valor mensal de R$ 35 (já com impostos).

O acordo ainda prevê que, até 2014, todos os municípios brasileiros contem com a oferta de internet em alta velocidade.

Telecomunicações

Claro e Vivo vencem leilão de 4G

Claro e Vivo venceram os dois principais lotes de faixas de frequência para oferta da quarta geração da telefonia celular (4G). No leilão, realizado em junho, o primeiro lote ficou com a Claro (por R$ 844,5 milhões) e o segundo, com a Vivo (por R$ 630,19 milhões).

A tecnologia 4G permite a transmissão de dados com velocidade até 10 vezes superior à suportada pela atual 3G. E, como não houve interesse na faixa de frequência de 450 Mhz, que cobre serviços de telefonia móvel para a zona rural, as operadoras vencedoras da faixa de 2,5 GHz devem prestar esse serviço.

Com isso, a Claro deverá levar a banda larga rural ao Amazonas, Amapá, Acre, Bahia, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a região metropolitana de São Paulo. Já a Vivo ficará responsável por Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, no Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e parte do interior de São Paulo.

Dreamstime

De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o leilão teve como objetivo atender à demanda crescente por serviços mais ágeis de telecomunicações no país, além de proporcionar infraestrutura adequada aos eventos internacionais que o Brasil sediará.

Ciência

Popularização da ciência

Cientistas brasileiros defenderam, em seminário sobre os desafios da inovação tecnológica, maiores investimentos em educação, além da popularização das ciências exatas como meios para desenvolver a pesquisa científica.

O evento, denominado "Caminhos para Inovação", foi realizado em junho pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado. Estiveram presentes autoridades do governo, representantes de instituições de pesquisa e docentes de universidades nacionais e internacionais na área de ciências exatas.

Em consonância com os cientistas presentes, o senador e professor Cristóvam Buarque, presidente em exercício da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, enfatizou a necessidade de se incentivar a inovação a partir da educação de base.

Dreamstime

Já o secretário-executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Elias, afirmou que o governo federal tem avançado para criar um ambiente favorável para a pesquisa no país, mas as empresas privadas também devem participar do processo.

Desemprego

Desocupação na AL segue em queda

Dreamstime

Apesar da incerteza no cenário econômico internacional, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) esperam uma nova queda no desemprego urbano (de até 6,5%) em 2012 entre os países da região.

É o que indica o relatório conjunto da CEPAL e da OIT *Coyuntura laboral de América Latina y el Caribe*, divulgado em junho. O estudo registrou que os mercados de trabalho da América Latina e do Caribe continuaram se recuperando em 2011 – a taxa de desemprego urbano caiu de 7,3% em 2010 para 6,7% no ano seguinte, níveis nunca vistos desde o começo dos anos 1990.

Ainda segundo o relatório, no mesmo período, cresceu a proporção dos postos de trabalho formais que contam com proteção social e baixou o subemprego. Além disso, os salários, tanto médios como mínimos, aumentaram em termos reais.

Apesar disso, ainda existem grandes problemas de inserção no mercado de trabalho, principalmente para jovens e mulheres, e uma redistribuição desfavorável da renda aos trabalhadores assalariados em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países.

Energia

Complexo eólico na Bahia

Stock

A Bahia possui, desde julho de 2012, o maior complexo eólico da América Latina, o Alto Sertão I, que abrange três cidades: Caetité, Guanambi e Igaporã, no sudoeste do estado. O projeto recebeu, ao todo, investimento de R$ 1,2 bilhão, utilizados na construção de 12 parques e 184 aerogeradores.

A capacidade de Alto Sertão I é a de produzir cerca de 300 megawatts, o que representa um incremento de 29,4% na matriz eólica do Brasil, atualmente em torno de 1 gigawatt. O complexo foi construído em 17 meses e contou com mais de 1,3 mil trabalhadores, entre próprios e terceirizados.

A Bahia possui outros 57 projetos de usinas de energia que aproveitam a força dos ventos. Com o potencial de produção do complexo eólico, será possível produzir energia para abastecer uma cidade com até dois milhões de habitantes. Outros 15 parques ainda devem ser agregados ao Alto Sertão I até o final de 2014.

América Latina

Cepal: Caem investimentos da América Latina

De acordo com o relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), os investimentos no exterior de empresas multinacionais latino-americanas caíram cerca de 50%, chegando ao total de US$ 22,6 bilhões em 2011. Em 2010, o montante foi de US$ 44,9 bilhões.

Ainda segundo o relatório, divulgado em junho, a redução foi fruto da forte queda dos fluxos de capital do Brasil para o exterior. O país, por conta de sua dimensão, é determinante na avaliação das tendências de investimentos. Em 2010, o país teve um saldo positivo de US$ 11,5 bilhões nas correntes de investimento e, no ano seguinte, o saldo foi negativo em US$ 9,2 bilhões.

Para a Cepal, as empresas brasileiras estão priorizando investimentos no mercado interno, em função de "boas perspectivas no Brasil". Mas, apesar dos números, o país não registrou desinvestimentos importantes no exterior.

Crise

Brasil e Argentina lideram onda protecionista

Stock

A América Latina enfrenta uma série de medidas protecionistas como reação à crise financeira mundial, em grande medida impulsionada pela Argentina e pelo Brasil. É o que conclui o relatório *Latin America Watch*, publicado pela consultoria britânica Capital Economics.

A América Latina apresentou um aumento tanto em termos relativos quanto absolutos no número dessas medidas protecionistas. Segundo o estudo, juntos, os dois países responderam por 75% das barreiras comerciais que entraram em vigor no continente entre 2009 e 2011. Somente a Argentina registrou 130 incidentes de protecionismo no período analisado, mais do que todo o restante da região.

O economista Michael Henderson, autor do estudo, informou que o número de práticas comerciais consideradas "discriminatórias aos interesses estrangeiros" praticamente dobrou na América Latina entre 2009 e 2011.

Agricultura

Demanda mundial de alimentos e a América do Sul

Dreamstime

A produção agrícola mundial precisa crescer 60% antes de 2050 para suprir as necessidades de alimentação de uma população mundial mais numerosa, mais urbana e mais rica. É o que constatou o relatório sobre Perspectivas da Agricultura para 2019, elaborado pela FAO (Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas) e pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico).

De acordo com as entidades, esse crescimento significa a necessidade de produzir um bilhão de toneladas de cereais e 200 milhões de toneladas de carne a mais por ano em relação aos níveis de 2007. A previsão é a de que o crescimento da produção aconteça principalmente nos países em desenvolvimento, com uma participação crescente no cenário internacional.

"A mensagem principal é que a segurança alimentar continua sendo nossa prioridade", disse José Graziano da Silva, diretor-geral da FAO, por ocasião da divulgação do relatório. Segundo ele, as boas notícias na América Latina são que "a América do Sul, especialmente, está se convertendo em um grande celeiro [do mundo]".

O relatório recomenda que a pesquisa seja reforçada para ajudar ainda mais as pequenas explorações agrícolas, mas também para reduzir as perdas e os resíduos e responder ao aumento da demanda.

Chile

Lítio é oferecido a empresas privadas e estrangeiras

Dreamstime

Maior produtor mundial de lítio, o Chile abriu uma licitação para exploração do mineral, usado em baterias de celulares e de computadores e na fabricação de automóveis elétricos. O processo está aberto a empresas chilenas e estrangeiras, com uma cota de até 100 mil toneladas de lítio metálico em 20 anos.

O lítio chileno é explorado apenas por duas empresas, a Sociedad Química y Minera de Chile (SQM) e a Sociedad Chilena del Litio (SCL), empresa filial da companhia alemã Chemetall. O contrato de ambas foi firmado durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990).

A empresa exploradora deverá pagar um imposto especial de 7% do total de suas vendas mensais.

O Chile é responsável por 43% da produção total do lítio mundial, seguido da Austrália (23%), China (14%) e Argentina (14%), segundo dados da estatal Cochilco (Comisión Chilena del Cobre).

Argentina

País avança em energias renováveis

Dreamstime

Com intuito de impulsionar o desenvolvimento de uma indústria nacional de energias renováveis, o Ministério da Indústria argentino convocou desenvolvedores de parques eólicos, empresas do setor e entidades financeiras para investirem na produção de energia eólica naquele país.

Um dos maiores expoentes do desenvolvimento desse setor é o projeto do Cluster Eólico Argentino, que prevê criar dez mil postos de trabalho e gerar uma produção de mil MW eólicos em oito anos.

O Cluster, criado pela Cámara de Industriales de Proyectos e Ingeniería de Bienes de Capital (Cipibic) em janeiro de 2012, conta com 32 empresas de oito províncias.

Ao longo dos últimos meses, a Argentina anunciou mais de US$ 1,5 bilhão em investimentos para geração de energias verdes. O país planeja substituir US$1,75 bilhão em equipamentos e outros US$ 500 milhões em combustível por ano, desenvolver 500 provedores e quatro marcas de aerogeradores nacionais.

A Argentina conta ainda com o Programa Geração Renovável (GenRen), dirigido pelo Ministério do Planejamento através da Secretaria de Energia argentina. O programa incentiva o desenvolvimento das energias limpas no país. Um dos objetivos do GenRen é atender à Lei 26.190, que determina que 8% da matriz energética nacional provenha de fontes renováveis até o ano de 2016.

humanizando o
DESENVOLVIMENTO

MERCADO DE FAZENDEIROS – O mercado dos produtores locais de Nakasero, em Uganda tem papel importante no desenvolvimento da economia local. Muitos dos clientes de microfinanças compram e vendem seus produtos aqui e nos mercados varejistas.

Como você vê o desenvolvimento? Como retratar uma face humana do desenvolvimento? Como os programas e iniciativas do desenvolvimento melhoram a vida das pessoas? A Campanha Mundial de Fotografia *Humanizando o Desenvolvimento* busca mostrar e promover exemplos de pessoas vencendo a luta contra a pobreza, a marginalização e a exclusão social. Chamando-se a atenção para os sucessos obtidos, a campanha pretende contrabalancear as imagens frequentes que mostram desolação e desespero. Uma galeria de fotos será permanentemente localizada no escritório do IPC e será aberta para visitação pública. Uma série de exposições fotográficas também será organizada em diversas cidades ao redor do mundo.

Nós temos o prazer de anunciar as 50 fotos selecionadas pela campanha. Nós gostaríamos de agradecer aos participantes de mais de 100 países quer nos enviaram suas fotos e suas histórias, e compartilharam sonhos e desafios. Nós agradecemos as instituições parceiras e membros do Comitê de Seleção por suas contribuições para a campanha. Todos vocês tornaram a campanha uma realidade e nos ajudaram a destacar e promover o desenvolvimento através de novas lentes. Parabéns aos participantes.

HUMANIZANDO O DESENVOLVIMENTO
Campanha Mundial de Fotografia

Visite o site e veja algumas das fotografias da campanha: http://www.ipc-undp.org/photo/